

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS**

MARCILEIA SEIBERT DE BARCELLOS

**EXTENSÃO CULTURAL E INCENTIVO À LEITURA DA BIBLIOTECA
PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO “LEVY CURCIO DA ROCHA” (1973-
2008): PROGRAMA CARRO-BIBLIOTECA E O BIBLIOTECA MÓVEL**

VITÓRIA/ES

2014

MARCILEIA SEIBERT DE BARCELLOS

EXTENSÃO CULTURAL E INCENTIVO À LEITURA DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO “LEVY CURCIO DA ROCHA” (1973-2008): PROGRAMA CARRO-BIBLIOTECA E O BIBLIOTECA MÓVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Professor Doutor Sebastião Pimentel Franco

VITÓRIA/ES

2014

MARCILEIA SEIBERT DE BARCELLOS

EXTENSÃO CULTURAL E INCENTIVO À LEITURA DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO “LEVY CURCIO DA ROCHA” (1973-2008): PROGRAMA CARRO-BIBLIOTECA E O BIBLIOTECA MÓVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco, em.... de.....2014 à seguinte banca orientadora.

PROFESSOR DR. SEBASTIÃO PIMENTEL FRANCO
Universidade Federal do Espírito Santo
ORIENTADOR

PROFESSOR DR. JÚLIO CÉSAR BENTIVOGLIO
Universidade Federal do Espírito Santo

PROFESSORA DR^a MARIA BEATRIZ NADER
Universidade Federal do Espírito Santo

PROFESSORA DR^a SONIA MARIA DA COSTA BARRETO
Faculdade Vale do Cricaré

VITÓRIA/ES

2014

À minha família.

*“Livros são para o uso.
A cada leitor o seu livro.
A cada livro o seu leitor.
Poupe o tempo do leitor.
A biblioteca é um organismo em crescimento.”*

(Shiyali Ramamrita Ranganathan)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que me abençoou muito ao me dar o privilégio de poder cursar o mestrado do Programa de Pós- Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo.

Ao meu orientador, prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem desde 2009, me apoiando nos momentos de dificuldades, preocupando-se principalmente com meus problemas de saúde pelos quais passei durante esse período de construção do trabalho, e que acreditou em mim, partilhando comigo seus conhecimentos e experiências, sempre me motivando. Quero expressar o meu reconhecimento e admiração pela sua competência profissional e minha gratidão pela sua amizade, por ser um profissional extremamente qualificado na condução de minha orientação. Obrigada por contribuir com tantos ensinamentos, tanto conhecimento, tantas palavras de força e ajuda. Espero um dia chegar ao seu nível.

Quero agradecer também Magno meu esposo, Aline e Henrique meus filhos, Evanilda minha mãe, Emanuel e Mercedes meus cunhados, pela compreensão, apoio, incentivo constante e principalmente pelo carinho e companheirismo nos momentos difíceis de minha vida. Com vocês pude compartilhar angústias, inquietações e ansiedades. Com o apoio, incentivo e a presença de vocês pude amenizar os sofrimentos e iluminar os meus pensamentos. Agradeço a Deus todas as noites por fazerem parte da minha vida.

A profa. Rita Maia, diretora da BPES em 2009, pela sensibilidade que a diferencia como educadora e pela disponibilidade em me atender quando precisava. Meu agradecimento por tanta atenção e dedicação.

À Elisângela Póvoas, minha amiga e colega de profissão que dedicou seu precioso tempo ao me auxiliar no levantamento das fontes da pesquisa. Obrigada por ter se feito sempre presente com palavras de encorajamento e ações que me permitiram concluir este trabalho.

Aos professores Júlio César Bentivoglio e Vitor Amorim de Angelo, que participaram da minha banca de qualificação e que contribuíram com suas sugestões de leitura que muito enriqueceram este trabalho.

Aos funcionários da BPES, Débora, Kátia Alvarenga, Rita Mouro, Nádia Alcuri, Elane Ebinger, José Luiz Bortoline, Marli Coppo, pela convivência harmoniosa, pelas trocas de conhecimento e experiências que foram tão importantes para a execução da minha pesquisa.

A todos os meus colegas da Universidade Vila Velha, Arilda Santos, Marlene Elias Pozzatto, Maria da Penha Cassago, Danielly Peixoto, Sônia Barcellos, Jadir Antônio, que de alguma maneira sempre me apoiaram nessa empreitada. Peço a Deus que os abençoe grandemente, preenchendo seus caminhos com muita paz, amor, saúde e prosperidade.

A todos os professores do PPGHIS e funcionárias Ivana e Cíntia que de uma maneira atenciosa e carinhosa contribuíram para que eu pudesse concluir meu trabalho.

RESUMO

A Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo (BPES) foi criada em 1855. Ela é considerada uma das mais antigas bibliotecas públicas do Brasil e, desde sua fundação, esteve cercada por dificuldades de funcionamento. A presente pesquisa centra-se na atividade de extensão cultural e o incentivo à leitura desenvolvida pela BPES Levy Cúrcio da Rocha, através dos projetos Carro Biblioteca e o Biblioteca Móvel no período de 1973 a 2008. Demonstra que esses projetos são atividades cujos elementos são propiciadores de questionamentos, percepções, concepções, posturas e diversidade de leitura. Explana que o foco do trabalho foi pautado na função cultural da biblioteca pública, onde foram identificadas reflexões quanto, às diversas maneiras de compreender como a cultura caracteriza-se pela existência social de um povo ou nação e ainda como ela deriva-se desse conjunto comum de preocupações inerentes às suas realidades sociais por vezes divergentes. Mostra também, um breve histórico dos programas de carro-biblioteca no panorama internacional e nacional e como uma biblioteca pode envolver-se de maneira harmoniosa e em sintonia através da sua função como extensão cultural, atendendo às necessidades e interesses de uma comunidade onde está fixada. Apresenta o histórico do projeto Carro Biblioteca desde sua criação, em 1973, abordando suas características, seus objetivos principais e os resultados obtidos através da coleta de dados em fontes primárias e da investigação direta através de entrevistas semiestruturadas com seus idealizadores. Relata ainda que no período proposto, esse serviço de extensão cultural através do Carro Biblioteca ficou desativado por alguns anos, devido a fatores inerentes à vontade da BPES, mas ressurgiu no ano de 2008, através do Biblioteca Móvel, com o objetivo de continuar a incrementar e democratizar o hábito de leitura (através de informação) em comunidades socioeconômicas carentes e distantes de serviços de informação de qualquer natureza.

Palavras-chave: Biblioteca pública. Extensão Cultural. Carro-Biblioteca. Biblioteca.

ABSTRACT

The State Public Library of the Holy Spirit (BPES) was created in 1855. She is considered one of the oldest public libraries in Brazil and, since its founding, was surrounded by difficulties in functioning. This research focuses on the activity of cultural extension and encouragement of reading developed by BPES Levy Cúrcio da Rocha, through projects Car Library and Mobile Library from 1973 to 2008 shows that these projects are activities whose elements are enablers of questions, perceptions, conceptions, attitudes and diversity of reading. Explains that the focus of the work was guided by the cultural role of the public library, where reflections as to the various ways of understanding how culture is characterized by the social life of a people or nation, and even as she derives from this common set were identified concerns inherent to their sometimes divergent social realities. It also shows a brief history of car-library programs at the international and national scene and how a library can engage in a harmonious way and in harmony through its function as a cultural extension, serving the needs and interests of a community which is fixed. Shows the history of Library project car since its creation in 1973, covering its features, its main objectives and the results obtained by collecting data on primary sources and direct research through semi-structured interviews with their creators. He also reports that the proposed period, this cultural extension service through the Library car was off by a few years, due to factors inherent to the will of BPES, but resurfaced in 2008, via the Mobile Library, with the goal of continuing to improve and democratize the reading habit (through information) in underserved and remote communities of socioeconomic information of any nature.

Keywords: Public Library. Cultural Extension. Mobile Library. Library.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O interior da antiga Biblioteca de Alexandria.....	30
Figura 2 - O edifício da atual Biblioteca de Alexandria.....	32
Figura 3 - Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.....	47
Figura 4 - Prédio do Arquivo e Biblioteca.....	91
Figura 5 - Papeleta de Registro de Datas.....	111
Figura 6 - Bolso do Livro.....	111
Figura 7 - Cartão do Livro.....	112
Figura 8 - Ficha para inscrição de leitor - formato 0,073x0,0125, em cartolina branca.....	117
Figura 9 - Lista dos leitores eleitos "Padrinhos da Árvore".....	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Data de fundação das bibliotecas públicas estaduais brasileiras.....	46
Quadro 2 - Bibliotecas públicas por estado.....	52
Quadro 3 - Funções culturais e educacionais da biblioteca pública.....	56
Quadro 4 - Preparo de livros do Carro Biblioteca.....	110
Quadro 5 - Atribuições do Bibliotecário do Carro Biblioteca.....	110
Quadro 6 - Assistência técnica e Atribuições do motorista pelo Carro Biblioteca...	110
Quadro 7 - Bairros visitados pelo Carro Biblioteca.....	120
Quadro 8 - Matéria do Jornal A Gazeta - 1976.....	137

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- Placa comemorativa de 100 anos da BPES.....	94
Fotografia 2 - Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo (1979) - Praia do Suá.....	97
Fotografia 3 - Nova sede da Biblioteca na Praia do Suá - 2006.....	101
Fotografia 4 - Reforma do prédio da Biblioteca - 2006.....	104
Fotografia 5 - Sede atual da Biblioteca.....	104
Fotografia 6 - Carro Biblioteca 1973 – Inauguração.....	106
Fotografia 7 - Carro Biblioteca 1974.....	114
Fotografia 8 - Usuários do Carro Biblioteca (Década de 1970).....	114
Fotografia 9 - Visita do Carro Biblioteca em Goiabeiras – 1980.....	126
Fotografia 10 - Carro Biblioteca no Desfile Escolar.....	128
Fotografia 11 - Usuários (crianças e adolescentes) do Carro Biblioteca.....	137
Fotografia 12 - Novo Carro Biblioteca através de comodato.....	139
Fotografia 13 - Atividades do Carro Biblioteca – 1995.....	140
Fotografia 14 - Novo veículo do Biblioteca Móvel.....	141
Fotografia 15 - Biblioteca Móvel – 2008.....	142
Fotografia 16 – Festa Junina em Bandeirantes – 2008.....	143
Fotografia 17 – Carro Biblioteca e Comunidade na Festa Junina – 2008	144

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estatística de inscrições e empréstimos do Carro Biblioteca (1973-1979).....	133
Gráfico 2 - Estatística de inscrições e empréstimos do Carro Biblioteca (1980-1987).....	134

LISTA DE SIGLAS

BN - Biblioteca Nacional

BPES - Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo

CGLL - Coordenadoria-Geral do Livro e da Leitura

FBN - Fundação Biblioteca Nacional

HITP - Instituto da História do Tempo Presente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INL - Instituto Nacional do Livro

ISBN - International Standard Book Number

MUNIC - Questionário Básico de Pesquisa de Informações Básicas Municipais

SIC - Serviço de Informação à Comunidade

SNBP - Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 CAPÍTULO I - AS BIBLIOTECAS NA LINHA DO TEMPO: PANORAMA	
HISTÓRICO.....	28
1.1 AS PRIMEIRAS BIBLIOTECAS NO MUNDO	29
1.2 AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	40
2 CAPÍTULO II - BIBLIOTECAS PÚBLICAS E EXTENSÃO CULTURAL	54
2.1 FUNÇÕES E MISSÕES DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS	55
2.2 BIBLIOTECA PÚBLICA: CULTURA, SERVIÇO DE EXTENSÃO E AÇÃO	
CULTURAL	59
2.3 O ESTADO E AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS	67
2.3.1 Princípios e diretrizes para gestão cultural de Bibliotecas Públicas	69
2.4 CARRO BIBLIOTECA: SERVIÇO DE EXTENSÃO CULTURAL.....	75
3 CAPÍTULO III - A EXTENSÃO CULTURAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO	
ESPÍRITO SANTO: O CASO DO CARRO BIBLIOTECA E BIBLIOTECA	
MÓVEL.....	82
3.1 A TRAJETÓRIA DA BPES.....	82
3.2 CARRO BIBLIOTECA: DIRETRIZES E SUGESTÕES PARA SUA	
IMPLANTAÇÃO.....	105
3.2.1 Sugestões do INL para a Implantação do Carro Biblioteca no BPES.....	107
3.3 O PROJETO EM AÇÃO.....	113
3.4 O ACERVO DO CARRO BIBLIOTECA.....	115
3.5 PRÉ REQUISITO DE VISITA E CRONOGRAMA DO CARRO BIBLIOTECA...	117
3.5.1 Carro Biblioteca e Biblioterapia.....	120
3.6 CARRO BIBLIOTECA: ATIVIDADES PARALELAS.....	124
3.7 JORNAL DO CARRO BIBLIOTECA.....	130
3.8 CARRO BIBLIOTECA: ESTATÍSTICA DE USO.....	132
3.9 DIFICULDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO CARRO	
BIBLIOTECA.....	138
3.10 CARRO BIBLIOTECA E SUA CONTINUIDADE ATRAVÉS DO BIBLIOTECA	
MÓVEL.....	141
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
5 REFERÊNCIAS.....	151
APÊNDICES.....	162

INTRODUÇÃO

O surgimento da escrita proporcionou ao pensamento humano ser fixado em uma memória permanente, passível de revisão e reelaboração. As ideias, que até então viviam somente guardadas na mente dos indivíduos e repassadas pela tradição da oralidade, puderam ser preservadas de outra maneira e, ainda, serem transmitidas em diversos suportes. Tal situação exigiu o surgimento de uma instituição na qual esses estoques de informação pudessem ser organizados e amplificados através da disseminação e da discussão construída e realizada em seu interior. Diante disso, surgiu a biblioteca. Extremamente necessária para proporcionar o armazenamento, a distribuição e a circulação da memória coletiva e individual dos bens culturais, científicos e existenciais dos membros da sociedade em geral.

Nessa perspectiva, o objetivo desta pesquisa centra-se na atividade de extensão cultural através de projetos que foram desenvolvidos pela Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo (BPES) – criada em 1855, contando, inicialmente, com um acervo de 400 volumes doados por Brás da Costa Rubim¹, sendo considerada uma das mais antigas bibliotecas públicas do Brasil.

É tácito que a sociedade passou por inúmeras transformações desde o Oitocentos até a contemporaneidade, e, a sociedade capixaba não foge à regra. Todavia, a partir da perspectiva histórica da longa duração lança-se o problema de pesquisa, a saber: em qual proporção a extensão cultural desenvolvida pela BPES expandiu-se como forma de acesso e incentivo à leitura às comunidades visitadas e alcançadas através de ações e projetos culturais desenvolvidos pela BPES?

Sendo assim, esta pesquisa de dissertação se ocupa em estudar a atividade de extensão cultural e o incentivo à leitura desenvolvida pela BPES “Levy Cúrcio da Rocha”, através de seus projetos culturais, Carro Biblioteca e o Biblioteca Móvel no período de 1973 a 2008. A escolha desses projetos decorre dos mesmos serem atividades com elementos propiciadores de questionamentos, percepções, concepções, posturas e diversidade de leitura.

¹ Brás da Costa Rubim, nasceu em Vitória em 1812, quando seu pai, Francisco Alberto Rubim, governava a capitania. (COIMBRA, 2005).

No tocante a historiografia acerca das bibliotecas, durante algum tempo havia somente teoria a respeito das bibliotecas em geral, nunca tendo realmente prática e vivência em nenhuma biblioteca. O discurso pregava que a informação, desde o início da civilização, era matéria prima do processo de desenvolvimento do homem e das nações. Assim, caberia à biblioteca pública atuar como instituição democrática por excelência oferecida a todos. Ocorre que ao voltar-se ao microanalítico observa-se que muitos capixabas (dentre eles acadêmicos, ou seja, difusores da informação) sequer sabem onde se localiza a BPES, assim como qual seu acervo e ações.

Nota-se que a existência física de uma biblioteca, por si só, não promove nenhum atitudinal nas pessoas em seu entorno. Ela precisa, segundo Célia Regina Simonetti Barbalho (2002), se colocar estrategicamente sob o olhar do usuário para ser contemplada e agir como instrumento sedutor que instiga o seu uso ou a rejeição para o uso do seu espaço de leitura. Além disso, a autora afirma que na edificação do edifício da biblioteca investem-se valores que,

[...] dão um sentido amplo. A primeira é a de contribuir para o desenvolvimento do cidadão – valor de base -, e a segunda é a de proteção aos bens culturais que estão sob sua guarda facilitando, pela frequência a seu espaço, a acessibilidade ao conhecimento – valor de uso.

Assim vistos, os prédios não são indiferentes, neutros, eles se inserem no cotidiano, influenciam o universo urbano, a imagem da cidade e conseqüentemente, a própria imagem da biblioteca e seu interior tanto podem invocar um sentido de disposição, de acessibilidade, como de escolha, de exposição, de clausura.

O edifício da biblioteca é uma manifestação de linguagem para contemplação dos transeuntes. Sob o olhar do usuário, essa imagem comunica sua função, seus significados plásticos e icônicos, afirmando sua presença no contexto onde se insere, provocando ou não os passantes e despertando no público, sentidos que variam de acordo com a aparência do objeto que devem refletir exteriormente o que tem lá dentro e estimulem as pessoas a entrarem nos prédios, através de sua estrutura arquitetônica. (BARBALHO, 2002, p. 5).

Diante disso, as comunidades necessitam de uma biblioteca pública com estrutura física sedutora e com acesso irrestrito, que supra também suas necessidades de informação e que sirva de mediadora entre a sociedade, para a qual foi criada e, cumpra ainda com o papel do qual ela não pode abdicar. Calca-se este pensamento ao refletir-se que o homem usa do conhecimento para reagir no meio em que está inserido e, se possível, para transformá-lo, de modo que a Biblioteca Pública é o

principal meio de propiciar a todos o livre acesso aos registros do conhecimento e das ideias do homem nela depositados.

Embasando-se na literatura a respeito do objeto deste estudo dissertativo e de acordo com Ana Ligia Silva Medeiros (2010), pode-se afirmar, de acordo com os resultados das pesquisas divulgadas no ano de 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Questionário Básico de Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), que as bibliotecas públicas estavam presentes em 93,2% dos 5.564 dos municípios brasileiros, ou seja, ela é uma das instituições culturais mais presentes nos municípios pesquisados. Porém, ao fazer um cruzamento com outros dados publicados no *Retrato da leitura no Brasil*, de uma forma geral, as bibliotecas públicas são frequentadas somente por 10% da população entrevistada. Outro dado, também interessante, é que apenas 34% dos entrevistados conhecem a biblioteca pública de seu município. Isso demonstra que há uma necessidade premente das bibliotecas públicas atraírem seus usuários e, consequentemente, exercerem seu papel de incentivadoras da leitura em seu interior e de, até mesmo, criarem e executarem projetos culturais provocativos visando suscitar o incentivo à leitura fora de seu local físico. (AMORIM, 2008 apud MEDEIROS, 2010).

Diante do exposto, para a construção do caminho investigativo desta pesquisa, buscou-se localizar fontes bibliográficas que tratassem da temática proposta a fim de melhor fundamentar teoricamente o estudo. Constatamos, no entanto, que existem poucos estudos que trata da temática extensão cultural e o incentivo à leitura, através de projetos culturais desenvolvidos por bibliotecas públicas por meio das chamadas bibliotecas ambulantes precursora do carro biblioteca no Brasil.

Partindo dessa problemática e visando compreender os motivos pelos quais há pequena produção literária sobre o tema, pensamos em realizar essa pesquisa no intuito de preencher essa lacuna. Uma vez que, conforme relata Regina M. Lamas Pegoraro Spanholz (1984), os serviços oferecidos pelas bibliotecas públicas se constituem na primeira oportunidade concreta de acesso aos bens culturais e científicos produzidos pela coletividade, sendo de competência delas a responsabilidade da difusão e da intermediação do conhecimento nelas depositado.

Diante disso, acredita-se na necessidade de investimentos, na atualização permanente e, na manutenção desse espaço (biblioteca). Tal medida deve ser uma iniciativa permanente do Governo, visto que ele irá proporcionar a formação de leitores críticos, conscientes, competentes e capazes de intervirem e lidarem com os avanços e os recursos produzidos pela tecnologia da comunicação de massa. Pois a existência de acervo, por si só, não é suficiente para uma Biblioteca Pública, mas, para tanto, o Poder Público precisa criar e executar projetos de acesso ao livro e de incentivo à leitura, visando o fortalecimento da disseminação cultural.

Como deseja-se evidenciar a importância da biblioteca pública como função social e de apoio à educação do cidadão, pretende-se verificar se a implantação dos projetos Carro Biblioteca e Biblioteca Móvel respondem à nossa preocupação, que é verificar se as atividades de extensão cultural implementadas na BPES “Levy Cúrcio da Rocha”, tem possibilitado o incentivo à leitura e o aumento do número de leitores. A pesquisa se realizará a partir das seguintes questões geradoras deste trabalho:

- Como foi a trajetória histórica da Biblioteca Pública do Espírito Santo “Levy Cúrcio da Rocha”, bem como sua formação e desenvolvimento de suas coleções?
- Qual o quantitativo de usuários anualmente que a frequentam e qual o *ranking* de seus produtos e serviços disponibilizados à sua comunidade de entorno?
- Quais são as experiências de serviço de extensão cultural desenvolvidas pela BPES “Levy Cúrcio da Rocha”?
- Se os profissionais dessa Instituição percebem, através de seus serviços de extensão cultural, oportunidades de desenvolvimento criativo pessoal da população, promoção do conhecimento de sua herança cultural, e acesso à leitura e às expressões culturais?
- De que forma o Estado vem incentivando a execução de ações de extensão cultural na BPES “Levy Cúrcio da Rocha”?

Else Benetti Marques Valio (2003) relata que a biblioteca pública, desde sua criação, teve como missão a instrução e a educação constante para o povo. Esta instituição deveria então, contribuir para a constituição da cidadania, ou seja, o conjunto de direitos e deveres do indivíduo dentro da sociedade. Embasando-se em tais contextos e reflexões, por conseguinte, descrevem-se os objetivos almejados com este trabalho.

- Analisar a importância da extensão cultural das bibliotecas públicas como fator de ampliação ao acesso e incentivo à leitura da população;
- Evidenciar a dinâmica e os objetivos desenvolvidos na criação da ação cultural do Carro Biblioteca, através da retrospectiva histórica desde sua criação em 1973 até a sua substituição ou continuidade, em 2008, através do Biblioteca Móvel, mostrando o seu quantitativo de acesso à leitura proporcionado às comunidades visitadas;
- Identificar alguns mecanismos de divulgação dessas ações desenvolvidas pelos bibliotecários idealizadores e envolvidos nesse projeto de extensão cultural, bem como visualizar percepções positivas ou frustrações quanto ao grau de envolvimento dos usuários quanto a essa prática cultural.

De acordo com Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque (2012), as bibliotecas trazem consigo um espaço dinâmico e interativo com a produção intelectual e tem, ainda, por objetivo a criação de novos conhecimentos. A partir dessa insinuante premissa, pretende-se utilizar um instrumento metodológico que possibilite alçar diálogos com todas as formas de pensamentos, nos quais seu conjunto de princípios, diretrizes e técnicas visem orientar esta atividade de pesquisa.

Dar início a uma pesquisa, em qualquer campo do conhecimento humano, é como partir a uma viagem instigante e desafiadora, pois traz consigo uma sensação do novo em confronto com o desconhecido, ou seja, urge o preenchimento de algo que se encontra insuficiente e até escasso na nossa área de estudo. A pesquisa, segundo José D'Assunção Barros (2007) por sua vez, é uma atividade para dar-se

prosseguimento a esse processo, ou melhor, a essa viagem em busca do desconhecido ou do preenchimento de certas lacunas do âmbito científico.

Como ficariam a história da humanidade, suas descobertas, sua evolução e seus inventos, se não houvesse uma forma ou um lugar para reunir e conservar os suportes da escrita em que eram registrados o conhecimento e a comunicação entre os povos? A evolução humana e o resgate da cultura e da história dessa civilização foram revelados graças à existência dos suportes da escrita e principalmente das bibliotecas.

Sônia de Conti Gomes (1983) cita que historiadores que discutem sobre a temática biblioteca divulgam apenas seu fato histórico: em determinada época e lugar foram criadas tal ou tais bibliotecas, por esse ou aquele dirigente ou grupo social, para atender a uma determinada demanda da estrutura social. Mas, baseando-se nos argumentos evidenciados por Henry Rousso (2007), propõem não somente escrever, relatar e interpretar o passado, mas compreender a prática do *tempo presente* em que a biblioteca está inserida, mediante a exposição dos testemunhos do dia-a-dia, de suas representações do fato e de suas interpretações.

A forma escolhida como uma macrovisão da extensão cultural em bibliotecas públicas foi investigar estudos realizados na literatura especializada, por acreditar que através desses textos separados tematicamente, se encontrariam verbalizadas as expectativas, os acertos e até mesmo dificuldades de aplicação de tal atividade.

Dessa forma, no âmbito deste trabalho, fez-se o recorte do objeto na atualidade, para tentar iluminá-lo em nosso cotidiano através da História do Tempo Presente, que hoje se encontra em evidência utilizando-se de novos métodos e fontes de pesquisa. Ela proporciona a proximidade e o peso dos assuntos pesquisados diante de uma consciência coletiva, através da necessidade da demanda social e busca estudar o cotidiano, que, inevitavelmente, é uma reflexão sobre nosso presente. (ROUSSO, 2007).

Para Gilson Porto Jr. e Aubergs Neves (2007, p. 53),

Pensar na história como algo do passado, envolve aceitá-la pensando em um tempo que tem pouca eficácia sobre o presente e, numa outra visão, ela expõe que podemos pensar nesse passado agindo inevitavelmente sobre os acontecimentos atuais.

Afirmam ainda, que a história pensada como um mundo histórico extrai o pensamento da totalidade dos modos de ser e das criações do homem, bem como de sua cultura. Para eles, '[...] falar sobre o fato histórico é também falar do historiador e seu ofício. [...] O historiador assume o papel de colecionador, isto é, ele procura eventos e, [...] monta, como um quebra-cabeça, esses fatos analisados em suas percepções'. (PORTO JR.; NEVES, 2007, p. 55).

As fontes a serem trabalhadas nesse processo de resgate do passado não estão explícitas, mas serão garimpadas e escolhidas para evidenciar algo,

[...] que foi construído em um certo contexto [podendo], então, ser reavaliado em outro. É tão bem verdade que a História do Tempo presente encontra-se hoje exposta, justamente, pelas próprias razões que proporcionaram seu sucesso: a proximidade e o peso dos assuntos estudados na consciência coletiva, a importância da demanda social [...] (ROUSSO, 2007, p. 282-283).

Pieter Lagrou, pesquisador no Instituto da História do Tempo Presente - HITP², desde 1998, afirma que a história do tempo presente seria uma história feita a partir de relatos orais, ou seja, uma história do vivo ou dos vivos, onde seria "[...] impossível de extrair o observador do observado" enfatizando que "o historiador não está apenas envolvido como sobreviventes, ele é um deles." (LAGROU, 2007, p.35).

Para Jean-Pierre Rioux (1999, p. 39) cita que fazer uma história do presente,

[...] não se trata nem do "período" último de um recorte passado para uso escolar e universitário, nem de um conceito de substituição por tempos de crise da temporalidade nas nossas sociedades invadidas pelo efêmero, nem mesmo de um paradigma regulador no caos das ciências sociais. Uma história dita do presente participa de fato mais ou menos de todos esses vocábulos.

Pretende-se desenvolver, nesse sentido, uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva, onde o foco deste estudo, segundo Augusto N. Silva Triviños (1987), está

²Institut d'Histoire du Temps Présent.

no desejo de conhecer a comunidade, suas características, seus problemas, entre outros aspectos. O estudo descritivo exige do pesquisador uma série de dados ou informações sobre o que se quer pesquisar.

Conforme aponta Maria Cecília de Souza Minayo (1999), a pesquisa qualitativa preocupa-se com uma realidade que não pode ser quantificada, respondendo a questões muito particulares, trabalhando com um universo de significados, crenças e valores e que correspondem a um espaço mais profundo das relações e dos fenômenos, que podem não ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Desta forma, fundamenta Augusto N. Silva Triviños (1987), que a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno em um contexto.

Em parte, demonstrar-se-á também como uma pesquisa do tipo levantamento, que apresenta a vantagem da investigação direta da realidade, de certa maneira econômica e rápida, ao permitir entrevistar os sujeitos, de quem opiniões se desejam conhecer.

Nessa perspectiva, Antônio Carlos Gil (1999, p. 20) afirma que

[...] as pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer [...] procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida [...] obter as conclusões correspondentes dos dados coletados.

Confrontamos dois tipos análises: a documental e a entrevista.

Esse tipo de pesquisa tem como característica o fato da fonte de coleta de dados se encontrarem em documentos, escritos ou não, chamados de fontes primárias. Acredita-se que a realização dessa pesquisa agrega valor a outros dados e dá a oportunidade de analisar a massa de informações disponíveis para se estabelecer a política concebida e implantada no período.

A pesquisa documental apresenta várias vantagens, uma vez que há que se considerar que os documentos constituem uma fonte rica e estável de dados, tornando-se a mais importante fonte em qualquer pesquisa de natureza histórica, uma vez que os documentos subsistem ao longo do tempo e pelo fato de não se exigir contato direto com os sujeitos da pesquisa.

Por isso, pode-se afirmar que as várias visitas feitas à Biblioteca abriu um leque de oportunidades de pesquisas e, logo de início, obteve-se o acesso ao inventário sumário do arquivo permanente da BPES, onde o limite temporal deste arquivo inicia-se em 1971. O recorte temporal, portanto, é justificado a partir desta data, a qual é a base de encaminhamento para documentos que versaram sobre dados da criação de um dos objetos de estudo.

Além de garimpar este valioso acervo histórico, utilizamos também de outras fontes específicas, que nos apontaram questões para as fontes do presente, tais como: literatura sobre o tema, documentos que traçam diretrizes para as bibliotecas públicas (Manifesto da Unesco, Livro Verde, e outros), clipagem de jornais do estado do Espírito Santo, legislação espírito-santense e brasileira de bibliotecas públicas, pesquisa de dados na Internet - *home Page* do Governo Federal e Estadual, entre outros.

Após a análise inicial da documentação primária, utilizamos de outros meios para completar tal verificação. Esta, por sua vez, será feita através da elaboração de entrevistas.

Deste modo, o instrumento mais utilizado na feitura da pesquisa qualitativa é a entrevista semiestruturada, a qual se configura como “um dos principais meios que tem o investigador para utilizar uma colheita de dados.” (TRIVIÑOS, 1987, p. 143).

Privilegiamos o uso da entrevista semiestruturada, pois ela valoriza a presença do investigador e oferece ao investigado o alcance de liberdade e espontaneidades necessárias às suas respostas, enriquecendo, por sua vez, a investigação. (TRIVIÑOS, 1987).

A entrevista semiestruturada, de acordo com Triviños (1987, p. 146):

[...] parte de questionamentos básicos, fundamentado nas teorias e nas hipóteses que interessam à pesquisa, oferecendo-lhe uma diversidade de interrogativas a partir das respostas dos entrevistados (informantes), ou seja, no momento que o informante, seguindo espontaneamente a sua linha de pensamento, responde os questionamentos feitos pelo investigador, esta resposta poderá gerar uma série de novos questionamentos e a partir desse momento o informante passa a participar da elaboração do conteúdo questionado pela pesquisa.

Para Paul Thompson (1998) ser bem-sucedido ao entrevistar exige habilidade. O bom entrevistador acaba desenvolvendo uma variedade de métodos, que tem por objetivo produzir os melhores resultados que se harmonizam com sua personalidade. O primeiro ponto é a preparação de informações básicas a respeito do tema, pois, quanto mais bem informado, mais provável é que se obtenham informações históricas importantes de uma entrevista.

Segundo recomendação de Verena Alberti (2004), utilizamos das várias maneiras de se abordar o tema a ser pesquisado que foi estudar as possíveis versões que os entrevistados podem fornecer acerca do objeto de análise, ou seja, “O que a narrativa dos que viveram ou presenciaram o tema pode informar sobre o lugar que aquele tema ocupava (e ocupa) no contexto histórico e cultural dos dados?” (ALBERTI, 2004, p.30).

Segundo a autora, há diversas maneiras de abordagem de um tema, onde,

A escolha dos entrevistados é, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa. [...] Será necessário escolher os possíveis entrevistados entre as pessoas que efetivamente podem contribuir nesse sentido [...] convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos. (ALBERTI, 2004, p. 31-32).

Devido ao recorte do objeto deste estudo, utiliza-se o postulado de Alberti (2004) como orientação para iniciar a entrevista com um maior número de pessoas disponíveis capazes de fornecer depoimentos significativos sobre o assunto. Neste caso, utilizamos a princípio, das entrevistas com os bibliotecários idealizadores e envolvidos nesse projeto de extensão cultural, além de outras informações cedidas pelas diretoras da Biblioteca Pública Estadual, no período de 1971 a 2008, e de

funcionários que se envolveram e participaram do projeto Carro Biblioteca desde sua criação até o seu término.

Utilizamos também a entrevista semiestruturada com antigos servidores que estabeleceram vinculação administrativa com a BPES, no período abarcado pelo marco cronológico da pesquisa e, que se envolveram nas atividades de serviço de extensão cultural e o incentivo à leitura. Dessa maneira, foi possível dialogar com a própria fonte e trabalhar sob uma vigilância, ou seja, fomos cúmplices mútuos com o objetivo de explicar e selecionar dados para hierarquizar um trabalho realmente fecundo e importante.

Nessa perspectiva, o roteiro geral de entrevistas foi elaborado com o objetivo de elucidar fatos não encontrados no arcabouço bibliográfico e ainda preencher lacunas observadas na documentação primária consultada. Neste caso, seguimos a recomendação de Alberti (2004, p. 83) ao afirmar que, a função das entrevistas deverá ser dupla, pois “promove a síntese das questões levantadas durante a pesquisa em fontes primárias e secundárias e constitui instrumento fundamental para orientar as atividades subsequentes”.

Para a execução do trabalho de campo foram agendados horários com as diretoras da BPES, na gestão entre os anos de 2009 a 2011, a fim de alcançarmos através das inúmeras conversas informais, embasamentos férteis e subsídios para elaboração de nosso projeto de pesquisa, pois segundo Robert Frank (1999), a verdadeira história é muito mais que uma simples busca por fatos acontecidos, ela é um interrogatório quase no sentido policial do termo, com indícios, depoimentos e testemunhas.

Organizamos roteiros específicos para as entrevistas programadas e a realizamos no período de novembro a dezembro de 2013 e janeiro de 2014, perfazendo um total de mais de 30 horas, que puderem retificar e acrescentar informações relevantes ao texto original dessa pesquisa.

Após a coleta, os dados foram organizados e tabulados manualmente, sendo apresentados em quadros, gráficos e tabelas com a intenção de facilitar a descrição e a análise dos resultados obtidos.

Segundo Gil (2008, p.102),

O processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos [...] pode ocorrer também a interpretação dos dados, que consiste fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos [...]

Nessa perspectiva, o trabalho foi desenvolvido e dividido em três capítulos, a saber:

O primeiro capítulo discorre sobre um panorama da história da biblioteca no mundo e no Brasil. O intuito é mostrar o trabalho desenvolvido pelas bibliotecas de um modo geral e resumido, e nos ateremos, mais profundamente, na revisão de literatura sobre as bibliotecas públicas, identificando suas funções e objetivos no decorrer da história da humanidade.

O segundo capítulo reserva-se à discussão acerca dos conceitos de extensão cultural desenvolvidas pelas bibliotecas públicas, bem como a expansão destas como um veículo de acesso e incentivo à leitura para a população das comunidades alcançadas. Ademais, mostrar-se-á, através de um breve histórico dos programas de carro-biblioteca no panorama internacional e nacional, como uma biblioteca pode envolver-se de maneira harmoniosa e em sintonia através da sua função como extensão cultural, atendendo às necessidades e interesses de uma comunidade onde está fixada.

O capítulo terceiro demonstra a trajetória histórica da Biblioteca Pública do Estado do Espírito Santo (BPES), bem como evidencia, através de informações retiradas dos relatórios governamentais em que constavam informações a respeito da BPES, as dificuldades encontradas para manter o espaço aberto ao público, seu desenvolvimento e a preservação de suas coleções. Ainda evidencia a dinâmica e os objetivos desenvolvidos na criação do serviço de extensão cultural do Carro Biblioteca, desde sua criação em 1973 até a sua substituição ou continuidade, em

2008, através do Biblioteca Móvel. Descreve também os pré-requisitos de implantação do Carro Biblioteca, bem como foram elaborados o percurso e a elaboração de seu cronograma, as atividades paralelas desenvolvidas pelos funcionários do Carro, além do empréstimo de suas obras à comunidade de entorno. Mostra algumas experiências de serviço de extensão cultural desenvolvidas no período de funcionamento e a explanação do grau de utilização do Carro Biblioteca durante as décadas de seu funcionamento. Diante disso, identifica as consequências e mudanças que este projeto atingiu em seus usuários quanto ao incentivo à leitura e acesso à informação.

.

1 CAPÍTULO I - AS BIBLIOTECAS NA LINHA DO TEMPO: PANORAMA HISTÓRICO

A biblioteca é um espaço no qual há um vasto repositório de informações oriundas das mais diversas produções literárias, as quais estão disponíveis para consulta e que contribuem para a aprendizagem permanente. Segundo José Barboza Mello (1972), a origem de sua palavra vem do “grego *biblion*, livro, e *theke*, caixa, cofre, armazém ou depósito de livros. [...] Acervo formado por livros gravados em placas de argila, pedras ou metais. [...]” (MELLO, 1972, p. 212).

As relações sociais, nos primórdios da humanidade, existiam sem o registro escrito. A Antropologia mostra segundo Roque de Barros Laraia (2002), que ainda hoje, muitas comunidades, ditas primitivas, não usam a escrita em seu cotidiano, ou seja, toda sua cultura dá-se em geral de forma oral. E assim era grande parte da humanidade. Conheciam-se apenas a forma oral e a transmissão desta era feita a partir do contato, ou melhor, de uma geração para outra ou de uma civilização para outra. Sentiu-se, então, a necessidade de se preservar o conhecimento humano produzido, mesmo em seus primitivos materiais empregados para o registro da escrita. Surge, assim, a biblioteca como consequência natural e fundamental dos povos que passaram a valorizar tanto seu passado e presente que viram a necessidade de arquivar e armazenar o conhecimento de sua história vivida para o conhecimento das gerações futuras.

Wilson Martins (2001) relata que a história das bibliotecas físicas antecede a criação dos livros, na forma impressa como se conhece hoje, e é, até mesmo, anterior aos seus manuscritos. Elas tiveram sua origem como depositárias de informações em suportes como tabletas de argila - bibliotecas “minerais”, e também em rolos de papiros, pergaminhos e códices³ - bibliotecas “animais e vegetais”, respectivamente.

³ Pequena placa encerada (frequentemente de marfim ou de madeira) usada pelos antigos romanos para escrever. O conjunto dessas placas, articulado por dobradiças, constitui uma espécie de livro. (HOUAISS, 2004, p. 752).

1.1 PRIMEIRAS BIBLIOTECAS NO MUNDO

Paulo Barros (2002) afirma que as primeiras bibliotecas que se tem registro na história da humanidade surgiram entre as civilizações da Mesopotâmia, do Egito, Roma e Grécia. Inclusive afirma que foi na Mesopotâmia - uma das primeiras civilizações da história que reunia os povos babilônicos, sumérios e assírios – que surgiram as primeiras bibliotecas que se têm informações na história da civilização humana.

Na Idade Média existiam as bibliotecas dos mosteiros, de ordens religiosas diversas, as bibliotecas das Universidades e as bibliotecas particulares, quase sempre eram pertencentes aos reis. Quanto ao acesso ao seu espaço físico e a de seus manuscritos, tanto nas bibliotecas da Antiguidade quanto nas da Idade Média, ele não era permitido para qualquer um. Logo, poucos tinham o privilégio de adentrar nesses espaços para consultar as obras e, os que eram autorizados usavam sandálias especiais para penetrarem em seu recinto. Esse foi um lugar reservado aos religiosos e, por conta da posição política da religião, os livros tiveram sua circulação vigiada e controlada. Esse cenário dificultava o acesso aos livros, pois:

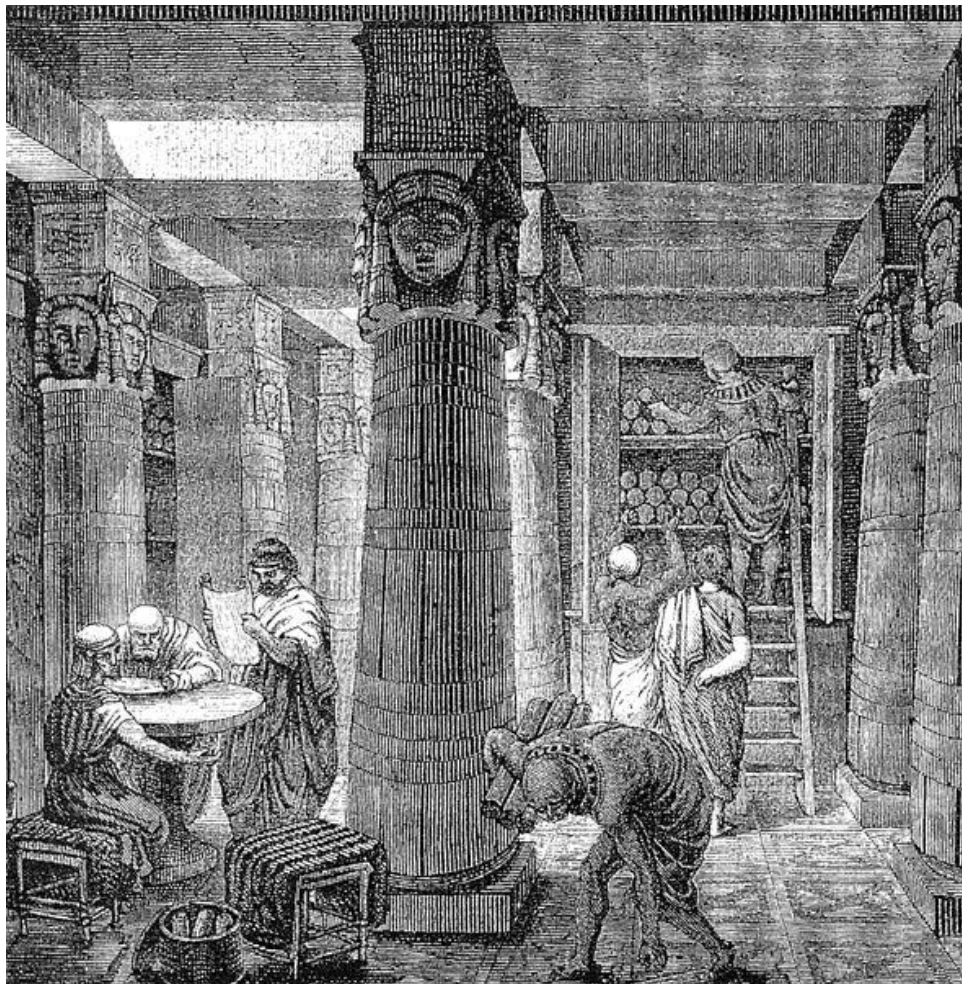
[...] as bibliotecas não estão à disposição dos profanos: são organismos mais ou menos sagrados, ou, pelo menos, religiosos, a que têm acesso apenas os que fazem parte de uma certa “ordem”, de um “corpo” igualmente religioso ou sagrado. [...] O livro, a palavra escrita, eram o mistério, o elemento carregado de poderes maléficos para os não-iniciados: cumpria manuseá-los com os conhecimentos exorcismatórios indispensáveis. (MARTINS, 2001, p. 71).

Nos referidos períodos, na Antiguidade e na Idade Média, havia um restritíssimo público leitor, que tinha acesso às Bibliotecas. Somente após o século XVI, depois da invenção da imprensa e do esplendor renascentista, é que se tem notícia de que um número significativo pôde frequentá-las, apesar

[...] de o livro continuar como ministério, carregado de poderes *maléficos*, reservado aos religiosos, porque eram estes os únicos capazes de neutralizar seus maus efeitos. Quando se fala de livro, era evidente que todos se referiam à Bíblia. Mas as Bibliotecas de Alexandria e de Pérgamo, as maiores da época, possuíam livros profanos, de todo gênero cultural. (MELLO, 1972, p. 213).

A história das bibliotecas no mundo acompanha a história da escrita e das formas de registro do conhecimento humano. Em Alexandria no Egito, localizou-se a mais famosa biblioteca da Antiguidade (Figura 1), criada no século III a.C. por Ptolomeu⁴ I denominado de Soter – O Protetor – que a organizou sob a influência de Aristóteles que utilizava o modelo clássico *Gymnasium*. Ela era formada por dois edifícios, onde se encontravam as estantes com nichos para acondicionar os papiros, salas de investigação, leitura, jardins, horto, zoológico, salas de dissecções e observatório astronômico. Em seu interior havia, também, habitações ocupadas por escribas, os quais eram especializados em diversas línguas das mais longínquas regiões da terra. (MARTINS, 2001).

Figura 1- O interior da antiga biblioteca de Alexandria



Fonte: Wikipédia, acesso em: 20 abr. 2013.

⁴ O Egito ptolomaico (ou ptolemaico) é um período da história do Egito que se estende entre os anos de 305 a.C., ano em que um antigo general de Alexandre Magno, Ptolomeu I Sóter, se tornou rei do Egito [...] Ptolomeu I tomou o título de faraó, que lhe concedeu legitimidade religiosa para governar o Egito e conseqüentemente explorá-lo economicamente.

Afirma-se ainda, que foram os Ptolomeus, os que mais contribuíram para o desenvolvimento do cultivo do papiro, pois tinham a preocupação em não deixar acabar o estoque desse material, porque era mantido um exército de escribas que o utilizavam para copiar todas as obras da Antiguidade, aumentando com isso incessantemente, o acervo da Biblioteca de Alexandria. (MELLO, 1972).

Além disso, de acordo com Attico Chassot (2002), os Faraós Ptolomeus mantinham especial atenção quanto ao desenvolvimento de coleções da Biblioteca Alexandrina, por isso, cada navio que atracava no porto de Alexandria era revistado e, se fosse encontrado um livro, este era levado à biblioteca para ser copiado e era a cópia que retornava ao proprietário. O seu nome era inscrito em um registro, como proprietário do original, mas que obrigatoriamente ficava sob a guarda da biblioteca. O mesmo ocorria com qualquer viajante que chegasse à cidade tendo em sua bagagem manuscritos originais.

Vale destacar, segundo a obra organizada pelos autores Marc Baratin e Christian Jacob (2000) que a biblioteca dos Ptolomeus não pode ser considerada uma biblioteca pública. Na verdade ela era uma biblioteca real, de modo que até os eruditos cujo local habitavam e os animais que por ali circulavam eram, de certa forma, propriedades do rei.

Segundo Martins (2001), a Biblioteca da Alexandria orgulhava-se por possuir, em seu interior, mais de 700 mil manuscritos em que a maioria eram os únicos de várias obras da Antiguidade. Nessa biblioteca foi realizada a tradução dos livros sagrados dos hebreus, qualificada como um dos mais importantes acontecimentos históricos da humanidade, pois “permitiu a propagação do judaísmo entre os gentios e o estabelecimento do cristianismo”. (MARTINS, 2001, p. 75).

Em 646 da Era Cristã, a biblioteca e seu complexo de pesquisa foram destruídos, parcialmente ou totalmente, em diversos momentos devido às guerras, à negligência e, especialmente, devido ao receio dos detentores do poder e os déspotas, de que o saber, quanto extensamente socializado – e essa é a função de uma biblioteca – poderia abalar seu poder. Ocorre que, destruir a biblioteca seria a mesma coisa que dizimar a história, a cultura e a tradição de um povo. (CHASSOT, 2002).

Vale mencionar que em 1998, o governo do Egito e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconstruíram a nova e monumental Biblioteca de Alexandria (Figura 2), às margens do Mediterrâneo, com 85 mil m² de área construída e capacidade para mais de oito milhões de exemplares, dispondo de avançados recursos tecnológicos.

Figura 2 - O edifício da atual biblioteca de Alexandria



Fonte: Wikipédia, acesso em: 20 abr. 2013.

Para Jean Marie Goulemot (2011), a biblioteca de Alexandria representa realmente a primeira verdadeira biblioteca pública. Entretanto, não somente no sentido que a época dá ao termo, “mas porque nossa memória cultural o decidiu, e através de sua história incerta e vaga, até mesmo controvertida, mitos e sonhos, regras de utilização e práticas de leitura se construíram e medos se confrontaram.” (GOULEMOT, 2011, p. 28).

No Período Medieval, as bibliotecas dividiram-se em três diferentes espécies no que concerne às suas entidades mantenedoras:

As bibliotecas monacais (e entre elas incluiremos, ao só por afinidade como por suas origens históricas, a Vaticana), as bibliotecas das universidades e as bibliotecas particulares (mesmo as que eram constituídas pelos reis e

grandes senhores pertenciam-lhe a título por assim dizer privado ou pessoal; só mais tarde é que, por força de uma evolução natural, elas se transformaram em bibliotecas “oficiais” e públicas).

Os mosteiros e conventos definiram-se, no período medieval, como bibliotecas: até arquitetonicamente isso é verdade [...]. As mais variadas formas de estantes de leituras existiam nesses conventos para permitir um manuseio cômodo dos grossos in-fólios medievais, inclusive as portáteis, mas nas quais se acorrentavam os livros.[...]

Com maior ou menor interesse profano, com maior ou menor penetração leiga, são os mosteiros que salvam, para o mundo moderno, a riqueza literária da Antiguidade. Um provérbio então corrente afirmava que “mosteiro sem livros, praça de guerra sem armas”. (MARTINS, 2001, p. 82-84).

As bibliotecas não sofreram grandes alterações no decorrer deste intervalo de tempo entre o Medievo e à Modernidade. Permaneceu, a continuidade do caráter religioso presente até a Renascença, não pelos assuntos temáticos dos livros que depositavam, mas pela natureza de seus órgãos administrativos.

Na Europa dos séculos XVI e XVII, deter livros e manuscritos era um instrumento de prestígio e também um objeto de desejo e de concorrência para as bibliotecas dos reis e príncipes. Ao longo da história, do papiro ao pergaminho, do manuscrito ao impresso, as mutações materiais dos livros influenciaram a situação e as funções da biblioteca. (MARTINS, 2001).

A partir do século XVI, ainda na Renascença, as bibliotecas começaram a sofrer grandes transformações, passando a ter caráter legal e civil (laicização), ou seja, mudando de particulares para públicas e abertas à comunidade (democratização), tornando-se especializadas em diferentes áreas do conhecimento, com dinamicidade e levando a informação a todas as camadas da sociedade.

Quando a tipografia foi criada na Renascença, o livro ganhou maior visibilidade e veiculação, tornando a biblioteca mais popular e diante disso, ele juntamente com a biblioteca foi, [...] um dos instrumentos mais poderosos da abolição do “antigo regime” [...] (MARTINS, 2001, p. 324).

Sobre este período da história, Roger Chartier (2002, p. 135) diz que:

Deve, igualmente, ser posto em dúvida o contraste durante muito tempo reconhecido entre todas as formas orais e gestuais da cultura dita

tradicional e a área de circulação da escrita, manuscrita e depois impressa, delimitando uma cultura diferente, minoritária, reservada. A divisão levou a compartimentar as abordagens destas duas formas de aquisição o e de transmissão culturais e a separar a antropologia histórica — que, embora trabalhe com textos, se ligou ao sistema de gestos, aos usos das palavras, aos dispositivos rituais — de uma história cultural mais clássica, dedicada a escrita, a sua produção e a sua circulação. Ora, formulada deste modo, a oposição traduz muito mal as situações do período entre os séculos XVI e XVIII, onde se imbricam meios de comunicação e múltiplas práticas.

Diante do exposto, dar a todos os homens direito aos benefícios do livro significava, inevitavelmente, a criação de livros que pudessem servir a todos os homens. Livros que deveriam corresponder aos mais variados gostos e às suas mais variadas necessidades. Com isso, as bibliotecas teriam que se especializar de modo a atender agora, seus novos leitores. Então,

A princípio, a biblioteca tentou, num esforço sobre-humano, atender a todas as solicitações; pouco a pouco, as coleções especializadas foram surgindo. Daí as diversas espécies de biblioteca: esse nome, que antes era unitário e respondia a uma classe única – sectária e aristocrática – é hoje apenas um gênero de que as diversas bibliotecas especializadas são as espécies. (MARTINS, 2001, p. 324).

As sociedades, ditas arcaicas (mas que chegam até a atualidade) tomam a ideia que os livros são elementos constituídos de poder ou que os mesmos proporcionam, aos seus, poder àqueles que os detém. Ademais, as palavras livro e liberdade são expressas na língua latina com os mesmos símbolos do alfabeto. Ocorre que, as memórias de uma civilização decorrem de tudo o que ela escreveu, seja pelo alfabeto ou por monumentos. É difícil ao historiador retomar a Antiguidade Clássica sem se apoiar em fontes escritas como os manuscritos. E, a civilização urbana Greco-romana depositou suas memórias na escrita. Arquivos e bibliotecas eram locais de memória nestas civilizações, especialmente depois da conquista Greco-macedônia do mundo oriental. (BARATIN; JACOB, 2000).

Desta forma, observa-se o quão importante eram as bibliotecas e seus livros na civilização Greco-romana. Neste caso, corrobora-se com Baratin e Jacob (2000, p. 237) ao afirmarem que:

Essa história nos ensina como a memória desta civilização foi conservada, ou parcialmente apagada, ou mesmo, em certos casos totalmente perdida. Seguir os avatares das bibliotecas do mundo clássico é uma das condições para compreender o estado de nossos conhecimentos sobre a Antiguidade.

A biblioteca acompanhou a própria evolução social da Idade Moderna e, pouco a pouco, foi perdendo seu caráter religioso, deixando o livro, de ser considerado objeto de cunho sagrado e secreto, passando, então:

[...] a se transformar num instrumento de trabalho posto ao alcance de todas as mãos; assim como toda a vida social submete-se cada vez mais a 'documentos' e não a 'dogmas', a 'contratos' e não a 'mandamentos', a 'crítica' e não a 'revelações' [...] (MARTINS, 2001, p. 323).

Por meio desta análise pode-se compreender uma democratização em ritmo maior. Explica-se: Anterior à instalação do regime democrático governamental, a biblioteca já funcionava como um organismo democrático porque os livros, ou seja, a informação registrada, que corria pelos corredores de uma biblioteca, foram instrumentos de poder notórios ao fim do chamado Antigo Regime. Naquele cenário histórico do século XVIII notava-se a presença do pensamento democrático o qual antecedia a própria democracia. Este mesmo pensamento era oriundo dos livros, logo, das bibliotecas. Mas com o tempo, a democratização da biblioteca coloca-se como fonte e consequência desse processo. Esta se refere, portanto, a um processo de laicização, ou seja, a democracia possui um caráter laico, enquanto que, a monarquia um ideal sagrado. Todavia, a democratização, ou melhor, o acesso do homem a privilégios antes reservador a um grupo seletivo é, por conseguinte, um processo de especialização. (MARTINS, 2001).

Ressalta-se que, até o Renascimento as bibliotecas, os arquivos e os museus eram uma só entidade, onde se guardavam todos os tipos de documentos. Desta forma, o processo chamado de socialização está entre os mais significativos dentre os que em nossos dias distinguem a biblioteca moderna, antes um organismo reservado a poucos, e que agora,

[...] não apenas abriu largamente as portas, mas ainda sai à procura de leitores; não apenas quer servir ao indivíduo isolado, proporcionando-lhe a leitura, o instrumento, a informação de que necessita, mas ainda deseja satisfazer às necessidades do grupo, assumindo voluntariamente o papel de um órgão sobrecarregado, dinâmico e multiforme da coletividade. (MARTINS, 2001, p. 324-325).

Deve-se ter ciência que a biblioteca não é um simples espaço de armazenamento de livros. Esta é uma das características mais importantes do processo, pelo qual, passou seu conceito. Pois,

À sua passividade substituiu-se um salutar dinamismo, a iniciativa de uma obra que é ao mesmo tempo, de socialização, especialização, democratização e laicização da cultura. Ela desempenha, dessa forma por menos que pareça, o papel essencial na vida das comunidades modernas; é em torno dela que circulam todas as outras correntes da existência social. (MARTINS, 2001, p. 324-325).

A história das bibliotecas aponta que as polêmicas envolvendo os impressos encobriram, por vezes, os verdadeiros objetivos e a necessidade de fato de um projeto inovador e benéfico. Ou seja, um projeto capaz de oferecer à comunidade intelectual um espaço de leitura e trabalho nos moldes das exigências atuais das pesquisas. (BARATIN; JACOB, 2000).

Acerca das bibliotecas, os autores lembram ainda que estas são,

Lugar da memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, [...] também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira. (BARATIN; JACOB, 2000, p. 9).

A história das bibliotecas, assim como dos livros, aproxima-se da História Cultural ou, ao menos, da abordagem das práticas culturais, atentando-se tanto à sociologia dos meios intelectuais quanto às técnicas da escrita e, também, ao conjunto dos gestos, lugares e modelos do trabalho do pensamento. Assim, como para as dinâmicas da tradição e à memória do saber.

Neste sentido, a biblioteca passou a ganhar existência própria e a partir do século XVII começaram a surgir as primeiras bibliotecas públicas, onde o adjetivo *pública*, que contemporaneamente se juntou ao nome da biblioteca, não surgiu para correspondê-la apenas ao desejo de identificá-la como um organismo mantido pelo governo ou por entidades particulares, mas aberto a todos os interessados que patrocinavam artistas e escritores da época para obtenção de prestígio junto à sociedade. O acréscimo da palavra ou do seu adjetivo *pública* teve um sentido mais profundo e deve ser encarada em toda a sua extensão de seu significado e gozar de absoluta liberdade no seu esforço de difusão da cultura, bem como de uma larga autonomia de ação e tendo uma missão civilizadora no sentido largo e política da palavra. (MARTINS, 2000).

Há um registro de Mello (1972) o qual em 1608, em Ambrosiana de Milão na Europa, foi a primeira biblioteca pública, surgida no sentido próprio do termo e fundada pelo Cardeal Borromeu. Ela não carregava consigo só o estigma de depósito de livros, pois era mais laica, metódica e sem limitações religiosas.

De acordo com Edson Nery da Fonseca (1981), as bibliotecas para serem verdadeiramente públicas, no sentido anglo-americano da expressão, precisariam, antes de tudo, libertar-se do estigma burocratizante do serviço público, sendo óbvio esperar que, com a desburocratização iniciada, um grande passo venha a ser dado na direção tomada, há mais de um século, pelas bibliotecas públicas dos Estados Unidos e da Inglaterra.

É sabido que a biblioteca pública passou por profundas mudanças, em seu conceito⁵, desde sua criação, nos Estados Unidos em meados do século XIX e na Inglaterra, no final desse mesmo século. Tais mudanças foram decorridas da Revolução Industrial.

Há que se destacar, através de uma abordagem cronológica (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2000), alguns marcos dessas mudanças:

⁵ A evolução do seu conceito pode ser traçada através dos diversos Manifestos da UNESCO publicados ao longo dos anos. A UNESCO publicou pela primeira vez o Manifesto da Biblioteca Pública, em 1949, destacando sua função em relação ao ensino e caracterizando-a como centro de educação popular. Como resultado da publicação do Manifesto, houve, em várias partes do mundo, um grande movimento para o seu desenvolvimento.

A segunda versão, publicada em 1972, teve grande repercussão na América Latina e lançava como grandes atribuições da biblioteca pública: educação, cultura, lazer e informação. Assim, face às mudanças ocorridas na sociedade no decorrer de 30 anos, desde o aparecimento da 2ª versão, a UNESCO decidiu atualizar seus conceitos e, em 1994, durante a reunião do “PGI Council Meeting” da UNESCO, realizada em Paris, aprovou a última versão do Manifesto.

Essa versão ressalta como básicas as missões da biblioteca que se relacionam com a informação, alfabetização, educação e cultura, e as descreve em doze itens. Essas doze missões incorporam algumas ações propostas pelas reuniões da América Latina e Caribe, como as relativas à herança cultural, ao apoio à tradição oral, ao acesso à informação comunitária e ao apoio à educação em todos os seus níveis.

Incorporando as novas tecnologias em seu texto, a UNESCO, propõe como missão: facilitar o desenvolvimento da informação e da habilidade no uso de computador. Propõe, ainda, a formação de redes nacionais de bibliotecas, obedecendo a padronização de normas de serviços e criando o relacionamento destas redes entre si e com as outras bibliotecas do país, independentemente do tipo de biblioteca.

- A biblioteca dentro do conceito na Revolução industrial se tornou vinculada a classe de trabalhadores bem como as funções ditas educativas e moralizantes.
- Um pouco mais adiante, no contexto histórico, existiu a crise econômica dos anos trinta e a Segunda Guerra Mundial. Nesse caso, a biblioteca pública passou também a ser utilizada como objeto de paz e de democracia. Foi possível uma identificação, das bibliotecas, com a classe média e a população estudantil, as quais ficaram cada vez mais numerosas.
- Houve, em 1949, a primeira versão do Manifesto da Biblioteca Pública, realizada pela UNESCO em que destacou a função da biblioteca em relação ao ensino e qualificando-a como centro de educação popular.
- Já na década de 1950, iniciaram-se, de forma crescente, questionamentos da classe bibliotecária, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra, acerca da função da biblioteca pública e sua constante identificação com os valores da classe média e a cultura de elite.
- Nas décadas de 1960 e 1970, por outro lado, os movimentos culturais de contestação provocam novos questionamentos acerca do papel da biblioteca pública. Dessa forma, procurou-se um novo papel: a do caráter social, voltando-se para as classes menos favorecidas.
- Em 1972, a UNESCO, publica a segunda versão do Manifesto da Biblioteca Pública: nele há a sintetização de papéis da educação, cultura, lazer e informação.
- A década de 1980 foi importante para o conceito de biblioteca pública, pois vincula-se a ela, a ideia de informação e comunicação, ligadas ao desenvolvimento das sociedades. Logo, iniciou-se, de forma generalizada, a utilização de computadores e das novas tecnologias de comunicação, o que

gerou o aparecimento das redes de bibliotecas, refletindo, por conseguinte, no conceito e funções.

- A década de 1990 é marcada por inserir, dentro do conceito de biblioteca, a ideia de Sociedade da Informação/Conhecimento, na qual, a revolução digital afeta o trabalho e a vida cotidiana. É de forma rápida, a adaptação da necessidade dos indivíduos e das sociedades devido as crescentes mudanças.

Por fim, em 1994, a UNESCO publica a terceira versão do Manifesto da Biblioteca Pública: seu texto enfatiza o compromisso da biblioteca pública com a democratização do acesso às novas tecnologias de informação. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2000).

Fonseca (1981) relata ainda que a ideia da verdadeira biblioteca pública surgiu em meados do século XIX, nos Estados Unidos, com o movimento liderado por Horace Mann⁶ e Henry Barnard⁷, em favor da educação para todos os segmentos da sociedade. Nessa época, já havia bibliotecas em todas as escolas, mas esses exemplares educadores queriam muito mais. Pois segundo o pensamento deles,

[...] o programa nacional de educação somente se completaria com o estabelecimento de bibliotecas para todo o povo, por eles enfaticamente consideradas como “a glória suprema de nossas escolas públicas” (the crowning glory of our public schools). (FONSECA, 1981, p.7).

⁶ “Em 1843, Mann dedicou cinco meses ao estudo das escolas de vários países europeus, e suas conclusões e observações foram publicadas no 7º relatório anual, que acabou por se tornar um clássico educacional, cujos apontamentos podem ser assim resumidos: a educação deve ser popular e universal; deve ser livre de discriminação étnica, social e religiosa; deve ser ministrada por professores capacitados e dotados de conhecimentos pedagógicos; cada escola, e também a comunidade, **devem ter sua própria biblioteca**, os melhores prédios e equipamentos [...]” (CORREA, Acesso em 06 nov. 2008).

⁷ Foi um americano pedagogo e reformador. Entre americanos reformadores educacionais, Barnard tem o direito de se classificar ao lado de Horace Mann de Massachusetts.

Fonte: Disponível em: <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://en.wikipedia.org/wiki/Henry_Barnard&ei=A1CuT6LhHoKy8QSx_omECQ&sa=X&oi=translate&ct=result&resnum=1&sqj=2&ved=0CCYQ7gEwAA&prev=/search%3Fq%3DHenry%2BBarnard%2Bautor%26hl%3Dpt-BR%26biw%3D1280%26bih%3D480%26prmd%3Dimvns0>.

Finalizando esse tópico, percebe-se que desde o princípio da criação das bibliotecas até os nossos dias, elas enfrentam lutas sem tréguas, mas são enriquecidas ou até mesmo reerguidas por benfeitores que visam a sua ampliação permanente.

1.2 AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL

Para Rubens Borba de Moraes (2006) não é possível estudar a história das ideias, sua divulgação de novas técnicas, ou melhor, a história da cultura brasileira como um todo, sem saber quais os livros e periódicos que existiam à disposição dos brasileiros em suas diferentes épocas.

Um bom exemplo é o Cônego Luís Vieira da Silva⁸, considerado a pessoa mais instruída do Brasil em fins do século XVIII, com um detalhe, ele era um homem pobre em bens, pois sua riqueza estava vislumbrada em sua livraria muito bem abastecida sendo realmente notável para o tempo e o lugar. E provavelmente não ambicionava outra riqueza, segundo Eduardo Frieiro (1981), porque tinha a certeza que:

[...] aqueles que se iniciavam ao amor dos livros prezam pouco o dinheiro e os bens deste mundo. Sábio como era, facilmente se consolava da sua pobreza de intelectual, dizendo a si próprio que um mesmo homem não pode estimar a pecúnia e as cousas do espírito, ou, com palavras de um doutor da Igreja, a moeda de ouro e a Escritura. (FRIEIRO, 1981, p. 29).

Sua lista dos livros sequestrados⁹ mostrou que tinha um espírito altamente cultivado e receptivo, ou melhor, possuía uma inteligência aberta aos mais variados aspectos do saber. Em sua livraria havia

[...] livros em que moravam “encantadores”, e alguns nada católicos, que precisavam de água benta. Até que ponto o dono e leitor desses livros se

⁸ Era o mais eloquente de todos os conjurados mineiros, na opinião do historiador Joaquim Noberto de Sousa Silva. Não se culpou, como Tiradentes, convertendo a leviandade em confissão heroica. Não lançou culpa à conta de seus companheiros de infortúnio. Não procurou vingar-se pela delação. Não converteu a amizade em ódio e o ódio em delação, como o Padre José da Silva. Defendeu-se com a energia da sua inocência, com a dignidade de seu merecimento, com o entusiasmo do amor da pátria, e profetizou a independência da terra que o viu nascer.

Fonte: FRIEIRO, Eduardo. O diabo na livraria do Cônego. 2. Ed. São Paulo: Itatiaia, 1981.

⁹ Os livros no Brasil Colonial eram escassos, devido à proibição de Portugal de se instalar uma tipografia no país e da censura imposta pela Inquisição Católica, além disso, não há muitas informações sobre bibliotecas particulares nos séculos XVI e XVII.

deixou “encantar” por eles? Não se pode saber. Mas se, como parece certo, o encantaram e perturbaram é porque eram bons. O destino dos livros melhores é esses: o de encantar e perturbar, excitando magicamente a fantasia, o de fecundar e estimular a faculdade criadora do espírito, irmanando o sonho com a ação. (FRIEIRO, 1981, p. 23).

De acordo com Martins apud Josiel Machado Santos (2010), eram poucas as pessoas livres no período colonial que possuíam livros e estas eram, principalmente, habitantes das cidades de Minas Gerais. As bibliotecas dos mineiros possuíam tamanhos diversificados, não sendo determinado por suas riquezas ou não, mas, pelo grau de refinamento intelectual ou a escolaridade dos proprietários. Tais como exemplo podemos citar os padres, advogados e cirurgiões que possuíam as maiores e melhores bibliotecas.

Dentre as principais bibliotecas mineiras, Santos (2010) destaca: a de D. Frei Domingos da Encarnação Pontenel, que tinha 412 títulos e 1066 volumes, portando tanto assuntos sagrados quanto de ciências e de ilustração. Outra que vale a penar citar é a biblioteca de direito de Cláudio Manuel da Costa, contendo 383 volumes.

Foi a partir do século XVIII, que houve a existência de uma vida cultural mais significativa no Brasil, mas embora modestamente, na segunda metade do século XVI comecem a surgir algumas obras que versem sobre a instrução e livros no Brasil. Segundo Rubens Borba de Moraes¹⁰, tal data marca na realidade, o início da vida administrativa, econômica, política, militar, espiritual e social do Brasil. Nesse período,

[...] Só começamos a engatinhar pelo caminho da cultura depois do estabelecimento dos conventos dos jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos, principalmente dos padres da Companhia de Jesus que logo após sua chegada abrem colégios na Bahia e em outras capitanias. A instrução e os livros estavam nos conventos [...] (MORAES, 2006, p. 2).

Entretanto, no fim século XVI começa-se notar certa vida intelectual em algumas cidades ricas do Norte do Brasil, tais como, Salvador e Recife; e provavelmente no Rio de Janeiro, sudeste do país. Já no restante do território brasileiro não há indícios bibliográficos que afirmem “alguma manifestação literária entre os colonos, embora

¹⁰ As obras deste autor sobre a bibliografia brasileira são na realidade insubstituíveis e seu nome merece o respeito de novas gerações. Ele foi um pesquisador incansável de livros e documentos relacionados ao Brasil.

se saiba que existiam livros nos conventos e em mãos de alguns particulares.” (MORAES, 2006, p.5).

Tratando ainda sobre a educação no Brasil, Moraes (2006), relata que em 1549 chegam os primeiros jesuítas à Bahia, após quase uma década da criação da Companhia de Jesus. Essa ordem religiosa cumpriu sua missão e seus objetivos que era catequizar índios e instruir os colonos, que em sua maioria eram analfabetos. Os jesuítas traziam livros, mas infelizmente não tinham condições de os adquirirem em quantidades suficientes de modo a suprir os colégios que foram fundados em diversas partes da colônia, apesar de solicitarem aos superiores administrativos da época uma quantidade maior e ainda, de os padres nas escolas copiarem várias cartilhas para enriquecer o acervo. Logo podemos deduzir que, desde o período colonial, a democratização da informação não era uma preocupação governamental.

De acordo com Emir José Suaiden (2000), o acesso à informação no Brasil sempre foi definido pelo poder aquisitivo. No período colonial foram feitos esforços para intermediar e para facilitar o acesso à palavra escrita, mas na realidade, foram esforços isolados, porque a cultura e a educação não eram prioridades dos segmentos dominantes do poder.

Diante de uma visão geral, a percepção que se tinha é que a educação nesse período era atrasada e pouco se vira progresso. Os brasileiros eram atrasados intelectualmente principalmente quanto à ciência política, nos finais do século XVIII e início do XIX, “podia-se afirmar que tal ciência, em qualquer parte, sempre fora privilégio de poucos, e também o era de uma minoria no Brasil daquele tempo.” (FRIEIRO, 1981, p. 47).

Numa visão de conjunto, na realidade eram repassados em sua maioria conhecimentos eclesiásticos e num mau latim, pois o cidadão que soubesse tal língua e ainda o francês era

[...] olhado como um gênio raro, digno de ser visto e ouvido [...] Mas havia, aqui e ali, pequenos núcleos de homens instruídos ou ávidos de instrução, mais ou menos contagiados do “furor de aprender” e da “febre de

inteligência”, que caracterizavam a última metade do século XVIII, o “século educador”, como foi chamado. (FRIEIRO, 1981, p. 18-19).

Mesmo com a chegada da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808, não houve indicativo de mudança imediata desse cenário quanto à falta de acesso e disponibilização da informação para a sociedade aqui estabelecida. Porque o que importava para D. João VI, diante da iminência da invasão das tropas francesas napoleônicas a Portugal era

Fazer as malas, zarpar rumo ao Brasil – sem esquecer o cetro e a coroa – e lá estabelecer um grandioso império [...]. O traslado para o da Família Real para essa colônia pairava como uma possibilidade acalentada havia tempos e sempre ventilada nos momentos em que a realeza portuguesa se sentia ameaçada em sua soberania. (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2001, p. 195).

A Real Biblioteca, com um acervo de 60 mil peças, entre livros, manuscritos, estampas, mapas, moedas e medalhas para o Brasil, não foi transladada junto com a comitiva real. Foram deixados para trás vários caixotes de livros, de documentos, gravuras e outras preciosidades que só mais tarde chegariam ao mês de julho.

No dia 12 de outubro de 1808, o Príncipe D. João é informado pelo encarregado da Real Biblioteca, Alexandre Antônio das Neves, sobre as providências que tomou para manter a salvo o acervo e sugeriu ao mesmo o despacho do acervo para a colônia. Somente em março de 1811 o acervo da Biblioteca d’Ajuda composta pela Livraria Real e do Infantado, partiu em 230 caixotes acompanhados pelo auxiliar bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Para trás ficaram quatorze caixotes de manuscritos e livros raros da Biblioteca Pública de Lisboa, dentre outros objetos da Coroa. Em setembro do mesmo ano, foram embarcados mais 87 caixotes de livros. (MORAES, 1979 apud SANTOS, 2010, p. 54).

Os livros começaram a circular em maior quantidade no Brasil, a partir da chegada da Família Real em 1808 e com a instalação da Imprensa Régia. Embora esses livros circulem em maior quantidade a partir desse período, não se pode dizer que já nessa época houvesse um incentivo demandando em sua circulação.

Lilia Moritz Schwarcz, Paulo Cesar de Azevedo e Angela Marques da Costa (2001), relatam que logo de início, a Imprensa Régia foi criada com objetivos que dessem suporte em primeiro lugar à Corte, ou seja, havia um montante significativo de documentos que teriam que ser impressos prioritariamente porque tratavam da regularização da transformação do Brasil em sede do governo português. Outros

documentos que versavam sobre literatura, obras científicas, sermões, matemática, história, filosofia e outros assuntos também eram impressos, desde que passados pelo crivo da censura. Porém era gasto também uma imensidão de materiais,

[...] só para documentar as festas reais, ou seja, "a cada aniversário, natalício, exéquias, ou qualquer que fosse o motivo da comemoração, montanhas de papel eram impressas, com o serviço de divulgar os rituais, bem festejados da monarquia." (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2001, p. 251).

Sandra Reimão (2004) em sua resenha "Livro a bordo", informa que o fato de em 1808 haver impedimentos legais para instalação da imprensa no Brasil e de que a remessa de livros para cá ter que se submeter aos vários regimentos de censura não impediu que livros, inclusive os censurados por Portugal, tivessem alguma circulação no Brasil colonial.

Corroborando com a autora, Frieiro (1981) cita que as autoridades da Colônia, apesar de criarem óbices à circulação de livros considerados perigosos não colocavam muitos obstáculos, pelo menos não de uma maneira muito radical, pois tais escritos eram lidos e por muitas vezes muito lidos.

Tome-se por prova

[...] as relações de livros embarcados para o Novo Mundo e os registros de bibliotecas particulares coloniais, como por exemplo a de Melchor Pérez de Soto, arquiteto na Cidade do México, que contava 1592 volumes relativos aos mais variados campos do saber (poesia, novela, fábulas, provérbios, ensaios, obras de linguagem, tratados científicos, etc.) quando foi sequestrada para exame e expurgo, em janeiro de 1655, pelo Tribunal do Santo Ofício, sob a alegação de que continha livros de astrologia judiciária e a acusação de que o seu possuidor a praticava. Não se sabe por que meios certos livros, apesar das proibições, chegavam às mãos de leitores como Pérez de Soto. O fato significativo é que chegavam. (FRIEIRO, 1981, p. 20).

Dando continuidade quanto à história das bibliotecas no Brasil, pode-se afirmar que esta passa por momentos distintos embora, ao mesmo tempo, semelhantes. A história dessas instituições no Brasil, até o início do século XIX, resume-se em três etapas sucessivas, iniciando com as bibliotecas dos Conventos e Particulares, depois passando pela Fundação da Biblioteca Nacional e chegando até a criação da Biblioteca Pública da Bahia. (SANTOS, 2010).

Luiz Carlos Villalta (2003) ressalta em sua resenha sobre o livro *A Longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, que as bibliotecas, os livros, a leitura, os saberes livrescos, são colocados como estratégias de poder protagonizadas por aqueles que controlaram o aparelho de Estado. Diz ainda que

[...] o uso da Biblioteca dos Reis Portugueses como ornamento-emblema do poder monárquico, afina-se com as preocupações encontradas na historiografia mais recente sobre o livro e a leitura e, simultaneamente, trata os dilemas centrais de nossa história política, da emergência do Brasil como Estado imperial e politicamente independente. (VILLALTA, 2003, p.[2]).

Tal e qual no Ocidente, o objetivo da criação de bibliotecas, era cumprir um importante papel na história do pensamento humano, mas o que realmente revelou logo de início, foram divisões internas e conflitos, e idealizada como instrumentos de poder. “Quer por meio da influência espiritual da igreja, quer em nome da força temporal do rei, dos príncipes, da aristocracia, da nação ou da República.” (SCHWARCZ; AZEVEDO; COSTA, 2001, p. 121).

Foram os jesuítas, em seus colégios, que em meados do século XVI no Brasil, organizaram as primeiras bibliotecas que tinham como princípio um caráter privado e só com um tempo foi dando espaço para o público em geral. Logo após surgiram as bibliotecas monásticas, “[...] com a fundação de mosteiros de diversas ordens religiosas, beneditina, dominicana, franciscana, carmelita, entre outras.” (BARROS, 2002, p. 58).

Paulo Barros (2002) relata que com a vinda da Família Real Portuguesa no Brasil, então colônia de Portugal, no ano de 1810, foi inaugurada e não aberta ao público ainda, no Rio de Janeiro, a primeira biblioteca brasileira. O objetivo da corte portuguesa era que essa biblioteca servisse para o tombamento dos bens culturais e arquivo da memória nacional.

Em 1811 inaugura-se a Biblioteca Pública da Bahia, três anos antes da abertura da Biblioteca Real ao público. A biblioteca da Bahia tem vantagem sobre a Biblioteca Real, pois esta resultou de uma circunstância histórica - a transferência da família real portuguesa para o Brasil. Mas, somente em meados do século XIX é que foram

surgindo outras bibliotecas públicas no Brasil, como a do Sergipe (1851), a de Pernambuco (1852), a do Espírito Santo (1855), a do Paraná (1857), a de Alagoas (1865), a do Ceará (1867), a do Amazonas e a do Rio Grande do Sul (1871). (SUAIDEN, 1995).

A partir daí, todas as providências para criação e fundação de bibliotecas surgiam sempre da iniciativa governamental. A Quadro 1 apresenta a data de fundação das bibliotecas públicas Brasileiras, com seus respectivos anos de criação.

Quadro 1- Data de fundação das bibliotecas públicas estaduais brasileiras

BIBLIOTECAS PÚBLICAS	ANO DE CRIAÇÃO
Biblioteca Estadual do Maranhão	1831
Biblioteca Pública do Estado de Sergipe	1848
Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	1852
Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina	1855
Biblioteca Pública do Espírito Santo	1855
Biblioteca do Estado da Paraíba	1857
Biblioteca Pública do Paraná	1857
Biblioteca Pública do Estado de Alagoas	1865
Biblioteca Pública do Estado do Ceará	1867
Biblioteca do Estado do Amazonas	1870
Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul	1871
Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro	1873
Biblioteca Estadual do Piauí	1883
Biblioteca Pública Estadual do Mato Grosso	1912
Biblioteca Municipal de São Paulo	1926
Biblioteca Pública do Amapá	1945
Biblioteca Pública do Acre	1948
Biblioteca Pública do Estado de Minas Gerais	1954
Biblioteca Pública do Rio Grande do Norte	1963
Biblioteca Pública Estadual de Goiás	1967
Biblioteca Pública de Rondônia	1969

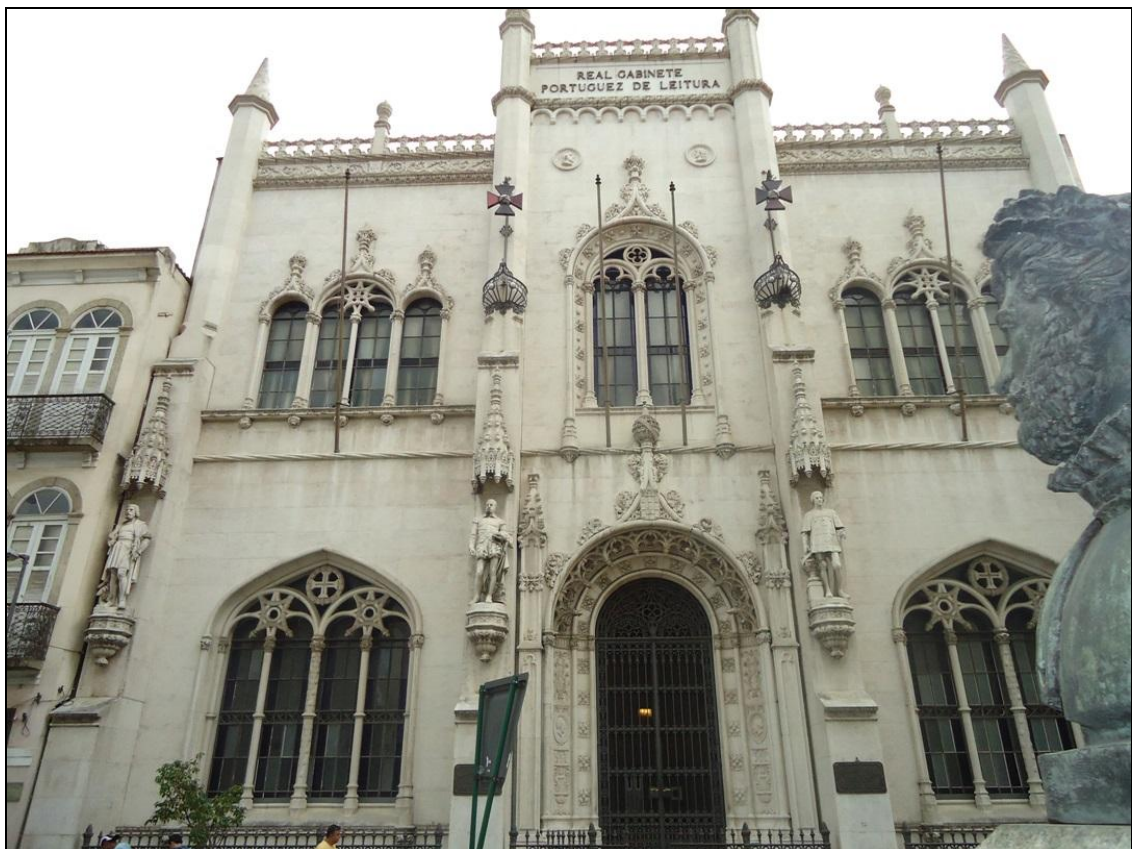
Fonte: SUAIDEN, 1995, p. 27.

Para Tatiana Quintela de Azeredo Bastos (2005), após a chegada da família real houve a preocupação por parte de imigrantes portugueses em criar uma instituição voltada exclusivamente para estimular o orgulho da nacionalidade portuguesa no Brasil, buscando ser esta uma associação entre a cultura e o lazer. Então, em 1837, foi idealizado e fundado o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (Figura 3), cuja função cultural, era a organização de exposições sobre assuntos e autores portugueses, cursos, aulas, etc. Seu foco principal era a constituição de uma

biblioteca com acervo específico de livros e obras raras de autores portugueses, porém aceitavam também doações de obras que versassem sobre a cultura universal. A aquisição de livros raros nem sempre estava voltada para a disponibilização aos seus associados e frequentadores, mas sim para a exposição e como uma forma de extenuação da antiguidade civilizatória portuguesa.

Apesar de ter sido uma das primeiras associações portuguesas criada no Brasil, não havia em sua organização um caráter recreativo ou beneficente, diferentemente do que ocorre em outras associações de imigrantes em meados do século XIX. Além do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, outros Gabinetes foram fundados no país, como, por exemplo, o Gabinete de Pernambuco, que afirma em ata de fundação ter no Gabinete do Rio de Janeiro seu modelo de organização. (BASTOS, 2005, p.1).

Figura 3 - Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro



Fonte: CORTEZ, Acesso em: 07 mar. 2014.

Vários governos das capitanias e depois das províncias, após o período de 1811, tomaram iniciativas para criação de bibliotecas. Elas eram criadas legalmente por um decreto, sem, às vezes, possuir uma infraestrutura adequada para funcionamento. As bibliotecas eram instaladas em lugares

[...] improvisados, acervo desatualizado e composto de doações, instalações precárias, carência de recursos humanos adequados etc. eram as características dessas instituições chamadas bibliotecas. O ônus da imagem dessas instituições provocou um retraimento do possível público usuário. A imagem passou a ser negativa, pelo povo e eram comuns as afirmações de que se tratava de um local de castigo ou para uma pequena elite composta de eruditos. (SUAIDEN, 2000, p. 52).

As bibliotecas na Colônia foram poucas e seus livros se concentravam nas mãos de um reduzido número de pessoas que possuíam poucos títulos e de preferência sempre de cunho devocional.

Seus donos eram, em sua maioria, membros das elites, que combinavam a propriedade (de terras, gado e minas) ou o envolvimento no comércio, a ofícios que exigiam uma educação mais esmerada ou técnica, como clérigos, advogados, médicos, navegadores, estudantes e funcionários públicos de altos escalões. [...] Alguns proprietários de livros, contudo, ultrapassaram os horizontes de suas devoções e profissões, adquirindo, sobretudo a partir do século XVIII, obras afinadas com as modificações científicas e com a Ilustração, principalmente escritas em língua francesa ou inglesa. (VILLALTA, 2003, p.18).

Nessa perspectiva, Flávia Goullart Mota Garcia Rosa e Nanci Oddone (2006), relatam que o cenário da área educacional e cultural expandiu aos poucos, alcançando certa autonomia em algumas áreas da produção artística, somente a partir do início do período denominado de Primeira República e final de um Império protecionista, que incentivava e patrocinava somente os artistas que viviam na Corte, promovendo “[...] viagens à Europa para jovens talentosos que tinham seus projetos financiados pelo governo, além de postos diplomáticos e políticos para poetas e romancistas numa verdadeira troca de favores.” (LINDOSO, 2004 *apud* ROSA; ODDONE, 2006, p. 186).

Escritor social vindo da pequena classe média do Rio de Janeiro, Lima Barreto (1976)¹¹, fez alusão a cenas cotidianas da Primeira República, em meio a um trecho de sua obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, onde usava uma narrativa leve e até mesmo cômica, mas sempre voltada para pequenas críticas a vários aspectos da sociedade. Em meio a um diálogo sobre a “loucura de Policarpo Quaresma”, nota-se essa passagem:

___ Nem se podia esperar outra coisa, disse o Dr. Florêncio. Aqueles livros, aquela mania de leitura...

¹¹ LIMA BARRETO, A. H. **Triste fim do Policarpo Quaresma**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

___ Por que ele lia tanto? Indagou Caldas (...). Ele não era formado, para que meter-se com livros? (...). Isto de livros é bom para os sábios, para os doutores (...).

___ Devia até ser proibido (...) a quem não possuísse um título acadêmico ter livros... Evitam-se assim essas desgraças. (SUAIDEN, 2000, p. 53).

Realmente, biblioteca era sinônimo de livro, na Primeira República. Raramente uma pessoa poderia ocorrer à biblioteca sem estar interessada na sua informação bibliográfica, e tal atitude torna-se um imenso contraste, pois nesse período “[...] o ensino era muito precário e grande percentual da população era composto de analfabetos. Portanto, era um clima ideal para a disseminação de informação oral, utilitária ou sobre cidadania.” (SUAIDEN, 2000, p. 53).

Somente em 1937 é que a instituição biblioteca pública passa a ter um reconhecimento do Estado, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), órgão do Ministério da Educação e Cultura que tinha como finalidade “[...] propiciar meios para a produção, o aprisionamento de livros e a melhora dos serviços bibliotecários [e ainda] dar prioridade, em seu trabalho, à formação de bibliotecas em todo o território nacional.” (SUAIDEN, 1995, p. 29).

Em 1961 foi criado o Serviço Nacional de Bibliotecas, no Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de fomentar as diferentes formas de intercâmbio bibliográfico entre as bibliotecas do país, estimulando a criação de bibliotecas públicas, de sistemas regionais de bibliotecas para colaborar com a manutenção de sistemas regionais de bibliotecas, promovendo com isso com a criação de uma rede de informações bibliográficas que serviriam para todo o território nacional. (SUAIDEN, 1995).

Mais adiante este serviço foi incorporado ao Instituto Nacional do Livro passando a coordenar a política nacional de bibliotecas, que tinha como meta prioritária a biblioteca pública. Entretanto,

Em 1990 a Biblioteca Nacional, com sua biblioteca subordinada, a Euclides da Cunha, do Rio de Janeiro, e o Instituto Nacional do Livro, com sua Biblioteca Demonstrativa, de Brasília, passaram a constituir a Fundação Biblioteca Nacional (FBN). A partir de 2004, através do seu atual estatuto, Decreto n. 5.038 de 7 de abril de 2004, é composta por um Presidente, nomeado pelo presidente da República, um diretor executivo, e seis Diretores à frente de dois centros: Centro de Processos Técnicos e Centro

de Referência e Difusão e quatro Coordenadorias-gerais: de Planejamento e Administração, Pesquisa e Editoração, Livro e Leitura e Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. (RELEITURA, acesso em: 12 maio 2012).

Sabe-se que a FBN possui um Escritório de Direitos Autorais onde registra e averba os direitos de autor. Há também a Agência Nacional do ISBN (*International Standard Book Number*) que atua na coordenação e incentivo do uso do sistema internacional de numeração de livros, bem como na atribuição de códigos às editoras e às publicações nacionais para efeito de divulgação e comercialização. Dessa forma,

A Fundação Biblioteca Nacional é a única beneficiária da Lei 10.994 de 14 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a remessa de obras à Biblioteca Nacional. O principal objetivo da lei do Depósito Legal é assegurar o registro e a guarda da produção intelectual nacional, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da Bibliografia Brasileira corrente, bem como a defesa e a preservação da língua e da cultura nacionais. Hoje, para efeito de Depósito Legal, entende-se por publicação toda obra registrada, em qualquer suporte físico, destinada à venda ou distribuição gratuita.

É através do cumprimento da lei do Depósito Legal, que a Biblioteca Nacional, ao receber um exemplar do que se publica no Brasil, vai-se tornando a guardiã da memória gráfica brasileira. A lei do Depósito Legal é o mais poderoso auxiliar da Biblioteca Nacional no cumprimento de sua finalidade de proporcionar a informação cultural nas diferentes áreas do conhecimento humano com base na produção intelectual brasileira e nas obras mais significativas da cultura estrangeira, que constituem o sempre crescente acervo bibliográfico e hemerográfico, cujo conjunto lhe cumpre preservar. (RELEITURA, acesso em: 12 maio 2012).

Implanta-se a Biblioteca no conceito de nacional, contrapondo a ideia de pública, uma vez que apresenta algumas características peculiares: ela se beneficia do instituto do Depósito Legal; ela possui mecanismo estruturado para comprar materiais bibliográficos no exterior para que se reúna uma quantidade de obras estrangeiras, incluindo, ainda livros relativos ao Brasil ou de interesse do país; elaborar e divulgar a bibliografia brasileira corrente por meio de Catálogos em linha, disponíveis no Portal Institucional (www.bn.br); por fim, ser o centro nacional de permuta bibliográfica, em esfera nacional e internacional.

Sob o novo estatuto de Fundação, a Biblioteca Nacional ampliou seu campo de atuação, passando a coordenar as estratégias fundamentais para o entrelaçamento de três dos mais importantes alicerces da cultura brasileira: biblioteca, livro e leitura. Assim a instituição coordena o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e a política de incentivo à leitura através do Proler. (RELEITURA, acesso em: 12 maio 2012).

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP¹², instituído pelo Decreto Presidencial nº 520, de 13 de maio de 1992, teve como objetivo principal o fortalecimento das Bibliotecas Públicas do país. Assumindo como pressuposto básico para o desenvolvimento de suas ações, a função social da Biblioteca Pública que assume o papel de instituição cultural na comunidade, possibilitando a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e, formando uma consciência crítica do indivíduo levando-o ao exercício pleno da cidadania através da informação como instrumento de crescimento pessoal e de transformação social.

O escritor Mário de Andrade no ano de 1939, dizia que a criação de bibliotecas populares seria uma das atividades mais necessárias para o desenvolvimento da cultura no Brasil e enfatizava que,

Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas de nossa cultura [...] Mas a disseminação no pouco, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz de vontade própria, menos indiferente à vida nacional. (HISTÓRICO..., acesso em 12. maio 2012).

O SNPB destaca que, o seu apoio e atuação junto às Bibliotecas Públicas só será possível com implantações de processos sistêmicos e ações voltadas para a interação e integração dessas bibliotecas em âmbito nacional. Coloca ainda que, o gerenciamento operacional terá que ser exercido através dos sistemas estaduais que funcionam em cada estado da federação, encabeçados geralmente, pelas Bibliotecas Públicas Estaduais, que passam por sua vez, a articular-se com as Bibliotecas Públicas Municipais.

Diante do exposto, segue os objetivos que constituem o SNPB nacional:

Incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional;
Promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;
Desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento de todas as bibliotecas brasileiras;
Manter atualizado o cadastramento de todas as Bibliotecas Públicas brasileiras;
Incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de Bibliotecas Públicas;

¹² As Informações sobre o Histórico do SNBP foram retiradas do site Disponível em: < <http://www.bn.br/snbp/historico.html>>. Acesso em: 12 maio 2012.

Favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no país;
 Assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, bem como oferecer material informativo e orientador de suas atividades;
 Firmar convênios com entidades culturais, visando a promoção de livros e de bibliotecas. (HISTÓRICO..., acesso em 12. maio 2012).

Até o ano de 2006 foram registradas 4.899 bibliotecas públicas existentes no país, segundo o Cadastro Nacional de Bibliotecas Públicas. Elas estavam assim divididas por Estado, como atesta o Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 - Bibliotecas públicas por estado

ESTADO	QUANTIDADE
Acre	19
Alagoas	88
Amapá	18
Amazonas	23
Bahia	325
Ceará	167
Distrito Federal	24
Espírito Santo	101
Goiás	167
Maranhão	122
Mato Grosso	122
Mato Grosso do Sul	81
Minas Gerais	696
Pará	165
Paraíba	103
Paraná	423
Pernambuco	167
Piauí	12
Rio de Janeiro	240
Rio Grande do Norte	196
Rondônia	40
Rio Grande do Sul	419
Roraima	05
Santa Catarina	258
São Paulo	746
Sergipe	60
Tocantins	107

Fonte: SUAIDEN, 1995,

Encerrando o assunto deste capítulo, podemos visualizar que no Brasil, com raríssimas exceções, as bibliotecas públicas são construções antigas e mal conservadas. Possuem um acervo defasado e ainda na maioria das vezes,

infectados por pragas que podem contribuir para a destruição da memória de nosso patrimônio cultural. Isso acontece na maioria das vezes, pois há falta de investimentos públicos para a melhoria de seus serviços prestados à comunidade, pois a “[...] biblioteca pública é um espaço cultural voltado para a coletividade.” (BARROS, 2002, p. 62).

2 CAPÍTULO II - BIBLIOTECAS PÚBLICAS E EXTENSÃO CULTURAL

“Cultura é a produção, num ser dotado de razão, da aptidão geral para os fins que, em sua liberdade lhe deem prazer”. (Emmanuel Kant)

Até o presente momento, percorreu-se que a biblioteca é um lugar, ou seja, uma instituição onde há em seu interior, o armazenamento de vestígios do pensamento humanos confiados à escrita. Óbvio que

É também, e simultaneamente, um desígnio intelectual, um projeto, um conceito imaterial que dá sentido e profundidade às práticas de leitura, de escrita e de interpretação. Enfim, é uma coleção de livros, o efeito resultante de sua justaposição e interação: uma biblioteca não é necessariamente um edifício, como nos mostram as estantes de Alexandria ou os provedores informáticos que transmitem hoje, à distância, livros e artigos digitalizados. (BARATIN; JACOB, 2000, p. 10).

Baratin e Jacob (2000, p. 10) afirmam ainda que toda biblioteca devido,

[...] sua arquitetura, definição de público, princípios que ordenam suas coleções, pelas opções tecnológicas que determinam a acessibilidade e a materialização dos textos, assim como pela visibilidade das escolhas intelectuais que organizam sua classificação, [...] dissimula uma concepção implícita de cultura, do saber e da memória, bem como da função que lhes cabe na sociedade de seu tempo. É verdade também que a história da cultura e da relação com a memória reside, em grande parte, a subversão dessas regras, desses recortes, desses limites, e na invenção de novas ligações, de novos lugares.

Diante do exposto, e, a partir de agora, se destacará a existência de quatro funções da biblioteca pública, que foram acumuladas desde seu surgimento em 1850, nos Estados Unidos e na Inglaterra e que estão presentes até os dias atuais. (FONSECA, 2005). Após essa explanação, o foco ficará pautado na função cultural, onde serão identificadas reflexões quanto, às diversas maneiras de compreender como a cultura caracteriza-se pela existência social de um povo ou nação, e ainda como ela deriva-se desse conjunto comum de preocupações inerentes às suas realidades sociais por vezes divergentes. Conceitua-se a extensão cultural idealizada pelas bibliotecas públicas, através da ação cultural como fator de ampliação ao acesso e incentivo à leitura da população.

2.1 FUNÇÕES E MISSÕES DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

As bibliotecas públicas são instituições que se aproximam ainda mais da condição de serem espaços plurais, onde podem oferecer serviços que atendam a diversidade social e cultural de seus países. Conforme Ana Ligia Silva Medeiros (2010) o acesso ao conhecimento é um ponto importante na formação do cidadão e cabe à biblioteca pública não ser mais um mero depósito de livros tal e qual era considerada no passado.

Diante disso, pontua-se as quatro funções da biblioteca pública, registrados por Maria Clara Fonseca (2005):

1ª Função Educacional: A partir de sua origem a biblioteca pública esteve sempre ligada à educação, devido a reivindicações da população que queria mais acesso à educação e mantendo-se assim até hoje. Foi entendida primeiramente como suporte, apoio e complemento educacional para a educação formal, devido a inexistência de bibliotecas escolares, ocasionando com isso um déficit norteador para sua função educacional para a educação informal, ou melhor, para a educação continuada.

2ª Função Cultural: Mesmo agregada à função educacional, a partir do século XX, houve a inclusão da cultura entre as funções exercidas pela biblioteca pública, pois a mesma sempre fora entendida como sinônimo de erudição. A população deveria com esta função, ser assistida com meios capazes de ampliação de sua inteligência, através de materiais e ações, mas ainda em especial o livro, pois a preocupação é levar as pessoas à leitura de bons livros.

É notório que a prática da leitura é um hábito precioso e prazeroso para pessoas de todas as idades. Além de instigar a imaginação e criatividade, a leitura também aperfeiçoa a escrita, facilita a comunicação verbal, possibilita o conhecimento sobre assuntos específicos e gerais, enriquece nosso vocabulário e nos direciona para sermos cidadãos mais conscientes e intelectualmente capazes de formar nossa própria opinião.

3ª Função Recreacional ou de Lazer: Entendida como um espaço que deve ofertar entretenimento através da leitura, a biblioteca pública através dessa função, deve promover e intensificar o empréstimo de livros. Além do atendimento ao aluno, a imagem da biblioteca é vista ainda como um lugar onde os livros são apenas guardados e o bibliotecário, um simples guardião do acervo e do espaço físico.

4ª Função Informacional: Essa função é acrescentada às demais já citadas, no final dos anos 60 e 70 do século XX, e ela é fruto de um interesse da própria biblioteca, ou seja, ela iria agora lutar por uma fatia maior do orçamento que era destinado aos equipamentos culturais. Novos termos foram introduzidos ao vocabulário dos bibliotecários, tais como: Informação Utilitária, Informação Social, Informação para o Cotidiano e Informação para a Cidadania.

O Quadro 3 ilustra algumas das muitas atividades possíveis de serem proporcionadas à comunidade, de acordo com as funções atribuídas à biblioteca pública.

Quadro 3 - Funções culturais e educacionais da biblioteca pública

Funções da Biblioteca Pública	Atividades culturais
Promoção da leitura	Concursos de leitura de contos e histórias, crítica de livros, clube de leitura, curso de criatividade literária, dramatização de leitura (teatro), feira de livros, hora do conto, jogos literários, gincanas, lançamentos de livros, mural de poesias, visita de escritores.
Centro de aprendizado	Cursos de curta duração (literatura, artesanato), telessalas de alfabetização de adultos), palestras, discussões.
Centro de informação	Painel com informações sobre as atividades das associações e organizações da comunidade e outras atividades culturais.
Centro cultural	Conferências, debates, exposições (locais, itinerantes de outras entidades, retratando a herança cultural da comunidade), feiras culturais, maratonas culturais, mesas redondas, varal cultural.
Centro de lazer	Apresentações musicais, clube do idoso, exibição de filmes, audiovisuais ou multimídia, teatro, teatro de fantoche e de sombras.

As funções da biblioteca pública são pautadas pelo Manifesto da UNESCO¹³, que propõe uma reflexão sobre sua atuação na sociedade atual e permite conduzir para uma visão sociocultural envolvendo toda a comunidade. Assim, o Manifesto pressupõe que a

[...] liberdade, a prosperidade e o progresso da sociedade e dos indivíduos sejam valores humanos fundamentais [...] e ainda afirma que esses valores [...] só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse das informações que lhes permitam exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade. (MANIFESTO, Acesso em 11 set. 2013).

O Manifesto da UNESCO publicado em 1994, trata de assuntos sobre bibliotecas públicas e recomenda doze missões relacionadas com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura. São as seguintes:

1. Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
2. Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis;
3. Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
4. Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;
5. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
6. Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo;
7. Fomentar o diálogo inter-cultural e a diversidade cultural;
8. Apoiar a tradição oral;
9. Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
10. Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;

¹³ A política para bibliotecas públicas está internacionalmente baseada nesse documento. Ele é de teor extremamente democrático e foi produzido após discussões entre os maiores representantes da área de biblioteconomia. A primeira versão foi produzida após o fim da Segunda Guerra, em 1949, e destacava a função educacional da biblioteca pública, vista como um centro de educação popular. A versão de 1972 amplia a atuação para as áreas de cultura, lazer e informação. A versão atual, de 1994, incorpora questões da propalada Sociedade do Conhecimento, acrescentando ao papel anterior a função de acesso às novas tecnologias. É um documento importante, pois trata as missões da instituição vistas como fundamentais ao processo de formação da cidadania. (MEDEIROS, 2010, p.17-18).

11. Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
12. Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

Essas missões são ações norteadoras para todas as bibliotecas públicas, abrangendo também o contexto internacional e que objetiva gerar uma maior identidade institucional, que visa uma participação mais voltada para a comunidade e conseqüentemente, produz a abertura ou a modernização de bibliotecas que querem se adequar a uma sociedade em constante transformação. (MEDEIROS, 2010).

Segundo Vanda Angélica Cunha (2002) a biblioteca pública é uma instituição contribuinte para o contato e o cultivo de valores humanos, onde há o estímulo à convivência com outras culturas, levando ao conhecimento das raízes culturais de um povo, e o desenvolvimento de suas culturas locais.

Terezinha Elisabeth da Silva (1991) diz que a biblioteca pública é uma instituição cultural, onde sua missão é criar ações culturais que eleja a noção de cultura como processo, ou seja, ciclo de vida.

Tomando por base as definições apontadas acima, destaca-se, ainda, que segundo a Biblioteca Nacional as bibliotecas públicas possuem suas características próprias, quando comparadas a outras categorias de bibliotecas, a saber. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2000):

- Atender a toda coletividade, ao contrário de outras que têm funções mais específicas;
- Possuir todo tipo de material (sem restrições de assuntos ou de materiais);
- Ser subvencionada pelo poder público (federal, estadual ou municipal). Ela difere da biblioteca comunitária/popular, que surge da comunidade e é por ela gerida, sendo o atendimento feito, geralmente, por voluntários.

Além das três características próprias citadas, as bibliotecas públicas podem-se destacar por algumas funções devido às mudanças decorrentes do mundo globalizado na área da informação, influenciando assim, o cotidiano de diversos cidadãos. Seguem as funções:

- agente essencial na promoção e salvaguarda da democracia, através do livre acesso a todo tipo de informação proporcionando, desta forma, matéria de reflexão para a geração do verdadeiro conhecimento;
- instituição de apoio à educação e formação do cidadão em todos os níveis, através da promoção e incentivo à leitura e à formação do leitor crítico e seletivo capaz de usar a informação como instrumento de crescimento pessoal e transformação social;
- centro local de tecnologias da informação, através do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, familiarizando os cidadãos com o seu uso; e
- instituição cultural, através da promoção do acesso à cultura e do fortalecimento da identidade cultural da comunidade local e nacional. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2000, p. 18, 19).

A Biblioteca pública torna-se assim, fundamental, enquanto espaço fomentador aos bens culturais de uma nação. Porém precisa se lançar a novos desafios, agindo como um centro ativo de propagação da cultura e contribuindo para a expansão de sua função cultural, parte de sua função social. (BARROS, 2002).

2.2 BIBLIOTECA PÚBLICA: CULTURA, SERVIÇO DE EXTENSÃO E AÇÃO CULTURAL

A partir de agora, analisa-se conceitos sobre cultura, importância do serviço extensão cultural e ação cultural realizada sob a tutela das bibliotecas públicas como fator de ampliação ao acesso e incentivo à leitura da população.

Na maioria das vezes, a informação pública tem por objetivo a formação do cidadão através de informações escolares, culturais, de lazer, de educação continuada, etc. Diante desse contexto, um dos espaços possíveis para o desenvolvimento de tais práticas, em que é ofertado suporte para uma educação formal quanto não formal, é a biblioteca pública, pois ali se estabelece um ambiente de aprendizagem e interação entre o usuário e a informação, promovendo, com isso, a apropriação do

conhecimento. Tal prática eleva o nível de consciência do cidadão e ainda o leva a participar da sociedade, inclusive tendo esclarecimento de seus direitos quanto ao acesso à cultura. (FONSECA, 2005).

Cultura em seu sentido etnográfico, de acordo com os autores Lewis Henry Morgan, Edward Burnett Tylor e James George Frazer (2005, p.8) é todo um

[...] complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade. A situação da cultura entre as várias sociedades da humanidade, na medida em que possa ser investigada segundo princípios gerais, é um tema adequado para o estudo de leis do pensamento e da ação humana. De um lado, a uniformidade que tão amplamente permeia a civilização pode ser atribuída, em grande medida, à ação uniforme de causas uniformes; de outro, seus vários graus podem ser vistos como estágios de desenvolvimento ou evolução, cada um resultando da história prévia e pronta para desempenhar seu próprio papel na modelagem da história do futuro.

Na realidade cultura é o que move o indivíduo ou um grupo deste, levando-o para longe da indiferença, da indistinção, ou seja, ela é uma construção, que só pode proceder pela diferenciação. Ela procura e viabiliza “[...] o êxtase, o sair para fora [sic] de si, sair do contexto em que se está para ver outra coisa, para ver melhor, para ver além, para enxergar sobre, acima, por cima, para ver por dentro.” (COELHO, 1989, p. 28 e 29).

Para Santos (2001), cultura possui diferentes conceituações e essas implicam em diferentes maneiras de analisar o contato com a cultura ou herança cultural, sendo vista como a relação do homem com o seu meio e com os outros homens. Ele afirma ainda, que a cultura é uma dimensão do processo social, ou melhor, da vida de uma sociedade, sendo analisada em todos os seus aspectos da dinâmica social não sendo correto afirmar, portanto, que exista a cultura em alguns contextos e outros não. Na realidade, o autor sugere que o que realmente ocorre, é uma diversidade cultural em diferentes espaços geográficos e temporais.

Diante dessa necessidade, que é a de propagar a leitura em diferentes espaços geográficos é que a biblioteca pública, no início do século XX, passou por mudanças provenientes da necessidade de estender seus serviços também às populações

rurais e de periferia, com o objetivo de proporcionar uma ação educativa através de da prática extensionista. (FONSECA, 2005).

Diante do exposto, Wilson Martins (2001, p. 325) afirma que a biblioteca pública teve evolução em seu conceito, em que

[...] À sua *passividade* substituiu-se um salutar *dinamismo*, a iniciativa de uma obra que é, ao mesmo tempo, de socialização, especialização, democratização e laicização da cultura. Ela desempenha, dessa forma por menos que pareça, o papel essencial na vida das comunidades modernas; é em torno dela que circulam todas as outras correntes da existência social. Não contente em influir nas atividades da cidade em que se instala, a biblioteca se tornou *circulante*: ela é circulante pelo empréstimo de livros a domicílio e pelas poderosas antenas motorizadas que alcançam todas as regiões circunvizinhas, sob a forma de *bibliobus* e outros veículos. O livro penetra, então, em domínios que lhe tinham sido inacessíveis: o meio rural, a fazenda, as vilas proletárias.

Corroborando com a citação anterior, acredita-se que:

[...] o movimento de extensão da biblioteca teve a sua inspiração na prática extensionista agrícola, caracterizada pela necessidade de mudar a prática milenar do tratamento da terra para a produção de alimentos, com a introdução de novas tecnologias. Para adotar essas tecnologias o camponês precisava entender e aceitar a mudança. A extensão pretendia, pois, comunicar a descoberta e vender os novos produtos com o objetivo de aumentar a produção de alimentos. Dizia-se que era uma ação educativa. As reações às mudanças pretendidas decorrem da comunicação que se caracterizou como uma 'invasão cultural' isto é, o desrespeito à cultura existente pela intromissão de uma linguagem que o camponês não entendia. (FONSECA, 2005, p. 53-54).

Essa prática de extensão bibliotecária, analogicamente, levaria a outras comunidades a sua ação cultural, através de seus serviços e programações que facilitassem a todos, o acesso à informação e à cultura, pois a biblioteca pública sempre fora considerada elitista e servia sobremaneira mais às classes sociais privilegiadas e, diante do movimento extensionista, esse espaço foi ampliado e permitiu o acesso, também, às camadas populares. Em suma,

O Serviço de Extensão caracteriza-se em levar para fora da biblioteca, através de unidades móveis, os serviços que a biblioteca presta em suas instalações fixas, ou seja, empréstimo de livros a domicílio, com prazo definido para sua devolução, e consulta nos próprios veículos, do material de referência e de periódicos. (MARTINS, 2001, p. 55).

Diante do exposto, o serviço de extensão da biblioteca exerce um papel importante ao levar a informação como alternativa de lazer e educação, contribuindo para o

desenvolvimento social, promoção cultural e político da comunidade atendida por este serviço, sobretudo na promoção de ações que incentivem o gosto à leitura. Mesmo havendo um baixo índice de leitura de sua população, isso não deve ser o obstáculo e comprometer ações da biblioteca para a superação das dificuldades encontradas nas condições socioeconômicas e educacionais da população do país, em que dados obtidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) revelem que existem atualmente no Brasil mais de 16 milhões de analfabetos. (ROSA; ODDONE, 2006).

Nesse sentido, acrescenta-se que, se o indivíduo não incorpora a prática da leitura, não pode desenvolver de forma satisfatória as habilidades necessárias ao uso do conhecimento para poder entender, compreender e apreender. Então a extensão bibliotecária é uma forma existente para combater as muitas dificuldades que afastam os leitores das bibliotecas, ou seja, a resistirem à prática do ato de ler, e até de aprender novas lições. Pois a própria cultura dominante, de privilegiados que detêm o poder já exclui as classes trabalhadoras do processo de educação e evolução social. Além da pobreza, da desigualdade social e da falta de escolas para a população descarta sumariamente milhões de pessoas do acesso ao ensino e aprendizagem. (BARROS, 2002).

De acordo com Carrión Gutiez (1993, p. 489) apud João Carlos Ribeiro Henriques (2009, p. 31),

[...] o conceito de extensão bibliotecária, ou seja, os processos e serviços que uma biblioteca leva a cabo para chegar aos seus utilizadores que, por razões de uma marginalização criada pelo contexto geográfico (relevo acidentado, existência de acidentes naturais difíceis de transpor, etc.) ou social onde se inserem, não podem fazer pleno uso dos seus serviços.

Assim, a extensão bibliotecária, seria uma alternativa a ser adotada para alcançar o público mais distante das instalações físicas da biblioteca, além da possibilidade do desenvolvimento de atividades extramuros tornando-se uma importante estratégia de atuação junto à comunidade. Porque levar os serviços comumente oferecidos diariamente na biblioteca para outros espaços não convencionais proporciona o interesse do despertar pela leitura, ampliando seu campo de atuação. Então, o serviço de extensão torna-se a forma mais eficaz de sanar os problemas

relacionados ao acesso das comunidades mais distantes ao espaço da biblioteca de maneira delonga para que, futuramente, sejam pensadas e elaboradas políticas públicas para a implantação de bibliotecas que atendam de forma efetiva essa população. (COELHO, 2013).

O mesmo autor ainda reconhece que diante da dura realidade das bibliotecas que possuem poucos recursos e ao mesmo tempo tentam preencher lacunas deixadas pelo poder público que ainda se esquivava da responsabilidade em oferecer suportes para que a população tenha acesso à informação, o serviço de extensão contribuiu para inclusão daqueles que, devido a vários motivos não podem frequentar a biblioteca ou simplesmente não possuem interesse devido o desconhecimento do papel dessa instituição. Instituição essa, que para Shiyali Ramamrita Ranganathan (2009), possui a finalidade primordial em transformar não leitores em leitores, criar e estimular o desejo pela boa leitura e juntar o livro ao leitor.

De acordo com a realidade da comunidade que será atendida pelo serviço de extensão da biblioteca, faz-se necessário utilizar de recursos financeiros disponíveis e avaliar as condições que se pretende transpor. Tal função cabe ao bibliotecário que empregará os diversos recursos tais como:

[...] as bibliotecas móveis, as circulantes e os ramais para realização do serviço de extensão para estimular a busca pela informação e o hábito da leitura. Dentre os recursos utilizados para realizar esse serviço podemos destacar:

- a) carro-biblioteca, barco-biblioteca, moto-biblioteca e outros veículos;
- b) caixa-estante - pequenas caixas de madeira, aço, malotes ou mesmo sacolas também chamada de biblioteca ambulante;
- c) bibliotecas ramais e/ou sucursais. (COELHO, 2013, p.6).

Segundo Coelho (2013) existe também outro recurso pouco aproveitado pelas bibliotecas que é a utilização de quiosques como pontos de leitura e de empréstimo domiciliar de livros e outros materiais. Essa é uma das estratégias sugeridas para o serviço de extensão em espaços públicos e com grande fluxo de pessoas. Também sugere a elaboração de programas de leitura em parques, estações de trem e/ou metrô, ou em espaços privados, como *shopping centers*.

A prática extensionista bibliotecária, segundo Fonseca (2005, p. 54) constitui-se num

[...] momento muito importante da mudança do conceito tradicionalista da biblioteca, de preservação e prestadora de serviços, para um organismo dinâmico, com ações educativo-culturais dentro e fora das suas instalações. [...] O movimento extensionista ampliou espaços, permitindo acesso de camadas populares aos serviços de programações, fazendo-a exercer, desse modo, na prática, seu papel democrático teorizado nas origens.

O serviço de extensão progride à medida que novas formas de ação acabam se interligando a outras instituições, o que possibilita a instauração do diálogo, bem como a participação e a conscientização da sociedade. Dessa forma, tal serviço de extensão acaba se tornando ator na ação cultural, uma vez que incorporam os passos fundamentais dessa nova metodologia, a qual se resume na prática do diálogo, da conscientização e libertação. (FONSECA, 2005).

Tratando da temática ação cultural, Coelho (1989) diz que esta é realizada por centros de cultura. No Brasil, segundo o mesmo autor, centros de cultura, foram criados na década de 1970 do século XX, e desde sua criação já intensificaram a discussão sobre o seu instrumento privilegiado: a ação cultural. O autor afirma que na ação cultural, o agente apenas inicia o processo cujo fim ele não pode prever e nem controlar, pois um processo de ação cultural está centrado na criação das condições necessárias para as pessoas inventarem seus próprios fins e consequentemente se tornam sujeitos da cultura.

Para Milanesi (2002), a ação cultural só se desenvolve na biblioteca pública se esta possuir um acervo contendo o mínimo de determinadas informações necessárias sobre o tema da ação e ainda afirma que como ação cultural e criatividade são elementos que se completam, é imprescindível conhecer o que já foi criado, porque a partir daí haverá o encurtamento do caminho já visto e percorrido e do novo a ser elaborado. (MILANESI, 2002).

Diante disso, uma ação cultural bem projetada permite que seu público participe na produção dos seus bens culturais juntamente com a biblioteca pública e, se interessados, devem obter e até mesmo criar as informações sobre a temática abordada por ela, pois, a partir daí, esses atores envolvidos no processo poderão dialogar entre si e expor suas próprias conclusões sobre o desenvolvimento do trabalho, diante disso pode-se afirmar que, devido à sua complexidade de

pensamentos diferentes no desenrolar de sua execução, a ação cultural pode até ter início determinado, mas não um final no tempo previsto.

Para Paulo Freire (1982), a ação cultural tem que ser dialógica e deve fazer dos indivíduos parte de sua realidade, e não de forma que as classes dominantes imponham sua cultura. Para ele o indivíduo tem que ter a sua própria visão de mundo e não a visão comparada de outra pessoa, pois só assim dar-se-á a conscientização do sujeito, fazendo com que haja uma reflexão sobre si mesmo e sobre suas relações com o mundo.

Segundo Freire (1982, p. 67) existe dois tipos de ação cultural, a do ponto de vista das classes dominantes, que busca a preservação do poder e “Para os que se engajam na ação cultural para a libertação [...]”, que denunciam os mitos veiculados pelas classes dominantes.

[...] Baseada em mitos, a ação cultural para a dominação não pode problematizar a realidade, propondo seu desvelamento, pois que assim contradiria os interesses dominantes. Na ação cultural problematizante, pelo contrário, a realidade anunciada é o projeto histórico a ser concretizado pelas classes dominadas, em cujo processo a consciência semi-intransitiva como a ingênuas são superadas pela consciência crítica – “máximo de consciência possível”.

[...] Assim, a ação cultural para a libertação, que caracterizou o movimento que lutou pela realização do anúncio, deve transformar-se em revolução cultural. (FREIRE, 1982, p. 67).

Para Victor Flusser (1983), a herança cultural de um povo só pode ser recebida de duas maneiras: uma de forma ativa, ou seja, onde o sujeito reelabora o que recebe, e a outra passivamente, onde ele aceita o que recebe sem questionar ou tentar modificar.

Em outras palavras Flusser (1991, apud CUNHA; RIBEIRO, acesso em 01 set. 2013), assim como Paulo Freire, diferencia a ação cultural em duas direções distintas, onde,

[...] uma é a ação cultural para a domesticação do indivíduo que contribui com a manutenção do sistema, a outra é a ação cultural para a libertação, transformadora, instrumento de libertação social e cultural, esta é a ação cultural que, no estudo, procuramos encontrar em atividade nas bibliotecas públicas. [...] vê a perspectiva de transformar a biblioteca tradicional em um instrumento de ação cultural. [...] Para o autor a biblioteca tradicional não permite que os usuários se libertem permanecendo na ignorância, sempre a

espera do bibliotecário que irá dizer o que é bom ou ruim na sua consulta. Na biblioteca como instrumento de ação cultural ainda segundo o autor, o usuário tem a possibilidade de pronunciar a sua própria palavra, se sentindo apto a ter uma opinião, ele pode se inventar, se formular e criar.

Portanto, ao fazer com que o indivíduo se liberte e se desenvolva dialogando com os seus semelhantes e fazê-lo com que se reconheça como um ser importante dentro do meio em que vive na sociedade como um todo, é o objetivo pelo qual a ação cultural está calcada, ou seja, ela busca fazer com que as pessoas tomem consciência de si e do coletivo onde estão inseridos.

Sabe-se que a ação cultural é dialética e dialógica, ou seja, ela é cheia de confrontos. Para Silva (1991, p. 62),

Não fomos educados para o diálogo, carregamos traços profundos de autoritarismo e paternalismo, e mesmo quando propomos uma prática democrática, não raro “escorregamos”, revelando nosso despotismo. Não obstante, a tentativa de exercício da ação cultural esbarra nos limites impostos pelos órgãos superiores que definem suas diretrizes a partir de programas político partidários na sua maioria restritivos. Outro jogo conflitivo é o caráter inconciliável da relação cultura e burocracia, relação vivida de forma explícita por indivíduos que atuam em instituições governamentais.

Porém, não existe solução sem esforços, para determinar as regras facilitadoras e nem os caminhos certos, por sua vez, só vivendo a prática, sem esperar por atalhos ou milagres. O jeito é percorrer este caminho cheio de obstáculos e enfrentar todas as etapas que não poderão ser queimadas. Existem vários obstáculos muito conhecidos que poderiam ser lembrados, mas enumerá-los é fazer todo o encontro de bibliotecários e de profissionais da área, “um verdadeiro muro de lamentações, o que reclama por superação.” (SILVA, 1991, p. 63).

Isso não quer dizer que se devem ignorar os entraves, mas sim, que é necessário denunciar os problemas da biblioteca pública, todavia não para servirem de argumento para a estagnação dos profissionais.

Silva (1991) reconhece que a ação cultural para bibliotecários engajados em sua profissão é incomodativa, mas revela também que muitos desses não sobrevivem às barreiras encontradas e desistem. Esclarece ainda que,

O trabalho é um desafio, o salário, na maioria das vezes, não é compensador, ocorre que não existem cargos bem remunerados em todas as bibliotecas do país, logo, sempre existirão muitos bibliotecários atuando em bibliotecas públicas. Para esses bibliotecários existem duas possibilidades, ou eles exercitam propostas inovadoras, ou continuam vigiando o silêncio, e neste caso, no final de suas carreiras terão a sensação de que perderam o bonde da história. (SILVA, 1991. p.63).

Clara Duarte Coelho (2010) constata que o profissional bibliotecário precisa ter uma formação que irá corresponder a todos os perfis de cidadãos existentes, e a aquisição dessas competências, simplesmente não se traduzem em saberes individuais, pois eles irão utilizar tais competências com o intuito de possibilitar uma maior integração entre as suas ações e os objetivos voltados para a responsabilidade social. A função social e mediadora da informação desse profissional irá despertar não só o interesse pela leitura, mas envolverá a comunidade assistida em melhores serviços oferecidos, proporcionando o desenvolvimento social e econômico que acompanharão a evolução e as exigências da sociedade.

2.3 O ESTADO E AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Segundo Medeiros (2010), atualmente, a política de bibliotecas no âmbito do Ministério da Cultura está sendo gerida entre a Fundação Biblioteca Nacional e a Coordenadoria-Geral do Livro e da Leitura (CGLL), está vinculada ao gabinete do Ministro. Apesar das ações elaboradas para mostrar a importância da biblioteca como um importante espaço de memória, ressaltando que:

O que se sente é que as bibliotecas públicas ainda vêm sendo tratadas timidamente nos planos do governo, sejam estes federais, estaduais ou municipais. Na verdade, o que se nota transcende a instituição biblioteca, já que as políticas brasileiras para a área da cultura ressentem-se do ciclo de abandono e de retomada de planos e projetos pelos diversos governos. (MEDEIROS, 2010, p. 32).

Ao analisar a trajetória das bibliotecas públicas do Brasil, em seu estudo, Medeiros (2010, p. 40) conclui a existência de uma instituição dependente, ou seja,

[...] uma “instituição-quase”, uma “instituição extensão”, uma instituição desde sempre tutelada. Sua subordinação à política de livros fez com que as bibliotecas se tornassem coadjuvantes de sua própria história. A verdade é que sua função precípua, definida pelo manifesto da Unesco, de ser um

centro de informação, cultura e lazer, adotada com sucesso por muitos países, não se aplica no Brasil, salvo raras exceções.

De acordo com Silva (1991) dependendo do nível de hierarquia de governo em que a biblioteca pública estiver a mesma não será uma entidade independente naquela estrutura, ou seja, seu projeto de ação cultural em seu interior como ferramenta de inclusão social, deve iniciar pelo relacionamento da biblioteca com as demais unidades do órgão maior – Secretaria ou Departamento de Cultura – e deve ser elaborada uma proposta de política de ação cultural, e os gestores responsáveis pela biblioteca pública têm que se fazer presente junto a esses órgãos maiores com a exposição de projetos de ações para amenizar as necessidades informacionais de seus usuários em potencial e, ainda, ousar ao exhibir programas de extensão cultural aberto a toda comunidade em que se encontra inserida, além de romper com o paradigma de que a biblioteca é um lugar somente de preservação da memória e de função educacional e se fazer presente. Ela afirma ainda, que os profissionais da área, ou seja, principalmente os bibliotecários, precisam romper com esta timidez histórica e garantir o lugar no processo.

É expressiva a discussão, por parte de profissionais atuantes na área de Biblioteconomia, quanto à “[...] função da biblioteca em relação à comunidade, à informação e à cultura no mundo globalizado [...]” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2000, p. 20). Em eventos realizados pela referida classe profissional, são argumentadas propostas para que a biblioteca pública, bem como seus gestores, se preocupem e interajam de forma mais dinâmica com as classes menos privilegiadas, seja nas áreas rurais, nas periferias das grandes metrópoles, ou, ainda, com minorias linguísticas e pessoas com portadores de necessidades especiais, etc.

Conforme afirma Suaiden (2000, p. 60), os “[...] interesses informacionais da comunidade são heterogêneos e os recursos disponíveis, nem sempre são suficientes para atender a esse tipo diversificado de demanda”. Para iniciar tal proposta, o profissional deverá analisar, criteriosamente, qual o público que tem a conquistar, qual a realidade da comunidade, quais são as necessidades informacionais de seus usuários e, por sua vez, identificar, qual a visão destes em relação à biblioteca pública.

Por exemplo, caberia à biblioteca facilitar o acesso à informação e ao mesmo tempo ao lazer e cultura, disponibilizando em seu recinto, computadores para pesquisas aos membros da sua comunidade. A partir de tal iniciativa, os frequentadores perceberão que “alguém” se preocupa com suas necessidades, logo, se sentirão mais motivados a utilizar outros tipos de serviços da biblioteca e poderão, até mesmo, se tornar usuários reais daquela unidade pública. Porém, para que isso de fato ocorra, os gestores precisam sair da mesmice, ficarem isentos da resistência à inovação e procurarem novas ferramentas, de forma criativa, para disseminar a informação a todos quantos for possível alcançar.

2.3.1 Princípios E Diretrizes Para Gestão Cultural De Bibliotecas Públicas

Em empenho a favor do desenvolvimento das bibliotecas públicas e de sua adequação às necessidades do país, a Biblioteca Nacional contou com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura do Rio de Janeiro e da Construtora Norberto Odebrecht que patrocinaram a publicação da obra “**Biblioteca Pública: princípios e diretrizes**”¹⁴, que objetiva difundir aos bibliotecários, conservadores, pesquisadores e demais profissionais, as metodologias e práticas da instituição nas áreas de preservação, processamento técnico de acervos e outras orientações e sugestões quanto à missão de gerir, organizar e difundir a informação e o acesso aos bens culturais em todos os recantos que o nosso país devem possuir.

De acordo com a referida publicação mediante a criação da lei do Depósito Legal, a Biblioteca Nacional (BN), localizada no Rio de Janeiro, é considerada a guardiã máxima da memória bibliográfica e documental do Brasil. Tem por missão disponibilizar suporte às bibliotecas públicas brasileiras, orientando-as a cumprirem seu papel primordial: disseminar a informação a todos os indivíduos e comunidades possíveis, levando-os a obterem um desenvolvimento intelectual de forma a expandirem seus conhecimentos. Cabe ainda à BN, possibilitar a formação e qualificação de pessoal, gerando profissionais competentes e preparados para atuarem nas bibliotecas espalhadas pelo país.

¹⁴ MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Biblioteca Nacional (Org.). **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 2000 (Documentos técnicos; 6).

Ela também enfatiza que as bibliotecas públicas são um espaço propício a todo tipo de leitura, possibilitando, assim, a mediação da informação, independente de seu formato, isenta de censura ideológica, religiosa ou política. Tal ação permite que o usuário tenha um encontro com a informação, sendo este capaz de desenvolver o conhecimento e alicerçar práticas leitoras, transformando-se num cidadão bem informado, num leitor crítico, ciente de seus deveres e direitos, livre para realizar suas escolhas e seu modo de viver, não importando sua crença, nacionalidade, gênero, idade, cor e condição social, reforçando o princípio de que todos os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos.

Vale reforçar que, o documento frisa que todos os serviços e materiais informacionais inseridos na biblioteca pública devem estar em concordância com o tipo de usuário frequentador da unidade, e esta, necessariamente, precisa agir como sendo uma ponte entre a necessidade de informação do usuário com o recurso informacional disponibilizado. Suas coleções, a qualidade de seus materiais, o tipo de suporte informacional utilizado, bem como os serviços ofertados, devem atender às expectativas e necessidades de seu público.

Além de todos esses quesitos básicos citados nas diretrizes sugeridas pela publicação, uma biblioteca pública deve oferecer, também, um ambiente agradável, bem higienizado e arejado, e que seja prazeroso para partilhar experiências, além de ser um lugar propício para realização de atividades culturais e voltadas ao lazer e ao lúdico. Logo, este local deve ser receptivo para reunir usuários de todas as faixas etárias e culturas diferentes, e que seu ambiente seja, verdadeiramente, público e acolhedor, a tal ponto de se ter anseio em frequentá-lo diariamente.

Sendo assim, o quanto antes os cidadãos reconhecerem que a biblioteca pública, através de suas ações e projetos voltados à comunidade, poderá contribuir, significativamente, para a ampliação do conhecimento do leitor, da sua maturidade social, de seu desenvolvimento profissional e apreciação da leitura como necessidade informacional e fonte de lazer, mais serão estreitas as relações entre biblioteca e leitor real e a consequência será a formação de leitores com senso crítico. E o responsável por tais ações na biblioteca poderá ser o próprio gestor da

biblioteca ou um colaborador com qualificações específicas para atuar como tal. Sua função, portanto, compreende em incentivar e mobilizar ações voltadas ao grupo, planejar e organizar todas as atividades culturais locais.

Ressalta ainda, que a biblioteca pública tem o dever de atender igualmente a todos da sua comunidade, porém, os gestores das unidades, muitas vezes em tempos de escassez de recursos financeiros, necessitam agir estrategicamente, identificando as demandas especiais existentes bem como reconhecendo quais serão as prioridades para implantar serviços que fortalecerão a imagem da biblioteca perante a comunidade. Todavia, para cumprir sua missão e na perspectiva de melhor atender a um público tão diversificado, a biblioteca pública deverá recorrer à então conhecida técnica de segmentação de mercado, comumente usada na área de Administração de Empresas. Vale ressaltar que, o gestor juntamente com sua equipe deverá realizar possíveis estudos de seus usuários, com o intuito de não desperdiçarem tempo, recursos financeiros e perderem clientes: seus usuários.

Afirma que as práticas das atividades extra muros na biblioteca pública consiste numa estratégia indispensável para formar parcerias com a comunidade, ou seja, há a necessidade de sair das quatro paredes, inovar a forma de interagir e ir de encontro à comunidade com o intuito de disseminar a informação e o conhecimento tem possibilitado experiências valiosas para os profissionais que atuam em bibliotecas públicas. Uma dessas experiências extra muros é conhecida como serviços de extensão.

Diz que para efetivação de tal prática, a biblioteca pública deverá ter materiais e pessoal qualificado para realizar, pela comunidade, os serviços de extensão. Os recursos mais conhecidos são: o carro-biblioteca, o vagão-biblioteca, o barco-biblioteca, a caixa-estante ou biblioteca ambulante e as bibliotecas ramais ou sucursais.

E quando ocorre da comunidade não possuir biblioteca pública fixa, são utilizados além dos recursos já citados, outros tipos de serviços de extensão adaptados em veículos como - ônibus, caminhão, Kombi, moto, lanchas, etc., com o intuito de levar publicações para as áreas onde não há a possibilidade de se ter uma biblioteca fixa,

bastando somente ser instituído preliminarmente um roteiro dos locais a serem percorridos e suas respectivas datas.

Sugere-se também, que as bibliotecas realizem outros tipos de serviços de extensão, como programas de leitura em espaços públicos diversos, por exemplo, parques, praças, estações de trem, ônibus e/ou metrô, ou em espaços privados, como *shopping centers*, galerias, etc. Para que os serviços fiquem mais acessíveis aos usuários, a opção sugerida e, de baixo custo, é a instalação de quiosques nos espaços públicos escolhidos, servindo como pontos de leitura e de empréstimos domiciliares dos diversos materiais informacionais disponibilizados. Todo planejamento e análise de mercado são indispensáveis para o êxito de tais atividades.

Destaca-se que não há empecilhos geográficos para que a informação seja disseminada, pois mesmo de forma simples, é possível atingir a comunidade e praticar a cidadania, oportunizando a classes minoritárias a inclusão social, o acesso à cultura, educação, recreação e lazer. Também é possível, ainda, desenvolver atividades culturais para recepcionar os visitantes da biblioteca ambulante. Tudo dependerá do gestor, dos recursos disponíveis e do público que se deseja atingir. Visando uma melhor organização dos projetos acima mencionados, a equipe faz a inscrição dos usuários para realizar os empréstimos domiciliares dos livros e ter um controle no ato da devolução.

A conhecida Caixa-Estante ou Biblioteca Ambulante consiste em pequenas caixas de madeira, aço, malotes ou mesmo sacolas, onde são colocadas obras que serão emprestadas (número ideal de 200 volumes escolhidos de acordo com a demanda local). Seu objetivo é incentivar o gosto pela leitura e amenizar as dificuldades de acesso a uma biblioteca pública. Já as Bibliotecas Ramais e/ou Sucursais, são aquelas que pertencem a um conjunto de bibliotecas públicas de um mesmo município, onde existe uma biblioteca central, que se localiza estrategicamente num local mais movimentada da cidade e possuem uma coleção mais ampla e ainda é responsável,

[...] por bibliotecas ramais que atendem diferentes comunidades ou bairros e pelos serviços ambulantes. Os municípios menores costumam ter uma

biblioteca central e ampliam seus serviços com carro-biblioteca ou caixas estantes. As bibliotecas ramais nas grandes cidades são as bibliotecas de bairro, em perfeita sintonia com as comunidades locais. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2000, p. 98).

Também faz questão de ressaltar, que a maior parte do povo brasileiro não dá o devido valor à informação que está disponibilizada nas diversas unidades informacionais, sejam bibliotecas, centros culturais, escolas, etc. Infelizmente, por falta de prática de como usá-la, ou mesmo por ausência de conhecimento e, não estímulo desde o período da infância, a falta de tempo, prioridade ao sustento financeiro, timidez, dentre outros fatores, muitos indivíduos desconhecem o milagre que a informação operaria em suas vidas.

Tal informação poderia ser amenizadora de tantos problemas sociais e ainda seria de grande auxílio como um elo para ascensão social, para uma boa comunicação verbal e escrita bem como uma melhor compreensão de seus direitos e deveres cidadãos. Sem dúvida que, a inserção da informação no dia-a-dia de uma pessoa é um dos principais meios que as coloca no mundo do conhecimento e as capacita para progredir na sociedade.

Diante do exposto, foi criado o Serviço de Informação à Comunidade (SIC), que contribui, essencialmente, com o uso correto da informação para reforçar e intensificar o valor da identidade cultural de uma comunidade. O SIC propõe que a identidade cultural se cria por meio do próprio conhecimento que a comunidade possui do seu passado, presente e futuro, pois o controle e registro de toda informação obtida referente à comunidade assistida é de grande importância, a partir do momento que os próprios membros do grupo resgatam suas crenças, tradições, características, valores e modismos, cultivando assim, a identidade cultural de todo grupo, passando a apreciar, valorizar e desenvolver um sentimento de autoestima por sua história, propiciando, também, um maior envolvimento nas atividades de cunho humanístico e social desenvolvido em prol da comunidade.

Salienta também que, em muitas comunidades do país, a biblioteca pública é a única instituição cultural existente em suas mediações. Surge então, uma oportunidade singular do gestor em estreitar os relacionamentos entre membros da

comunidade e biblioteca, pois esta permitirá a ocorrência de troca de experiências, interação e valorização da biblioteca pública como centro de informação, lazer, educação e cultura. Porque toda atividade de ação cultural é primordial para uma satisfatória atuação da biblioteca pública, principalmente em relação à promoção da leitura. O gosto pelos livros, o prazer de ler um livro, de se ouvir uma história, interagir com os personagens, é decisivo para a formação de leitores críticos, vocabulários aprimorados e comunicação e escrita com desenvoltura.

Assim sendo, a promoção da ação cultural pode acontecer dentro e fora da biblioteca, isto é, não tem fronteiras, é isenta de padrões. Seu objetivo é atingir todo tipo de usuário, desde o potencial até o usuário real, uma vez que num mundo globalizado e com assuntos polêmicos a discutir, cabe ao agente cultural da biblioteca juntamente com os grupos comunitários realizar mesas redondas, criar enquetes de opinião, agendar palestras educativas com temas voltados aos pais, adolescentes, gestantes, terceira idade, etc.

Segue outras orientações quanto às competências que o agente cultural deve exercer também, de acordo com a publicação:

- sugerir e/ou escolher temas, e/ou captar o que está interessando à comunidade;
- elaborar um projeto para cada tipo de atividade cultural;
- definir os objetivos e metas a serem atingidos;
- determinar datas e locais, materiais e equipamentos necessários;
- verificar a necessidade de recursos financeiros extras e procurar provê-los;
- convidar pessoas da comunidade para participar das atividades culturais: artistas e artesãos locais, professores, músicos, escritores, padres, advogados etc.;
- projetar o marketing, ou seja, como divulgar os eventos; e
- analisar resultados após a realização dos eventos. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2000, p. 100-101).

Finalizando, sugere que, sempre que possível, o agente cultural deve trabalhar e incentivar o planejamento participativo, envolvendo ao máximo os membros da sua comunidade, para que estes se sintam parte valorizada do processo. Essa cumplicidade adquirida durante a organização das ações culturais levará os membros da comunidade a terem apego e compromisso com a biblioteca e, conseqüentemente, com suas atividades desenvolvidas.

Coelho (1986, p. 115), em sua obra, indica algumas características do agente cultural:

[...] primeiro, saber como fazer para que pessoas atuem criativamente em grupo [...]. Ter a noção do que está em jogo socialmente, antropologicamente, quando se intervém culturalmente num grupo, numa comunidade [...] deve saber o que as pessoas procuram, como se organiza uma linguagem artística ou como se dá a abordagem do mundo através de um código artístico [...]. Essa pessoa não precisa necessariamente dominar uma técnica particular (direção teatral, pintura, cinema, culinária), mas deve pelo menos conhecer os pressupostos teóricos de uma dessas linguagens.

São múltiplas as opções de atividades de ação cultural que é possível desenvolver no âmbito da biblioteca pública e o resultado será sempre satisfatório tanto para a biblioteca quanto à comunidade. Todos acabam ganhando, pois os indivíduos adquirem conhecimento e ao mesmo tempo promovem e valorizam a biblioteca como centro de informação.

2.4 CARRO BIBLIOTECA: SERVIÇO DE EXTENSÃO CULTURAL

O objeto de estudo, conforme explicitado no início de trabalho, é evidenciar a dinâmica e os objetivos desenvolvidos na criação do serviço de extensão cultural do Carro Biblioteca da Biblioteca Pública Estadual Levy Cúrcio Rocha, evidenciando o seu quantitativo de acesso à leitura proporcionado às comunidades visitadas e identificando mecanismos de divulgação dessa ação desenvolvida pelos bibliotecários idealizadores e envolvidos nesse projeto de extensão cultural, porém, primeiramente, precisa-se ressaltar alguns conceitos, bem como resgatar um pouco de sua história e ideais de repercussão e alcance coletivo pelo mundo, Brasil e no Espírito Santo.

O carro-biblioteca é uma biblioteca móvel a qual traz, para seus leitores, livros e serviços referentes a estes, uma vez que tais leitores encontram-se fora do alcance da agência central. Sua importância reside no fato de ele se propor como uma ponte de mão dupla entre biblioteca central e um potencial de usuários. (FONSECA, 2005).

Dessa forma, vários são os tipos de carros descritos, uma vez que até os primórdios das manifestações são englobados, e que, atendem a diferentes lugares,

determinadas pelas circunstâncias e necessidades: local, clima, densidade populacional, condições econômicas.

O carro biblioteca é definido, ainda, como sendo “[...] uma função de extensão bibliotecária, levando o serviço às pessoas que não têm a iniciativa, tempo, transporte, conhecimento, inclinação, habilidade ou dinheiro para fazer uso da biblioteca central”. (EASTWOOD, 1967, apud HENRIQUES, 2009, p. 63).

Também há a seguinte definição de carro biblioteca:

[...] um serviço de extensão bibliotecária da biblioteca pública, que é disponibilizado através de um qualquer meio de transporte (carro, barco, comboio, etc.) e por meio do qual são levados os serviços básicos de biblioteca até comunidades desfavorecidas pela sua localização geográfica (pequenas comunidades, áreas rurais, bairros periféricos de zonas urbanas) ou públicos específicos (prisões, lares de idosos ou escolas), e que a esses mesmos serviços não podem ter um fácil acesso. (HENRIQUES, 2009, p. 32, grifo do autor).

Este tipo de serviço se insere numa lógica de rede, que servirá de complemento dos pontos fixos de biblioteca já existentes ou ainda preparando a sua criação em comunidades que não se justifica num dado momento, ou ainda como forma de preparar e avaliar a possível necessidade de criação futura desse serviço fixo. (HENRIQUES, 2009).

A ideia de biblioteca móvel não é uma realidade do tempo presente, Lúcia Maria Moreira Dumont afirma que,

Data de vários séculos a notícia sobre livros percorrendo os mais diversos trechos do planeta, para encontrarem o leitor. Harris Norris, referenciado por (PENNELL, 1970), cita um registro que descreve nômades conduzindo “camelos-biblioteca” através do deserto do Saara, com uma carga preciosa de manuscritos a caminho de seus leitores. Vagões-biblioteca e barcos-biblioteca também são variações usuais encontradas na história das bibliotecas móveis. Tem-se conhecimento de bibliotecas inglesas, australianas e escocesas emprestando “caixas de livros” a escolas e outros locais, desde o início do século 19. Portanto, é difícil determinar quando e onde surgiu a primeira biblioteca ambulante, precursora do carro-biblioteca. (1995, p. 192).

Ainda segundo Levinson (1995 apud DUMONT, 1995), o primeiro bibliotecário a vislumbrar um sistema que pudesse ter uma mobilidade de livros, desenvolvendo-o praticamente nos mesmos moldes utilizados como hoje,

[...] foi o inglês Dr. Thomas Bray¹⁵, que escreveu a um amigo, em 1679: “Bibliotecas estáticas significarão pouco em países onde as pessoas necessitarão se locomover várias milhas a procura de um livro, mas bibliotecas que façam empréstimos e que cheguem até o leitor sem nenhuma cobrança podem, satisfatoriamente, suprir as falhas de seus estudos até que um serviço permanente de empréstimos de livros seja implantado.” (LEVINSON, 1995 apud DUMONT, 1995, p. 193).

Constata ainda que esse conceito de deslocamento de livros até os leitores

[...] delineado por um profissional, ou seja, da extensão bibliotecária, advém de três séculos atrás; mas, a efetivação de um serviço formal e planejado de carro-biblioteca data de 1905. A concepção é creditada a bibliotecária norte-americana Mary Lemist Titcomb¹⁶, que trabalhava, naquela ocasião, na *Washington Court Free Library* da cidade de Hagerstown, Maryland, USA. O carro é descrito como um carroção puxado por dois cavalos, similar aos utilizados para entrega de cargas de uma mercearia. A adaptação de prateleiras externas e o local de armazenamento, interno somavam espaço aproximadamente 2560 volumes, serem entregues diretamente na porta de residências rurais e dentro das 500 milhas quadradas do território de Washington County, Maryland. O fato pitoresco relatado sobre esse carro é que, por ter sido pintado de preto, as pessoas a princípio o confundiam com um carro fúnebre. (LEVINSON, 1995 apud DUMONT, 1995, p. 193).

O desenvolvimento do automóvel, em 1920, permitiu um progresso, não só na locomoção alheia bem como na rápida distribuição das coleções de livros em todos os sentidos, inclusive, nas áreas de mais difícil acesso, assim como nas áreas rurais, surgindo, portanto, os veículos adaptados para este fim, como é o caso do carro biblioteca. (FONSECA, 2005).

¹⁵ **Bray, Thomas**, 1656-1730, clérigo Inglês e filantropo. Em 1696, ele foi selecionado pelo bispo de Londres como seu comissário para estabelecer a Igreja Anglicana, em Maryland. Bray recrutados missionários e montadas bibliotecas paroquiais para a América do Norte. Ele enviou mais de 30 bibliotecas paroquiais, que também serviram em muitos casos, como bibliotecas circulantes. Ele estabeleceu bibliotecas semelhantes na Inglaterra e no País de Gales. Fundou (1699) a Sociedade para promover o conhecimento cristão para continuar seu trabalho.

Fonte: Thomas Bray: Biography from Answers.com. Disponível em:

<<http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://www.answers.com/topic/bray-thomas&prev=/search%3Fq%3DThomas%2BBray%26newwindow%3D1>> Acesso em: 25 set. 2013.

¹⁶ **Mary Lemist Titcomb** (1857-1932). Em 1905, ela fundou a primeira *bookmobile* ou biblioteca móvel nos Estados Unidos, em Maryland.

Fonte: MARY Lemist Titcomb. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Mary_Lemist_Titcomb>. Acesso em: 25 set. 2013.

Atualmente, existem poucos serviços de carro-biblioteca, ou que já existiram no Brasil, principalmente levando-se em consideração a extensão territorial do país. Ele diz ainda que esta,

É também uma modalidade de serviço informacional relativamente nova, pois data de 1936 o primeiro serviço de que se tem notícia. Foi instituído por Mário Andrade, através do Departamento Municipal de Cultura, da cidade de São Paulo. Era um carro pequeno, com vitrines e sua pretensão era “espalhar livros através de uma coleção circulante do automóvel-biblioteca”. Portanto, a idéia primeiramente relatada dos serviços de extensão bibliotecária no Exterior – larga divulgação dos livros, oferecendo assim às pessoas uma possibilidade de auto-aprimoramento – também vigorou entre os representantes das instituições que fomentavam a cultura e a educação em nosso país. (DUMONT, 1995, p. 194-195).

O segundo projeto implantado do carro-biblioteca no Brasil teve seu projeto apresentado no 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em 1954, na cidade de Recife, pelo então chefe do Departamento de Cultura do Estado de Pernambuco, José Césio Requeira. Segundo informações obtidas no artigo, foi um projeto que veio efetivamente a se concretizar, mas foi desativado poucos anos após a sua inauguração.

Tal interrupção foi devido a problemas de mudança, tanto dos mandatários do Estado, quanto dos diretores da Biblioteca Pública de Pernambuco. Nota-se aqui uma realidade que, muitas vezes, constata-se no país até os dias atuais: a descontinuidade; ou seja, ao haver mudança do governo, ou o partido político dos governantes, modificam-se também as suas prioridades. É muito raro perceber comprometimento em dar continuidade em programas de governo já estabelecidos, principalmente nas áreas de educação e divulgação da cultura. (DUMONT, 1995).

A concretização efetiva de um serviço regular de carro-biblioteca no Brasil data de 1959, em Minas Gerais e Paraná, com projetos desenvolvidos por suas bibliotecas estaduais. Esses dois serviços continuam funcionando até a presente data, tendo sido usados diversos modelos de carros. (DUMONT, 1995).

O Instituto Nacional do Livro (INL) começou seu programa de iniciativa de serviços de carros-biblioteca no Brasil em 1970. O sistema era composto de um convênio por regime de comodato com os estados da união, de um veículo modelo Kombi,

adaptado para um acervo inicial de 1500 livros. Além disso, seis estados possuíam esse tipo de carro: Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Paraíba e Minas Gerais (através da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG). (DUMONT, 1995).

O objetivo desse programa era atingir comunidades da periferia das capitais do país, desprovidas de quaisquer serviços de biblioteca. Apesar de não se vislumbrar o objetivo no despertar o gosto pela literatura em geral, mas sim por uma literatura culta, porque a seleção de livros encaminhados aos carros se desenvolvia dentro dos mais altos padrões de linguagem e de assuntos. O único caso em que se sempre houve uma preocupação em complementar o acervo, visto direcioná-lo e torná-lo mais atrativo à população beneficiado, foi o Carro-Biblioteca da UFMG. (DUMONT, 1995).

O carro-biblioteca da UFMG foi criado em 1972, a partir de um convênio da UFMG como o já extinto Instituto Nacional do Livro (INL). Esse foi o principal Projeto do Programa Frente de Leitura e Cidadania do Centro da Extensão da Escola de Ciência da Informação e em abril de 2006 completou, trinta e três anos, afirmando-se como um importante trabalho de extensão universitária. (JORGE; JORGE, 2012).

É sabido que, na década de 1980, as bibliotecas públicas estavam disponíveis, para quase todas as capitais brasileiras isso incluía o serviço de extensão por meio de carros-bibliotecas e caixas-estantes, o que permitia realizar programas de animação cultural, oferecendo uma leitura diversificada. (FONSECA, 2005).

Mas mesmo assim,

Nas décadas de 70 e 80 houve uma queda expressiva na quantidade de prestação de serviço por carros-biblioteca, tanto no cenário nacional como no internacional. A crise mundial de combustível – aliada a outros problemas que são inerentes ao veículo e se referem principalmente à limitação da sua capacidade de carga, tanto de pessoal quanto de acervo, à manutenção do veículo e os imprevistos que podem acontecer nos percursos – colocaram em dúvida a operacionalidade desse serviço. Mas, surpreendentemente, verifica-se uma reviravolta no que parecia ser um fato irreversível: o carro-biblioteca volta, no início da década de 90, e nos países de primeiro mundo, a ser reconhecido como uma das formas mais eficazes de atingir o público leitor, tido como “as minorias mais desprivilegiadas.” (DUMONT, 1995, p. 184).

Os carros de biblioteca são de suma importância, pois levam o serviço de extensão da biblioteca para às comunidades rurais e às de bairros, e, também, àquelas pessoas que se encontram, por ventura, em prisões ou hospitais. Tal serviço propicia uma diversificação maior do serviço além de uma expansão na interpretação do significado das bibliotecas. (FONSECA, 2005).

Há, por conseguinte, uma necessidade de expansão referente aos serviços da biblioteca, pois tal fato permitirá que se atenda um maior número de pessoas, bem como se atinja um raio de ação mais amplo, o que, em outras palavras, traz a diversificação de seus serviços, o que acaba por ser uma realidade nos dias atuais. (FONSECA, 2005).

De acordo com informações retiradas de documentos¹⁷ inventariados pela BPES, em 29 de março de 1973, esteve em Vitória capital do Espírito Santo, a Bibliotecária do Instituto Nacional do Livro, Valda Valverde Santos, com o objetivo de ministrar um curso de Treinamento de Pessoal, indicado pela Diretora Substituta da Biblioteca Estadual da Fundação Cultural do Espírito Santo, Maria Luiza Loures Rocha Perota, para execução dos serviços da Biblioteca Volante recebida mediante convênio do INL para a Fundação Cultural do Espírito Santo.

Esse curso fazia parte do Plano de Ação Integrada do Governo Federal em convênio com a Prefeitura Municipal ou entidades culturais, para implantação de bibliotecas volantes em todo o país, pelo qual faria a entrega de um carro-biblioteca equipado e com acervo de 1500 livros, pelo prazo de seis meses, com a finalidade principal de criar um interesse nacional pela leitura, pelo livro e pelas bibliotecas e ainda propiciar um contato mais ativo do povo com a obra dos grandes escritores nacionais e estrangeiros.

Através de um breve histórico dos programas de carro-biblioteca, no panorama internacional e nacional, pode-se perceber como uma biblioteca envolve-se, de maneira harmoniosa e em sintonia, através da sua função como extensão cultural,

¹⁷ **Fonte:** Documento expedido pela Fundação Cultural do Espírito Santo – Serviço de Biblioteca e Museu, destinado à Diretoria do Instituto Nacional do Livro, em agradecimento pelo curso ministrado pela bibliotecária Valda Valverde dos Santos, em 02 de abril de 1973. Disponível na caixa A 13, Maço18 – Dossiê de Implantação do carro-biblioteca – 1972-1973.

atendendo às necessidades e interesses de uma comunidade onde esta esteja fixada.

Diante disso, pode-se afirmar ainda que a consciência da existência desse programa precisa existir, pois ele oportuniza àquele que deseja conhecer o novo e não tem oportunidade, através da leitura ou de outras práticas, o aperfeiçoamento profissional e pessoal, o qual vem determinando, nos últimos anos, um maior atendimento às aspirações comunitárias pelo serviço de extensão.

3 CAPÍTULO III – A EXTENSÃO CULTURAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: o caso do Carro Biblioteca e do Biblioteca Móvel

Esse capítulo busca evidenciar as atividades extensionistas culturais da Biblioteca Pública do Espírito Santo, a partir de 1973 quando foi criado o Carro Biblioteca e posteriormente a Biblioteca Móvel. Nesse sentido, descrevemos os percursos da implantação dessas atividades, como eram executadas essas atividades, sua equipe, seus propósitos, a população e os bairros atingidos, demonstrando estatisticamente como essas atividades contribuíram para o incentivo e ampliação ao acesso a leitura, assim como, possibilitar o desenvolvimento de um maior envolvimento da população com a biblioteca.

3.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA BPES

A primeira Biblioteca Pública¹⁸ foi instalada no Espírito Santo, no século XIX, em 16 de julho de 1855, em uma das salas do segundo pavimento do palácio governamental, durante o governo do Presidente da Província do Espírito Santo Sebastião Machado Nunes. A biblioteca teria surgido pela iniciativa da doação de obras por parte de diversos cidadãos, obras essas que vieram juntar-se a algumas poucas remanescentes do antigo Colégio dos Jesuítas. Dentre estas doações destaca-se a realizada por Bráz da Costa Rubim, que doou quatrocentos volumes de obras de um grande valor científico, os quais muito contribuíram com o acervo inicial da Biblioteca Pública.

Segundo Getúlio Marcos Pereira Neves (2010), em seu artigo sobre “O intelectual Braz da Costa Rubim e a fundação da Biblioteca Pública Estadual em 1855¹⁹”, foi

¹⁸ Dados retirados do site: www.es.gov.br

¹⁹ Pronunciamento proferido pelo autor, Presidente do IHGES, na Biblioteca Pública Estadual de Vitória, em 16 de julho de 2010.

incontestavelmente de iniciativa de Brás Rubim²⁰ a fundação da Biblioteca Pública. Isto porque só se cogitou sua instalação, após o oferecimento que fez Rubim das quatro centenas de volumes.

Para Rogério Coimbra (2005), a composição do acervo e a organização física da BPES teve um início bem complicado, apesar da sempre promessa dos governantes quanto à criação de uma biblioteca local. Nessa primeira fase, a existência da biblioteca durou exatamente quatro anos, pois em 1859 suas portas estavam fechadas. Diante da possibilidade do fechamento da única Instituição desse gênero em toda a Província, o Padre João Clímaco de Alvarenga Rangel²¹ e José Cândido Camilo Ferreira Rebelo, em 1859, assinaram um documento emitido e dirigido ao presidente da província, Pedro Leão Veloso, objetivando que fosse instituída, uma comissão, a fim de organizar o acervo doado à Biblioteca e que providenciassem uma solução para a sua reabertura. Os dois integrantes da Comissão evidenciaram em seu relatório a total falta de condições físicas da antiga Biblioteca, informando que esta não possuía nem mesas e nem estantes, ficando os livros espalhados pelo chão, o que acarretava o baixo índice de frequência à Instituição. Apontaram a necessidade de se reestruturar a biblioteca por entenderem que a partir dessa iniciativa se conseguiria produzir um grande estímulo “[...] para o despertar cultural do Espírito Santo.” (COIMBRA, 2005, p.9).

²⁰ Brás da Costa Rubim era capixaba, filho do capitão mar-e-guerra Francisco Alberto Rubim, que governou a Capitania do Espírito Santo entre 1812 e 1819. De sua ficha de associado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro constam, como local e data de nascimento, Vitória, a 1.º de janeiro de 1817. [...] a primeira obra publicada por Brás Rubim foi o *Vocabulário Brasileiro*, em 1853, pela Empresa Tipográfica Dous de Dezembro, de Paula Brito. É bom registrar que Brás da Costa Rubim continua hoje em dia a ser estudado no que respeita a línguas indígenas, havendo inúmeras citações ao seu *Vocabulário*, como se pode constatar de uma simples consulta à internet. (NEVES, 2010, p. 304-305).

²¹ **Padre João Clímaco de Alvarenga Rangel** foi professor de Filosofia em sua cidade natal, Vitória/ES, onde poetou, quando moço, tendo Afonso Cláudio assinalado que "seus cantos patrióticos, seus hinos à amizade e às crianças, seus trenos aos desalentados da vida, impreterivelmente, são subjetivistas; são antes transportes dos estados do espírito, sínteses psicológicas, do que transmissão de impressões recebidas do contato externo". Também advogado, quando ainda estudante do curso jurídico, elegeu-se deputado geral em 1833. Defendeu na cidade de Vitória os escravos presos em decorrência da Insurreição do Queimado episódio que ficou gravado, para sempre, nas páginas da história do Espírito Santo, abandonando, em seguida, a vida parlamentar, em que se notabilizara. Faleceu em Vitória, a 22/07/1866.

Fonte: Patronos & Acadêmicos - Antologia coordenada por Francisco Aurélio Ribeiro, AEL - Vitória-ES - 2002. Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=ejbify0tlkH8>>. Acesso em: 12 maio 2014.

Apesar das recomendações do Padre João Clímaco de Alvarenga Rangel e José Cândido Camilo Ferreira Rebelo, parece-nos que o prometido estímulo não contou com o apoio governamental da época, pois a informação que temos através do relatório governamental emitido por Costa Pereira, em 1861, é que a Assembleia provincial votou por pequenas verbas que auxiliassem para as primeiras despesas para a manutenção da BPES. Em princípio, ela fora instalada no lugar onde existia o Lyceu²² de Vitória e mais tarde mudaria para uma sala no segundo andar do Palácio do Governo. (RELATÓRIO..., 1861).

Em 1861, a situação da Biblioteca em nada tinha melhorado, pois o presidente da província José Fernandes da Costa Pereira Júnior, após sua visita à Instituição, evidencia sua precariedade e a descreve como uma sala pequena e desprovida de móveis. Havia apenas em seu interior uma mesa e duas estantes que abrigavam alguns livros, pois muitos se encontravam amontoados num canto da sala. O presidente provincial lamentava o desaparecimento de obras que haviam sido emprestadas e não devolvidas, fazendo ainda alusão ao precário estado de algumas obras que se encontravam no recinto e em mau estado de conservação. Relata que a frequência à Biblioteca era pequena e justifica tal fato em razão desta ficar frequentemente fechada. Promete em seu relatório mandar fazer o inventário minucioso das obras que ali estavam e ainda iria fazer um apelo às sociedades científicas e literárias do país, para que disponibilizassem remessas de suas publicações para o enriquecimento do acervo da biblioteca. (RELATÓRIO..., 1861).

Um ano depois, em outro relatório de governo apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, o mesmo presidente, relata que a situação da Biblioteca em nada havia melhorado, afirmando que seu prédio apresentava-se quase inteiramente abandonado. A frequência continuava muito baixa e seus livros e brochuras estavam se estragando nas estantes, além de estarem desatualizados. Apesar do estado precário em que se encontrava a biblioteca, esta continuava recebendo novas doações de acervo, como a feita novamente por Bráz da Costa Rubim, que teria inclusive doado uma cópia autêntica da compra da Capitania do Espírito Santo pela Coroa Portuguesa. Objetivando minimizar os problemas vivenciados pela Biblioteca, Costa Pereira Júnior informa que pretendia deslocar a secretaria do Liceu para sala

²² Escola secundária, ou, atualmente podemos afirmar ser o Ensino Médio.

onde estava localizada a biblioteca, ficando o funcionário do Liceu com o intento de que este pudesse simultaneamente exercer as funções de secretário escolar e de bibliotecário. (RELATÓRIO..., 1862).

Em 1862, na tentativa de revitalizar a biblioteca, Costa Pereira Júnior cria e publica o Regulamento da Biblioteca Pública de Vitória (APENDICE B), normatizando o seu funcionamento. Pelo Regulamento, o trabalho de organização da biblioteca passa a ser a atribuição do Guarda ou Conservador da Biblioteca, que deveria manter a ordem na sala de leitura, classificar e arrumar os livros, além de solicitar autorização para compra de novos títulos ou mesmo permitir a venda de livros considerados inúteis ou em duplicata. (COIMBRA, 2005).

Tal iniciativa, no entanto, não possibilitou a revitalização da biblioteca que continuou por um período de 15 anos a contar com verbas minguadas, ocasionando com isso novamente o fechamento de suas portas. A alegação para a falta de recursos orçamentários para a biblioteca foi apresentada em 1879, pelo presidente da província, Dr. Eliseu Martins, ao afirmar em seu relatório de governo que a Província achava-se carregada de dívidas e que necessitaria de empréstimos para tentar resolver as dificuldades existentes. Ele ressalta que se achavam atrasados os salários dos empregados públicos, os pagamentos de algumas obras feitas por contratos e apólices emitidas para a casa do mercado e outros. (RELATÓRIO..., 1879).

Em 1880, uma nova luz aparece no final do túnel para a biblioteca, quando o presidente provincial, Eliseu Martins, afirma que a prioridade de seu governo seria a instrução popular da população e que para mantê-la propunha fundar na capital da província um templo consagrado às letras, às ciências e às artes, e incitava a população em ajudá-lo a fim de realizar tal proeza. (RELATÓRIO..., 1880).

Segundo Eliseu Martins, as ações que implementou em seu governo, com o objetivo de reabrir a biblioteca em Vitória, tiveram bons resultados. Segundo ele, a instituição ia tendo grande desenvolvimento, pois o acervo se ampliou graças às doações que havia recebido, além de um significativo aumento da sua frequência, superando até mesmo às suas expectativas. (RELATÓRIO..., 1880).

Diz ainda, que tal sucesso se dera, não obstante ter sido atendido em seu pleito junto à população no que concerne a doação de acervo em apenas um terço daqueles a que havia se dirigido. Afirmar que o acervo da biblioteca fora ampliado, comportando agora 2084 obras, destas, 1844 foram provenientes de doações e 239 compradas às expensas pelo governo provincial. Diz por fim que, “A Biblioteca está igualmente provida de excelentes cartas geográficas, mapa *mundi* e do Brasil, globos ou esferas terrestres e celestes, figuras geométricas, etc.” (RELATÓRIO..., 1880, p. 6).

Para que possamos ver a importância que esse governante atribuía à biblioteca, vejamos o que descreve em seu relatório acerca da criação dessa Instituição:

Usei de autorização que me concedeste pela Lei n. 5 de 12 de novembro do ano próximo findo, para dotar a Biblioteca especialmente de livros apropriados à instrução popular naquilo que reputo mais necessário.

Entre os cavaleiros que corresponderam ao meu apelo, tornam-se merecedores de especial menção os Srs. Doutores Leopoldo Augusto Deocleciano de Mello e Cunha, Daniel Accioli de Azevedo, que além de livros ofertou uma excelente mobília, Cezar Augusto Marques, a quem as letras pátrias tanto devem, os Srs. Dias da Silva Junior, B. L. Garnier, G. Leuzinger & Filhos e Serafim José Alves, cujas ofertas excedem de 300 volumes.

Dirigi também circulares à Imprensa jornalística do país e devo dizer-vos que quase todas as redações remetem hoje seus jornais à Biblioteca que com isto há de despertar ainda maior interesse a aqueles que a frequentarem.

A semelhança de todos os estabelecimentos de seu gênero, a Biblioteca Pública de Vitória precisa de uma dotação não só para compra anula de livros, assinatura de revistas nacionais ou estrangeiras, que não se possam obter por outro meio, como a despesa de encadernação, expediente, asseio, etc.

A Biblioteca, cuja maior frequência é de supor que seja a noite, reclamava por isto uma iluminação apropriada, pelo que tomei por deliberação de mandar encanar o gás por ali.

Provisoriamente encarreguei de dirigi-la o Diretor do Atheneu, dando-lhe instruções no mesmo caráter, que me parecem adequadas, mas julgo indispensável que seja criado os lugares de Bibliotecário e Amanuense servindo de porteiro.

Dando conta da criação da Biblioteca Pública desta capital, eu vos entrego-a para lhe imprimas o caráter oficial de que necessita; vossas luzes e vosso patriotismo suprirão certamente o que não atingir meu esforço. (RELATÓRIO..., 1880, p. 6-7).

No ano seguinte, o presidente da província, Marcellino de Assis, exaltou os esforços e a força de vontade de seu antecessor, Eliseu de Sousa Martins, em garantir a volta do funcionamento da Biblioteca Pública na Província, por ter este, empreendido ações em relação ao templo das letras (Biblioteca Pública), o que seria na visão deste uma prova de seu amor à causa da educação pública, cujo progresso intelectual há muito tempourgia de tais iniciativas governamentais. Ressaltou a necessidade em se dar prosseguimento ao desenvolvimento da biblioteca e para tanto, estabeleceu-se por lei que, recursos anuais deveriam ser disponibilizados para a sua conservação e aquisição de novas obras. Prova de que os esforços estavam promovendo resultados positivos, podem ser constatados pelo crescimento do acervo da biblioteca, que em 1881, já era constituído por mais de 2874 obras. (RELATÓRIO..., 1881).

No ano de 1882, a situação de regularidade de progresso da biblioteca parece que estava se consolidando como nos aponta o vice-presidente da província, Alpheo Adelpho Monjardim Andrade Almeida, que inclusive, faz comentários elogiosos, ao diretor da BPES, Sr. Domingos Gomes Barroso. Embora os progressos se fizessem sentir, frisava que era preciso dar continuidade às ações que garantissem o pleno funcionamento da instituição, para tanto, entendia que caberia ao corpo Legislativo Provincial providenciar nos respectivos orçamentos os recursos para sua conservação, maior desenvolvimento e prosperidade, de maneira que fosse correspondido o sacrifício que a Província estivera fazendo com tal estabelecimento. (RELATÓRIO..., 1882).

Faz ainda uma série de considerações, o que demonstra sua atenção para com a biblioteca:

Durante o ano passado adquiriu o mesmo estabelecimento, por diversos donativos, 22 volumes encadernados e 46 brochados, 102 jornais e 20 revistas entre nacionais e estrangeiras.

Entre os donativos feitos sobressai a generosa oferta do cidadão urbano da Cunha Faria, que auxiliou aquela instituição com a quantia de 400\$000 para a aquisição de novos livros.

Merece, pois, menção honrosa o patriótico procedimento de tão distinto cavalheiro.

Por ofício n. 7 de 17 de setembro de 1881, me participou o Dr. Bibliotecário que deu logo a conveniente aplicação à referida quantia e para maior

economia mandou fazer na Europa a compra dos livros, que espera a receber por todo o mês de janeiro próximo passado.

Foram devidamente encadernados 91 brochuras, despendendo-se com esse serviço a quantia de 136\$500, que foi paga pelo Tesouro Provincial em vista das respectivas contas. Durante o mesmo período foi aquele estabelecimento frequentado por 2886 pessoas a saber: 407 visitantes e 2491 leitores, que consultaram 2919 obras distribuídas em Belas Artes, Ciências Naturais, Matemática, Medicina, Jurisprudência, Filosofia e Moral Aplicada, Teologia, História e Geografia e jornais diversos.

A grande concorrência em busca de instrução que aflue ao Estabelecimento, é mais uma nova da sua utilidade, e que bem inspirado andou quem o fundou. (RELATÓRIO..., 1882, p. 20).

A continuidade do funcionamento da biblioteca fluía ano após ano, recebendo sempre o apoio por parte dos governantes provinciais, prova disso é que a partir de então a biblioteca foi item abordado em todos os relatórios de governo. Também crescia o número de doações recebidas pela instituição, tomando como exemplo o ano de 1883, que segundo o presidente da província, Martin Francisco Ribeiro Andrada Junior, teria recebido a quantidade de 655 obras oferecidas por particulares, além dos 319 volumes que foram comprados com verbas governamentais da Província. (RELATÓRIO..., 1883).

Os dados apresentados pelo presidente da Província, Sr. Antônio Joaquim Rodrigues, referente à frequência da Biblioteca Pública, aponta um total de 3545 pessoas, entre dezembro de 1883 e 31 de dezembro de 1885, demonstrando que a remodelação da biblioteca era uma realidade. Teriam sido consultadas 3744 obras, incluindo-se jornais e revistas. A biblioteca continuava expandindo seu acervo graças à compra com recursos provinciais e a doação de particulares. (RELATÓRIO..., 1885).

Em 1887, Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas, informa que em consequência da enfermidade que sobreveio o Bibliotecário da Biblioteca Pública, tem estado o serviço sob a direção do respectivo ajudante, Bento José Bastos, porteiro do Atheneu provincial, e frisa ainda que segundo o relatório, que lhe fora apresentado se via que a Biblioteca tem preenchido os fins de sua criação, pois era bem regular a frequência de seus visitantes. (RELATÓRIO..., 1887).

A partir de 1892, no entanto, a Biblioteca Pública passa por uma nova crise, começou a ter problemas, sendo suas coleções desfalcadas, por furtos e pela deterioração do acervo por agentes biológicos daninhos, como as traças, demonstrando total falta de manutenção. Em 1897, todo seu pessoal foi dispensado e, no ano seguinte, a biblioteca foi mais uma vez fechada, sendo recolhidos os respectivos livros a uma sala da diretoria da própria instituição, onde houve uma completa desorganização das suas coleções. O acervo da biblioteca foi sensivelmente diminuindo devido a não devolução dos livros tomados por empréstimo por muitos usuários. (COIMBRA, 2005).

Em 1908, com o governo de Jerônimo de Souza Monteiro, a biblioteca volta a existir, ao entrar em vigor em junho deste ano o Decreto n. 135, que determinava verbas para sua instalação e também do Arquivo Público. (ESPÍRITO SANTO, 1908).

Depois de mais de dez anos em profunda inércia, a biblioteca é reorganizada tornando-se acessível novamente ao público leitor. Segundo Regina Helena Silva Simões e Maria Alayde Alcantara Salim (2012) uma das razões da preocupação do então governo com os usuários dessa Instituição é que este impunha esforços dirigidos à modernização do estado bem como mantinha interesse em investimentos não só com a instrução pública, mas também em projetos infraestruturais com objetivos da melhoria da vida local e de investimentos no setor produtivo.

Como medida para a reorganização e abertura da biblioteca, em 1909, Jerônimo de Sousa Monteiro, designou Ubaldo Ramallete Maia, advogado e secretário do governo para,

[...] restaurar a Biblioteca, organizando-a caprichosamente, dando-lhe um grupo de funcionários ativos, competentes, restabelecendo suas coleções incompletas e dotando-a de livros novos e valiosos. Do arquivo histórico outrora existente no convento de Nova Almeida foram transferidos para a biblioteca vários papéis de importância, alguns bem raros e muitos dos quais datavam dos primeiros tempos da capitania. Na ocasião foi organizado o Arquivo Público, sob a supervisão de Deocleciano de Oliveira, então secretário de Instrução, a partir de um caótico acervo entulhado num compartimento, também na Igreja São Tiago, e que tinha a pretensiosa denominação de "Arquivo da Secretaria". (COIMBRA, 2005, p.20).

Após o início dos trabalhos, o responsável pela reestruturação da biblioteca, reorganizava as instalações físicas, criando ainda um catálogo das obras existentes e estabelecendo normas de atendimento ao público.

De acordo com informações obtidas através do Boletim da Biblioteca Pública Estadual, a Biblioteca Pública Estadual foi reaberta, mais uma vez, em setembro de 1909. Logo no ano seguinte a instituição já possuía um acervo de mais de 5000 volumes, e o horário de atendimento ao público tornou-se mais flexível, pois além de funcionar em horário diurno passou a abrir também no horário de 19h às 21h, tendo como objetivo ampliar a sua frequência. (ESPÍRITO SANTO, 1980).

Criou-se um sistema de aquisição de acervo a partir do pleito dos usuários e ainda foi adquirido por meio de compra o acervo bibliográfico do intelectual Bernardo Horta que havia falecido recentemente. Diante disso, o número de exemplares da biblioteca cresce e conseqüentemente a procura pela biblioteca volta a ser uma realidade, pois entre janeiro e junho de 1909 a frequência de usuários foi de mais de 1914 pessoas. (ESPÍRITO SANTO, 1914).

A nova fase de prosperidade da biblioteca pública, no entanto, foi efêmera, pois, em 1916, já se fala em descaso e falta de zelo o que prejudicava o seu funcionamento. Então, mais uma vez se tem notícias do desaparecimento de parte do acervo. Essa fase durou quase uma década, pois só teremos notícias sobre a biblioteca no ano de 1925. (ESPÍRITO SANTO, 1916).

Passada quase uma década, volta-se a falar da necessidade de instalar a Biblioteca Pública Estadual em outro local que foi mais adequado para receber esta instituição. Em 1925, o presidente Florentino Avidos diz que:

A nossa Biblioteca, installada desde 16 de julho de 1855, na presidência de Sebastião Machado, e restaurada em 1908, embora não esteja como seria de desejar, está em condições de, modestamente, satisfazer o seu fim. Pretendo enriquecê-la com obras e construir um edifício vasto, commum para a Bibliotheca e o Archivo. Pela Lei nº 1447, de 16 de Julho do anno passado (1924), foi creado o logar de Superintendente do Archivo e da Bibliotheca. (ESPÍRITO SANTO, 1925, p. 17).

O discurso de Florentino Avidos, sobre a necessidade da reorganização da biblioteca não ficou apenas no papel, como podemos verificar a seguir:

[...] havíamos mandado construir um prédio, à rua Pedro Palácios, desta Capital, para o Archivo e Bibliotheca.
Dissemos mais que pretendíamos inaugurá-lo, quando se reunisse aqui, o VIII Congresso de Geographia e Historia.
Felizmente podemos agora afirmar que, effectivamente, o prédio ficou completamente prompto e foi inaugurado em Novembro, estando aqui reunido o referido Congresso.
Funcionam, assim, hoje, em predio novo, apropriado e optimamente construido. (ESPÍRITO SANTO, 1927).

Em novembro de 1926, no governo de Florentino Avidos, a Biblioteca passou a ocupar o pavimento superior do prédio nº 76 da rua Pedro Palácios (Figura 4), ficando essa unidade administrativa vinculada à Secretaria do Interior e Justiça. Esse prédio fora construído com o objetivo de lhe servir de sede permanente, porém a instituição funcionou neste local somente por mais 55 anos. (ESPIRITO SANTO, 1980).

Figura 4 - Prédio do Arquivo e Biblioteca - 1926



Fonte: APE, 2014.

Faz-se necessário expor que, no final da década de 1920, “Vitória progredia com a remodelação procedida com a ligação ferroviária a Belo Horizonte, com a abertura do trânsito rodoviário para São Mateus e Afonso Cláudio, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim”; e ainda com “a inauguração do cais de acostamento, com a instalação

de Faculdade de Direito” (ESPIRITO SANTO, 1980, p. 3). Porém a Biblioteca não pôde acompanhar o surto desse progresso, conforme nos confirma a curta mensagem governamental: “Ao Archivo, assim como á Bibliotheca, está faltando algum mobiliário.” (PROVINCIAL..., 1930, p. 6).

Do governo de Florentino Avidos (1924-1928), até 1942, não aparecem nas mensagens de governo nenhuma informação sobre a biblioteca. Nesse ano, encontramos a informação da criação pelo Decreto-Lei nº 13.952, de 17 de outubro, do cargo de Diretor da Biblioteca e Arquivo Público, ficando separado agora esse serviço da Secretaria de Interior e Justiça. Após a reorganização que fora passada o funcionalismo público, a Biblioteca foi desmembrada do Arquivo Público em 1943, passando a ficar a partir de então subordinada à Secretaria de Educação e Cultura com a denominação de Biblioteca Estadual.

Acredita-se, que devido o grande acontecimento da Segunda Guerra Mundial, este período da década de 1940 tenha sofrido poucas alterações no que tange ao desenvolvimento da Biblioteca Estadual, por falta de investimentos de caráter econômico, social e cultural em todo o Estado do Espírito Santo.

Na década de 1950 o Espírito Santo, assim como vinha ocorrendo no Brasil, vai passar por uma fase de reformulação econômica, buscando-se a partir de então em promover a modernização da produção industrial. Diante disso, segundo Luciana Caldas Gonçalves (2010), nessa década, no Espírito Santo, foi gradativamente elaborada uma proposta de avanço econômico, tendo em vista querer compensar as lacunas do subdesenvolvimento que realmente se concretizaria na década de 1960. Para que tal fato acontecesse havia a necessidade de que o governo federal injetasse recursos nas áreas econômica e social.

Para dar conta de dinamizar a economia local, no governo de Jones dos Santos Neves (1951-1955), houve a necessidade de investimento em mão de obra especializada e na criação de mais escolas. Então,

[...] o ensino superior seria ampliado por meio da criação da Universidade do Espírito Santo.[E] Até o ano de 1953, o governo Santos Neves havia construído cinquenta e duas unidades escolares, na capital e no interior do

estado, encontrando-se ainda sete unidades em fase final de construção. Dentre essas obras, apresentavam-se algumas de grande porte, tais como a Escola Politécnica e o Colégio Estadual do Espírito Santo, em Vitória. A criação da Universidade do Espírito Santo, da Escola Politécnica e do Colégio Estadual contribuiu para fortalecer a polarização da capital. (GONÇALVES, 2010, p. 171).

Para José Francisco Bernardino Freitas (2003, p.5), o governo de Jones de Santos Neves, foi marcado por

[...] intenções "arrojadas" derivadas de um entusiasmo e um vigor desenvolvimentista transmitido e explicitado pela própria retórica de seus relatórios e mensagens. A intenção de expansão territorial de Vitória é clara. Santos Neves considera a necessidade de ganhar terras para promover as atividades inerentes ao Porto de Vitória no centro da cidade e promove o aterro da Esplanada Capixaba, da mesma forma que promove aterros em Bento Ferreira. Na visão de Santos Neves a cidade precisava crescer fisicamente para acomodar o desenvolvimento previsto. A expansão como concebida pelo governante toma agora o rumo das praias.

A nova perspectiva exigida da educação para atender ao novo cenário da dinamização da economia do Estado do Espírito Santo contribuiu para que novamente a Biblioteca Pública Estadual fosse posta como uma instituição importante, pois ganha fôlego o discurso de que a biblioteca valoriza o homem pela sua cultura e o aperfeiçoa. Em 1955, a biblioteca estava comemorando o centenário de sua criação. Dessa forma, o Secretário de Educação e Cultura Estadual, Manoel Moreira Camargo conseguiu, com grande sacrifício, o terreno para a edificação da nova Biblioteca, pois o espaço onde esta estava instalada já não conseguia mais comportar o seu acervo. Afirmou que comemorar o centenário de uma instituição de tal natureza era realizar uma festa da cultura capixaba. Divulgou ainda, a abertura da 4ª Exposição do Livro Capixaba, como forma de ações de valorização aos trabalhos de escritores capixabas. (ESPÍRITO SANTO, 1955).

Em comemoração ao Centenário de criação da Biblioteca Pública Estadual, o governador Francisco Lacerda de Aguiar inaugurou a placa comemorativa (Fotografia1) que era em formato de um livro aberto, posto em um artístico pedestal de jacarandá, onde estava escrito: Centenário da Biblioteca Pública Estadual, de um lado da folha o nome do Presidente da Província Sebastião Machado Nunes, 1855 e do outro lado da folha o nome do Governador Francisco Lacerda de Aguiar, 1955.

Fotografia1 - Placa comemorativa de 100 anos da BPES



Fonte: A autora.

O Governador em seu discurso elogiou também os serviços prestados pela Biblioteca, enfatizando que ela merecia respeito e admiração, não só pelos benefícios ofertados ao povo capixaba, mas pelo seu valor e sua tradição, já que para ele as bibliotecas são uma fonte de saber e cultura, ou seja, um relicário precioso de conhecimentos humanos, onde gerações e gerações constroem o progresso. Dizia ainda, que a biblioteca era um templo sagrado, a ditar exemplos de saber e de cultura a todos que busquem nelas a beleza e os ensinamentos que nelas há. Citou ainda que o progresso de uma raça, o valor de um povo tem suas raízes fundamentadas no amor à cultura e no aprimoramento do saber. (REVISTA DA EDUCAÇÃO, 1956).

Fechou seu discurso com estas palavras:

Esta biblioteca [...] é um tabernáculo sagrado das tradições do Estado do Espírito Santo [...]. Neste tabernáculo estão guardados tantos exemplos de bravura cívica e tantas afirmações da inteligência e da cultura dos nossos antepassados; nele também estão guardados para a posteridade os exemplos e as virtudes cívicas da geração presente [...] (REVISTA DA EDUCAÇÃO, 1956).

Segundo Coimbra (2005, p. 27) “não há notícias de grandes melhorias implantadas no órgão de 1955 até o final dos anos 60”. Ele cita ainda que quem deu um novo impulso às atividades culturais capixabas, foi o governador Cristiano Dias Lopes Filho, quando da criação da Fundação Cultural do Espírito Santo em 1967, onde por decreto transfere o patrimônio da Biblioteca Pública para este novo órgão.

De acordo com informações obtidas no relatório de 1991 do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, Comunitárias e Escolares, com a criação da Fundação Cultural do Espírito Santo (FCES), em 1971, a Biblioteca foi incorporada a essa instituição, no mesmo ano. Foi designada, através de decreto governamental, uma comissão da qual teve a participação de Neida Lúcia Moraes²³ que era chefe do Serviço de Bibliotecas da Fundação Cultural, a ex-chefe da Biblioteca Julieta Bastos e uma bibliotecária do Instituto Nacional do Livro (INL), Marília Guimarães Lima Freira, que deveriam inventariar o acervo da Biblioteca Estadual a fim de transferir esse patrimônio à recém-criada FCES. A BPES, agora subordinada à Fundação Cultural do Espírito Santo, ficou fechada durante o inventário e a

²³ Neida Lúcia Moraes é professora, historiadora e romancista de sucesso. Nasceu em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, em 12/06/1929 e desde menina revelou o dom para as letras, escrevendo histórias infantis e poemas. Diplomou-se em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, e tem dedicado os seus estudos a um aprofundamento contínuo dos fatos que marcaram o conjunto da História das Civilizações. A autora tem ocupado cargos de destaque na administração pública como Diretora do Departamento de Cultura da SEDU, Diretora da Biblioteca Pública Estadual, Chefe da Divisão de Ciências Humanas e Literatura do Departamento Estadual de Cultura, além de membro Estadual de Cultura, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Academia Espírito-santense de Letras. É também sócia da Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII. Seus romances atingem edições sucessivas e já são traduzidos em países europeus. Neida é colecionadora de títulos, diplomas, prêmios nacionais e internacionais e é constantemente convidada para ministrar cursos e palestras no exterior. Em seu livro "Espírito Santo - História de suas lutas e conquistas", Neida Lúcia de Moraes aborda a história do Espírito Santo desde a chegada do primeiro donatário, Vasco Fernandes Coutinho e os sessenta homens que o acompanhavam, até a atualidade. Foi a segunda mulher a ingressar na Academia Espírito-santense de Letras.

Fonte: POETAS capixabas, 2003. Disponível em:

<http://www.poetas.capixabas.nom.br/AESL/membro.asp?id=182&academia=aesl>. Acesso em: 02 abr. 2013.

organização do seu material bibliográfico tendo sido reaberta ao público em 29 de maio de 1972. O prédio que deveria servir de sede permanente para a Biblioteca não mais comportava seu acervo, que nessa década já estava com mais de 21 mil volumes e nem conseguia atender ao número de frequentadores. (BPES. A20 MAÇO 72, 1988-1991).

Na gestão de Neida Lúcia Moraes, entre 1971 e 1979, foi modernizado o setor de empréstimos, dando-se especial atenção ao acervo infantil e também ao acervo da produção capixaba, que ganharam espaço próprio. Articulou-se também a vinda das barracas que formariam a Feira de Livros, na Praça Costa Pereira, que se destacavam pela sua forte cor amarela, abrigando livrarias e editoras de renome. Nesse mesmo período foi implantado o Carro-Biblioteca, na época com três Kombis, objeto de estudo dessa pesquisa e que será detalhado mais a diante. (BPES. A21 MAÇO 80, 1990-1991).

No período entre 1975 e 1978 a Biblioteca Pública funcionava em um prédio antigo, localizado à Rua Pedro Palácios, centro da Capital. O local não oferecia condições de ampliação do seu acervo devido à sua precariedade do espaço físico, então urge a necessidade de uma nova sede, já que o local estava ocasionando prejuízo não só à própria instituição que estava sufocada em seu pequeno espaço há mais de meio século, como também aos seus usuários. (BPES. A21 MAÇO 80, 1990-1991).

Em 1979, Neida Lúcia Moraes, coordenou os trabalhos da mudança da sede da biblioteca para um novo prédio (Fotografia 2), na Praia do Suá, onde atualmente está instalada.

Fotografia 2 - Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo (1979) - Praia do Suá



Fonte: Pasta Arquivo da Biblioteca Pública Estadual – Fotos

Para que se tenha uma ideia de como os profissionais da biblioteca pública viam a importância dessa instituição para a cidade e para o Estado, vejamos o que disse Neida Lúcia Moraes, para o Boletim Informativo da BPES em 1980:

Estamos certos de que facilitando a leitura, distribuindo livros, incentivando a cultura, abrimos caminho para que os nossos conterrâneos se tornem cada vez mais, acionistas de duas grandes sociedades anônimas: a primeira que é constituída pelos seus amigos e conhecidos e a segunda que a grande associação da humanidade. (BPES. A21 MAÇO 80, 1990-1991).

Ainda de acordo com informações, a primeira bibliotecária graduada a atuar na BPES foi Marlene da Silva Rodrigues, formada na cidade de Formigas em Minas Gerais. Ela fora contratada pela Fundação Cultural em 1976 e, em 1979 o Presidente da Fundação Cultural Renato Pacheco nomeou-a para chefiar a BPES como bacharel. Na gestão da nova diretora, houve a implantação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas²⁴, com o apoio do Instituto Nacional do Livro, que

²⁴ Em 1977 foi implantado pelo Instituto Nacional do Livro o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, que via tal iniciativa como fundamental importância para o desenvolvimento de bibliotecas públicas

doou mobiliário, equipamentos e acervo para atender a demanda dos 46 municípios existentes, além da promoção de cursos para auxiliares de biblioteca e assistência técnica. Foram criados espaços especiais para o setor infantil, inaugurado oficialmente em 08 de outubro de 1979, na Semana da Criança, hoje um dos mais concorridos do órgão e que foi revitalizado com a contratação da bibliotecária Kátia Alvarenga de Lima, em 1981. Ainda em sua gestão foi instalada e criada em 1980, a seção Braille²⁵ da Biblioteca Pública Estadual, que contou com uma sala que recebeu o material transferido da Secretaria da Educação: livros em Braille, estantes, armários, mesas, cadeiras, máquinas Perkins e material de consumo. Esse é um dos espaços mais importantes da BPES. (BPES. A21 MAÇO 80, 1990-1991).

No início de 1980, deram-se início os primeiros procedimentos institucionais para preservação do acervo de jornais antigos, de 1854 em diante, tais como o Correio da Vitória, Diário da Manhã, O Cachoeirano, entre outros. Nessa época o Arquivo Público Estadual, a Fundação Biblioteca Nacional e a Biblioteca Pública Estadual disponibilizaram seus acervos para realização da microfilmagem, aos quais atualmente pode-se ter acesso para pesquisas. A maioria do material faz parte da mais importante revista do Estado do Espírito Santo, que se encontra microfilmada, a Vida Capichaba, que fora publicada entre 1923 e 1957. (PROGRAMAÇÃO..., 2013).

Em 1985, juntamente com a Fundação Roberto Marinho e convênio com o Banestes a BPES realizou o concurso Leia Mais com o objetivo de incentivar na criança o hábito de leitura, “mostrando a mensagem de beleza que o livro de estória leva à sua sensibilidade e à sua imaginação”. Poderiam participar desse concurso crianças de 06 a 12 anos que residissem na Grande Vitória e a seleção das fichas de leituras

estaduais. Diante disso, a Biblioteca Pública Estadual em maio de 1978 aderiu prontamente ao programa juntamente em convênio entre a Fundação Cultural do Espírito Santo e o Instituto Nacional do Livro, cuja oficialização ocorreu em novembro de 1981, época em que o Departamento Estadual de Cultura havia substituído a extinta Fundação Cultural.

²⁵ A origem desse setor surgiu com a transferência do Serviço de Educação Especial na área de Deficiências Visuais, da Secretaria de Educação, coordenado por Maria Gisselda Pelissari, para a Biblioteca Pública, onde até hoje opera como setor Braille. Já nessa época atuava na biblioteca a professora Maria Joana de Souza que, a partir de 1990, após concluir curso de educação especial, esteve à frente do setor.

seria realizada por uma comissão composta por bibliotecários da Biblioteca Pública do Espírito Santo. (BPES. A19 MAÇO 56, 1985).

No ano de 1987, assume a chefia do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e também a direção da BPES, a bibliotecária Dayse Alexandre Rabelo Muzzi. Ela permaneceu na gestão somente até o ano seguinte, ocasião em que assumiu a bibliotecária Nádia Alcuri Campos Costa. (COIMBRA, 2005).

Segundo Coimbra (2005), Nádia Alcuri Campos Costa dirigiu a Biblioteca entre 1988 e 2003, inicialmente atuou no cargo de chefe do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, passando a condição de diretora do Sistema de Bibliotecas, na estrutura do Departamento Estadual de Cultura, para em seguida ao de coordenadora do Sistema Estadual. As ações de sua gestão foram principalmente a valorização dos espaços especiais criados para a biblioteca provincial, setor infantil e do Espírito Santo. Também criou um espaço para exposições de obras de artistas locais, transformando com isso a biblioteca num corredor cultural.

No ano de 1990, de acordo como o Boletim Informativo da BPES, foi criado o Espaço Carlos Chequer que ficava no andar superior do prédio da biblioteca. Este espaço abrigava exposições e lançamento de livros objetivando com isso dinamizar a instituição. Também nesse mesmo ano ocorreu a abertura da Biblioteca Provincial Brás Rubim, com acervo de livros editados entre 1650 e 1945. Essa coleção era composta de obras raras, entre elas: Theses sobre a colonização do Brasil; Summa Política, oferecida ao Príncipe D. Theodofio de Portugal por Sebasteão Cesar Bispo Conde de Coimbra – 1610; O inferno de Dante Alighieri – 1887, contendo ilustrações de “Gustavo Poré”; História de Gil Braz de Sanilhana de Lessage – 1886; Phytographia ou Botânica Brasileira – 1881; Dicionário Geographico do Brasil – 1888; entre outros.

Em junho de 1993 segundo o Boletim Informativo da BPES, o Projeto Nossa Biblioteca chegava ao fim. Esse projeto que era executado na praça do pedágio da Terceira Ponte em parceria com a Rede Gazeta e a Fundação Roberto Marinho ocorreu durante o ano de 1992, realizado sempre a cada último sábado de cada mês. Na concepção desse projeto ao invés da cobrança em dinheiro do pedágio o

motorista podia optar pelo pedágio cultural, ou seja, pagar o pedágio com livros, cuja finalidade era ampliar o acervo das bibliotecas públicas do Estado. Esse pedágio cultural conseguiu arrecadar mais de 70.000 livros para o SBPES. Na ocasião do fim desse projeto, o pedágio poderia ser trocado também por ingressos da peça teatral da atriz Mercedes Pilatti, que interpretou a peça “Histórias da Gente”, onde na ocasião adaptara obras de ilustres escritores capixabas para uma leitura dramatizada, com a preocupação ímpar em divulgar e despertar o interesse pela nossa literatura. (BOLETIM..., 1994).

Em 1994, e com o intuito de divulgar para a sociedade civil ainda mais o seu papel fundamental quanto ao acesso à informação e ao conhecimento, a BPES desenvolveu outro projeto de extensão cultural, o Escritor na Cidade. Esse projeto consistia em adaptar obras de escritores capixabas em uma leitura dramatizada e ainda afirmava que: “Uma das características do bom escritor é a capacidade de fazer com que o leitor se identifique com a sua obra [...]” (BOLETIM..., 1994, p. 1). Participaram atores de projeção nacional como Luiz de Lima, idealizador do projeto, Pedro Paulo Rangel e Paulo Betti, que dramatizaram textos de escritores como Reinaldo Santos Neves e Renato Pacheco, entre outros. Nesse espaço ainda foram realizadas palestras dos autores e promoção de noite de autógrafos, bem como lançamento de seus livros.

Diante do exposto, pode-se perceber que a BPES, até meados da década de 1990²⁶, era um meio de difusão cultural, promovendo vários projetos extensionistas que visavam torná-la um centro de permanente de agitação cultural.

Na perspectiva de tornar a biblioteca em um centro de extensão cultural, em 2001, a BPES sediou a Comissão Espírito-Santense Comemorativa dos 500 Anos do Brasil. Suas atividades culminaram com a construção de uma réplica de caravela quinhentista, tendo representado o Estado do Espírito Santo, em Porto Seguro, Bahia, por ocasião da semana comemorativa dos 500 Anos, em abril de 2000. (COIMBRA, 2005).

²⁶ Em nossa pesquisa não encontramos fontes primárias que nos informasse sobre ações desenvolvidas pela BPES de 1993 até 1999.

Segundo Ednéa Zandonadi Brambila (2005), em 2003, a Biblioteca Estadual passou por mudança na estrutura de seus quadros, sendo a direção da BPES substituída, assumindo a sua direção a Bibliotecária Eugênia Magna Broseguini que permaneceu no cargo de coordenadora do Sistema Estadual de Bibliotecas até julho de 2005. Na tentativa de extrapolar suas atividades de empréstimo e de leitura, a biblioteca buscou realizar ações que dessem certa dinamicidade à instituição, tendo sido criado o Sarau Poético, que tinha por objetivo, divulgar artistas e poetas locais; Curso básico de Internet que passou a ser realizado mediante a doação de computadores efetuados pelo Banco do Brasil; Introdução do Serviço Braille que além de alfabetizar, também realizava empréstimos aos cegos e deficientes visuais; Projeto de Contadores de Histórias que eram realizados não só na BPES, mas em várias Bibliotecas Públicas Municipais.

No ano de 2004, no Governo de Paulo Hartung²⁷, através do Decreto n 512-S, de 12/05/04, foi criada uma comissão para apresentarem projetos a serem desenvolvidos pela passagem dos 150 anos de criação da biblioteca, tendo como coordenadora geral dessa comissão a secretária de cultura Neuza Mendes. Em 15 de julho de 2005, foi festejado o sesquicentenário da Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo tendo sido apresentado um projeto arquitetônico promissor para a ampliação física da instituição (Fotografia 3), cuja cópia, ficou afixada no hall de entrada de sua sede, na Praia do Suá, Vitória. (COIMBRA, 2005).

Fotografia 3 - Nova sede da Biblioteca na Praia do Suá - 2006



Fonte: BORTOLINE, José

²⁷ Foi governador do estado do Espírito Santo de 1º de janeiro de 2003 até 31 de dezembro de 2010.

De acordo com informações de José Antonio Martinuzzo (2010), a BPES passou desde sua criação, por mudanças estruturais necessárias, com o objetivo de adequar-se às exigências dos novos tempos, “firmando-se como um centro de convivência e de circulação de conhecimento [...]” (MARTINUZZO, 2010, p. 291). Em virtude disso, em 17 de dezembro de 2004, pela Lei n 7.958, a Biblioteca Pública Estadual passou a ser denominada Biblioteca Pública do Espírito Santo “Levy Cúrcio da Rocha”, em homenagem a este historiador capixaba, conforme publicado no Diário Oficial de 20 de dezembro de 2004.

Em 21 de setembro de 2005, a direção da biblioteca passa por nova mudança, assumindo o cargo de Coordenadora do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Rita de Cássia Maia e Silva Costa, doutora em Literatura.

A nova direção propõe-se realizar um diagnóstico para mapear a situação material e funcional da BPES ao final do primeiro ano de trabalho em sua gestão. O objetivo deste diagnóstico era o de apontar a necessidade de rever urgentemente a implantação e execução do Projeto de Gestão, que visava à reestruturação e modernização da Biblioteca Estadual “Levy Cúrcio da Rocha”, conforme previsto no Plano do Governo do Estado do Espírito Santo.

O diagnóstico apontou na concepção da nova equipe os gargalos que dificultavam o bom funcionamento e dinamização da biblioteca, pois no local havia muitos livros acumulados aguardando trabalho minucioso, que exigia tratamento técnico para selecioná-los, classificá-los, disponibilizá-los e encaminhá-los devidamente para o acervo geral. Dentre esses vários livros que ali se encontravam, muitos eram raros ou possuíam valor histórico e necessitavam de cuidados de preservação, restauração ou necessitavam de avaliação acompanhada de laudo técnico para efetivar seu possível descarte.

Também nesse diagnóstico foi apontado que não havia critérios para recebimento doações que aconteciam constantemente e conseqüentemente o espaço da biblioteca estava se transformando em mero depósito de livros, além do corpo funcional da BPES ser composto apenas por quatro bibliotecárias efetivas e uma bibliotecária em comissão, ou seja, faltavam bibliotecários para todos os setores:

Setor Acervo Geral; Setor Infanto-Juvenil; Setor Espírito Santo; Hemeroteca; Setor Braille; Setor de Processamento Técnico; Setor de Extensão (Bibliotecas Municipais e Comunitárias).

Foi detectado que havia carência de um serviço de Secretaria para dar suporte às inúmeras atividades técnico-administrativas e culturais indispensáveis à Gerência, bem como ao funcionamento e às atribuições do SEBPES frente às bibliotecas municipais do ES e ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas da Fundação Biblioteca Nacional.

Observou-se que existiam lacunas no atendimento ao público em certos horários, o que tornava o acervo vulnerável e comprometia seriamente o atendimento ao público leitor, além disso, os meios e serviços de pesquisa e informação, inclusive o material bibliográfico da Hemeroteca, estarem completamente defasados em virtude da carência de equipamentos de informática em quantidade suficiente para atender aos inúmeros serviços técnicos de organização e informatização de aproximadamente 75% das obras que compunham os acervos dos diversos setores.

Como pudemos evidenciar, estes aspectos comprometiam o funcionamento da Biblioteca, ocasionando sérias dificuldades à realização do trabalho técnico e de atendimento ao público. Os problemas elencados eram de natureza estrutural e funcional, os quais impediam o desenvolvimento de projetos e ações indispensáveis ao cumprimento da função social da BPES.

Rita de Cássia Maia e Silva Costa relata que quando assumiu o cargo de direção na BPES, já havia o projeto de revitalização e reforma do prédio. Ele possuía, em 2006, uma área de **900m²** e foi ampliado para uma área edificada de **1.458,5m²**. O tempo de duração das obras foi de julho de 2006 até agosto de 2008 (Fotografia 4). Durante esse período de reforma a BPES foi transferida e funcionou no Instituto Luiz Braille do Espírito Santo, único local possível àquela época em condições de acolher quase a totalidade dos acervos para assegurar o funcionamento da biblioteca.

Fotografia 4 - Reforma do prédio da Biblioteca - 2006



Fonte: BORTOLINE, José

Em dezembro de 2008, a população conheceu uma Biblioteca completamente remodelada (Fotografia 5), equipada com mobiliário completamente novo e recursos materiais e tecnológicos adequados às inovações e demandas próprias à sua função social, sendo agora dividida por setores como o Província, que abriga obras raras; a divisão de periódicos; o setor infanto-juvenil; o setor de obras gerais; o setor de processamento técnico; o setor de extensão; o setor de preservação; o setor de multimídia; e por fim, o setor Braille.

Fotografia 5 - Sede atual da Biblioteca



Fonte: Martinuzzo, 2010, p. 291

Quando da inauguração das novas instalações da Biblioteca, Rita de Cássia Maia e Silva Costa, proferiu um discurso durante a solenidade de reinauguração da Biblioteca Pública do Espírito Santo, no qual apresentou a concepção que os governantes e equipe deveriam ter acerca dessa instituição:

[...] A **Modernização da Biblioteca Pública do Espírito Santo** não se resume à sua estrutura física, com reforma e ampliação de espaços. Ela se estende à melhoria de bens e serviços, aspectos fundamentais à sua estrutura e ao seu funcionamento: seus acervos têm sido atualizados de forma significativa com novas aquisições; ações de preservação de acervos têm sido desenvolvidas; coleções especiais têm sido formadas, como por exemplo, a Coleção José Teixeira de Oliveira composta pela doação de aproximadamente 2.500 obras da biblioteca particular do historiador feita por sua viúva, Sr.^a Stella Teixeira de Oliveira; a dinamização do setor infanto-juvenil e do setor multimídia, ambos totalmente equipados, além da ampliação e modernização do setor Braille, cujos serviços representam uma conquista para a inclusão social. Além disso, destaca-se dentre vários outros projetos a Biblioteca Móvel, que percorre seis bairros da Região Metropolitana, e cujos resultados são já conhecidos.

Escolhemos esta data, **16 de dezembro de 2008**, para esta cerimônia de reabertura por ser ela muito especial: o historiador e escritor **Renato Pacheco**, freqüentador assíduo, pesquisador e amigo da Biblioteca, cuja obra tem já o reconhecimento do povo capixaba, estaria hoje comemorando 80 anos. Por isso vamos homenageá-lo esta noite, brindando a todos com o pensamento de alguns dos seus mais ilustres amigos e estudiosos. Esta mesa redonda dará início às atividades da semana cultural. Queremos destacar que durante a semana também homenagearemos o centenário de morte de **Machado de Assis** e o centenário de nascimento de **Guimarães Rosa**, considerados ambos os maiores escritores da literatura brasileira. Para finalizar, lembro novamente Italo Calvino, que faz do viajante metáfora para o leitor e nos mostra que é possível dar “uma volta ao mundo de um livro a outro”, e nos pergunta: **“Que porto pode acolhê-lo com maior segurança que uma grande biblioteca?”** (COSTA, 2008, p. [5-6]).

3.2 CARRO-BIBLIOTECA: Diretrizes e sugestões para sua implantação

A partir de 1973, em consonância com a política implementada em nível federal, a Biblioteca Pública do Espírito Santo, começa a desenvolver atividades de extensão cultural que tinham entre outros objetivos divulgar a instituição, tornando-a mais próxima da sociedade e difundir e expandir o acesso à leitura.

Dentre estas novas ações, escolhemos como objeto de estudo o Carro Biblioteca e a Biblioteca Móvel, que é o que passaremos a tratar a seguir.

O carro-biblioteca (Fotografia 6) da BPES foi criado em 31 de março de 1973, a partir de um convênio como o já extinto Instituto Nacional do Livro (INL). O citado Instituto tinha por propósito realizar atividades de extensão cultural relacionadas com o livro, buscando criar interesse nacional pela leitura, pelo livro e pelas bibliotecas, além de proporcionar um contato mais ativo do povo com a obra dos grandes escritores nacionais e estrangeiros. (BPES. A13 MAÇO 18, 1982?).

Fotografia 6 - Carro Biblioteca 1973 - Inauguração



Fonte: Pasta Arquivo da Biblioteca Pública Estadual – Fotos

Nesse mesmo ano, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) também iniciou as atividades do Projeto Carro-Biblioteca, sendo considerado hoje, um dos mais antigos programas de extensão da Instituição. O objetivo desse projeto era democratizar o acesso à informação e à leitura nas comunidades de carência econômica e cultural da Grande Belo Horizonte. Nesse Estado, foi desenvolvido pelo curso de Biblioteconomia da UFMG, através de um convênio do Centro de Extensão da Escola de Ciência da Informação (ECI) com o então Instituto Nacional do Livro (INL). O projeto que inicialmente funcionava com uma Kombi, atualmente dispõe de um ônibus multimídia, que percorre semanalmente cinco comunidades.

3.2.1 Sugestões do INL para Implantação do Carro Biblioteca na BPES²⁸

Antes da implantação do projeto de extensão cultural da BPES, através do Carro Biblioteca, foi proposto à diretora da instituição o Plano para Implantação de Serviço de Bibliotecas Ambulantes (APÊNDICE A²⁹) do Governo Federal em convênio com a Prefeitura Municipal ou entidades culturais, para implantação de bibliotecas volantes em todo o país, pelo qual se faria a entrega de um Carro Biblioteca equipado e com acervo de 1500 livros, pelo prazo de seis meses a fim de atender às diversas Prefeituras e entidades culturais interessadas nessa modalidade de serviço de biblioteca.

De acordo com informações retiradas de documentos inventariados pela BPES, em 29 de março de 1973, esteve em Vitória, capital do Espírito Santo, a Bibliotecária do INL, Valda Valverde Santos, com o objetivo de ministrar um curso de Treinamento de Pessoal, indicado pela Diretora Substituta da Biblioteca Estadual da Fundação Cultural do Espírito Santo, Maria Luiza Loures Rocha Perota, para execução dos serviços da Biblioteca Volante recebida mediante convênio do INL com a Fundação Cultural do Espírito Santo.

Esse curso objetivava expor diretrizes para os funcionários encarregados pelo serviço de extensão cultural através do Carro Biblioteca. Nele foram apresentadas as finalidades e objetivos, a forma como organizá-lo e por fim como seria feito o roteiro de circulação do veículo nas comunidades visitadas. (BPES. A13 MAÇO 18, 1982?).

O Serviço de Extensão de Bibliotecas, através do Carro Biblioteca, consistia em utilizar veículos (no nosso caso era uma Kombi) adaptados para transporte, exposição e empréstimo de livros. Esses veículos seriam conduzidos a diversos bairros principalmente da zona rural ou em pontos estratégicos verificados

²⁸ Documento expedido pela Fundação Cultural do Espírito Santo – Serviço de Biblioteca e Museu, destinado à Diretoria do Instituto Nacional do Livro, em agradecimento pelo curso ministrado pela bibliotecária Valda Valverde dos Santos, em 02 de abril de 1973. Disponível na caixa A 13, Maço18 – Dossiê de Implantação do carro-biblioteca – 1972-1973.

²⁹ Devido às condições físicas do papel em que estava datilografado o Plano citado, houve a necessidade de digitar o documento para melhor visualização.

anteriormente pelos responsáveis pelo serviço de extensão da biblioteca, de maneira que houvesse impacto ao aparecimento de livros em locais inesperados, oferecendo a sua leitura gratuitamente, através de um processo simplificado de empréstimo, que induzisse e seduzisse os transeuntes desses locais a procurá-lo com a mesma naturalidade com que se dirigissem para uma banca de jornal e revistas.

Na orientação quanto ao prazo de empréstimo de livros, sugeria-se 15 dias que era o prazo de rodízio de cada Carro Biblioteca, nos bairros. Para efeito de empréstimo, havia uma única formalidade que seria recolher o endereço e o número de identificação do consulente. Caso o livro solicitado não fizesse parte do acervo do Carro Biblioteca, o responsável pelo mesmo anotava o nome da obra e do autor sugerido, para efeito de levantamento estatístico das obras de maior interesse do público. Esse levantamento serviria como critério para novas aquisições de livros.

Além do empréstimo e controle dos livros, os responsáveis pelos carros-biblioteca, eram orientados a fazerem uma sumária pesquisa de opinião pública, preenchendo, diariamente, em impresso próprio para o relatório estatístico, os dados e detalhes de empréstimo, bem como os principais fatos ocorridos no local do funcionamento do Carro Biblioteca.

Quanto às características técnicas, o Carro Biblioteca possuía prateleiras medindo 0,80cm x 0,30cm nas paredes laterais, mesas para as bibliotecárias, equipamento de som com cornetas acústicas, mesas para leitores escamoteáveis sob as prateleiras das estantes, duas poltronas dobráveis, prateleiras fixadas nas portas para exposição de periódicos (jornais e revistas), quatro estantes que permitissem o acondicionamento de 1500 livros, piso atapetado e cortinas para proteção do sol, além de um exaustor de grande eficiência, no teto.

Havia a necessidade de ser elaborado um Regulamento para o Carro Biblioteca a ser afixado no veículo e também para futura impressão e distribuição aos frequentadores do espaço, onde foram passadas algumas sugestões quanto às principais informações que o documento deveria conter.

1. **CONSULTA:** inteiramente gratuita, sendo permitido o livre acesso às estantes sem qualquer formalidade.
2. **EMPRÉSTIMO DO LIVRO:** os livros poderiam ser retirados para leitura em seus domicílios somente após inscrição no Carro Biblioteca.
3. **VALIDADE DA INSCRIÇÃO:** sugeria-se um ano, renováveis no fim de cada período. Cada leitor poderia ter emprestado dois livros pelo prazo máximo de quinze (15) dias, sem prorrogação. Detalhe, este prazo máximo de empréstimo deveria coincidir com o retorno do carro naquele mesmo local. Outra exigência era que ao assinar o cartão do livro emprestado o leitor deveria colocar também seu número de inscrição. A data de devolução do livro estaria indicada no próprio volume, na “papeleta de datas”. Qualquer mudança de endereço deveria ser comunicada ao responsável pelo Carro-Biblioteca.
4. **DAS MULTAS E PENALIDADES:** Seria cobrada uma multa de NCr\$ 0,01 (um centavo) por cada dia de atraso da devolução do livro. Os livros perdidos ou danificados deveriam ser ressarcidos através do pagamento em dinheiro ou com outro exemplar.
5. **ROTEIRO:** Deveria ser colocado o roteiro habitual do Carro Biblioteca com os dias e horários já fixados previamente.

Outras atividades estavam ligadas ao preparo dos livros destinados ao Carro Biblioteca (Quadro 4); às atribuições do bibliotecário do Carro Biblioteca (Quadro 5) e; quanto à assistência técnica e as atribuições do motorista do Carro Biblioteca (Quadro 6).

Quadro 4 - Preparo de livros do Carro-Biblioteca

ETAPAS	ATIVIDADES
1ª	Referenciação dos livros.
2ª	Classificação dentro da classe geral (anotar na folha de guarda do livro).
3ª	Alfabetação das fichas bibliográficas.
4ª	Registro em ordem alfabética.
5ª	Bater bolso e cartão do livro, orientando-se pelas folhas de registro.
6ª	Colar bolso e papeleta de data no livro.
7ª	Etiquetar com fita colorida (de acordo com a convenção em cor).
8ª	Fazer a listagem bibliográfica (em ordem alfabética de autor), (duas vias: uma para o carro, outra para a biblioteca).
9ª	Fazer o índice remissivo de títulos (colocar as fichas em ordem alfabética de títulos).
10ª	Arrumação dos livros nas estantes.

Fonte: BPES. A13 MAÇO 18, 1982?

Quadro 5 - Atribuições do bibliotecário do Carro-Biblioteca

ETAPAS	ATIVIDADES
1ª	Inscriver o leitor.
2ª	Controlar ou executar o empréstimo de livro.
3ª	Manter os catálogos atualizados e ordenados (cat. de inscrição do leitor, cat. de data e alfabético/de autor; cat. numérico de inscrição).
4ª	Fazer a estatística diária do movimento, indicando os autores mais procurados, os livros mais lidos e enviar para o Setor de Assistência Técnica do INL, até o dia 20 de cada mês, o relatório mensal.
5ª	Reclamar os livros atrasados, através de correio ou mensageiro.
6ª	Orientar o leitor no uso do acervo.
7ª	Difundir cultura, através da Biblioteca Volante, por meio de palestra, hora do conto, exposições, hora musical, etc.
8ª	Programar o roteiro, cumprindo-o rigorosamente, dentro de um horário pré-estabelecido.
9ª	Fazer balanços semestrais no acervo do carro-biblioteca / retirando os livros que não são utilizados e substituí-los por àqueles de maior utilidade.
10ª	Verificar se o acervo vem sendo submetido a um reabastecimento e manutenção regulares.

Fonte: BPES. A13 MAÇO 18, 1982?

Quadro 6 - Assistência Técnica e Atribuições do Motorista do Carro-Biblioteca

ETAPAS	ATIVIDADES
1ª	Zelar pela conservação e manutenção do carro-biblioteca.
2ª	Comunicar ao setor qualquer irregularidade ocorrida com o carro.
3ª	Cumprir com o horário, roteiro pré-estabelecido.
4ª	Auxiliar nos serviços do carro-biblioteca, quando necessário.
Observação: O reabastecimento do carro-biblioteca será feito com a presença do motorista e supervisão do bibliotecário, preenchendo um formulário onde constarão dados sobre os seguintes itens: lavagem, lubrificação, troca de peças e gasolina, etc. Nunca esquecer de anexar as notas e comprovantes das despesas.	

Fonte: BPES. A13 MAÇO 18, 1982?

Quanto ao empréstimo dos livros, era orientado que cada exemplar tivesse em sua última página uma papeleta de registro de datas (Figura 5), na face interna da capa posterior o bolso do livro (Figura 6) e, por último, seria colocado dentro dessa ficha o cartão do livro (Figura 7).

Figura 5 - Papeleta de Registro de Datas

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA DATA CARIMBADA				

Fonte: BPES. A13 MAÇO 18, 1982?

Figura 6- Bolso do livro

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA BIBLIOTECA DO I.N.L.	
ALENCAR, JOSÉ DE IRACEMA	REG. Nº

Fonte: BPES. A13 MAÇO 18, 1982?

Figura 7 - Cartão do livro

ALENCAR, JOSÉ DE AUTOR IRACEMA TÍTULO REG. Nº	
DEVOLVER EM	NOME E Nº DE INSCRIÇÃO DO LEITOR

Fonte: BPES. A13 MAÇO 18, 1982?

No ato do empréstimo, a data em que o livro fosse devolvido seria carimbada no cartão do livro e na papeleta de registro de datas. Após tais procedimentos, solicitava-se a assinatura do leitor e o cartão do livro era arquivado pela data em que a obra estava prevista para devolução.

Foram enviadas, também, sugestões para a divulgação do serviço de extensão que poderiam ser por meio de programa impressos ou ainda pelo serviço de alto falante do próprio Carro Biblioteca e ainda sugeriu-se fazer uma campanha através das Emissoras de Rádio. Seguem algumas frases sugeridas pelo INL que serviriam para a propaganda e divulgação do projeto de extensão (BPES. A13 MAÇO 18, 1982?):

“Prezados moradores do Bairro [...] Este é o Carro-Biblioteca nº2 do Instituto Nacional do Livro, em convênio com a Fundação Cultural do Espírito Santo – que veio até vocês para emprestar livros gratuitamente ao povo de nossa cidade”.

“Ler é aprender! Ler é desenvolver-se!”

Biblioteca Volante. Basta que você traga uma conta de luz ou recibo de aluguel, ou qualquer comprovante de sua residência e você pode levar o livro emprestado para ler em casa, inteiramente grátis”.

“Nação desenvolvida é povo que lê”. Presidente Médici

3.3 O PROJETO EM AÇÃO

Apesar do Carro Biblioteca da Biblioteca Pública Estadual ter sido inaugurado em março de 1973, no bairro Santa Rita em Vila Velha, foi no bairro de Santo Antônio em Vitória, em sua primeira visita, que houve a inscrição do primeiro leitor, o Sr. Antonio C. Griffone dos Santos. (BPES. A17 MAÇO 49, 1983).

O objetivo do projeto do serviço de extensão da BPES, através do Carro Biblioteca, era incrementar e democratizar o hábito de leitura (através de informação) em comunidades socioeconômicas carentes e distantes de serviços de informação de qualquer natureza. Ou seja, era oferecido à comunidade um produto que não era comum em seu meio, além de ter “Como agravante, a constatação de que a maioria da população a ser atingida era analfabeta ou semialfabetizada [...]” (DUMONT, 1995, p. 197-198). Essa situação, corroborando com Dumont (1995), exigia previamente um estudo minucioso das comunidades a serem atendidas, a fim de saber primeiro se havia a manifestação do interesse em receber a visita do Carro Biblioteca, pois a partir daí poderiam criar rotinas objetivando popularizar o livro e incentivar o hábito à leitura.

Para a bibliotecária responsável pelo serviço de extensão Carro Biblioteca na época Marlene Silva Rodrigues, esse serviço era uma exigência da vida moderna, pois no seu entender poderia solucionar o problema da falta de bibliotecas nos bairros. Essa atividade oportunizava visitas diárias aos bairros de periferia da Grande Vitória, fazendo empréstimos de livros didáticos e literários, auxiliando nas pesquisas e desenvolvendo um trabalho cultural e educativo. (BPES. A13 MAÇO 18, 1982?).

O principal serviço do Carro Biblioteca era o empréstimo domiciliar de materiais bibliográficos, de livros-texto de diversas áreas, revistas populares, literatura infantojuvenil, literatura em série, etc. Esse serviço era realizado diretamente pelos bibliotecários, e como podemos visualizar nas imagens (Fotografia 7) a seguir, atraía o interesse principalmente de crianças.

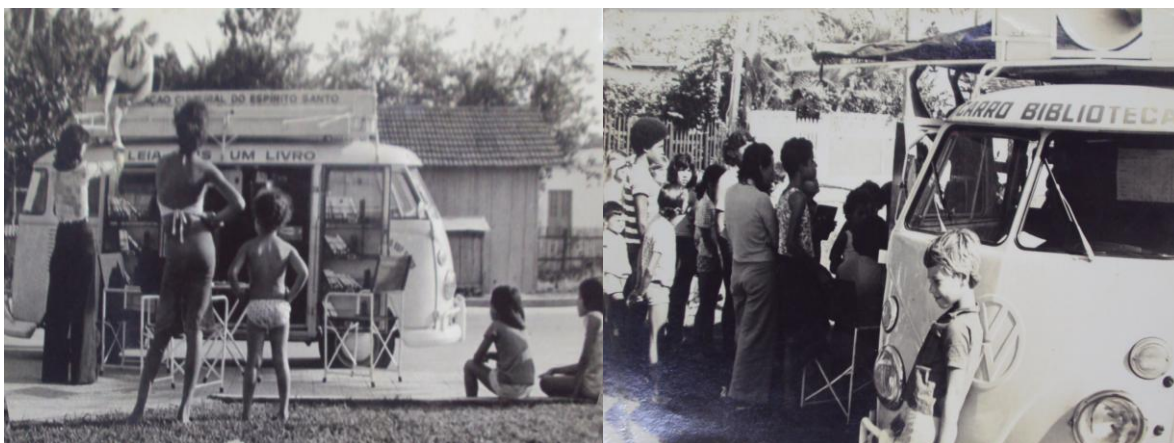
Fotografia 7 - Carro Biblioteca 1974



Fonte: Pasta Arquivo da Biblioteca Pública Estadual – Fotos

Um dos objetivos do projeto Carro Biblioteca era possibilitar às comunidades carentes de bibliotecas, especialmente aquelas localizadas em periferias urbanas e/ou rurais desprovidas de qualquer instituição, o acesso a serviços biblioteconômicos. Isso posto, podemos constatar que tal objetivo fora cumprido ao perceber nas imagens apresentadas (Fotografia 8) o cenário de uma comunidade carente de infraestrutura básica, mas oportuno para desenvolver o gosto pela leitura. (BPES. A13 MAÇO 18, 1982?).

Fotografia 8 - Usuários do Carro Biblioteca (Década de 1970)



Fonte: Pasta Arquivo da Biblioteca Pública Estadual – Fotos

3.4 O ACERVO DO CARRO BIBLIOTECA

Para o bom funcionamento e frequência ao espaço das Bibliotecas Públicas, a composição do seu acervo depende sempre da boa escolha dos materiais de leitura, além das promoções de atividades culturais. O setor responsável por tais serviços deve solicitar sugestões aos leitores para a aquisição de livros que sirvam a toda comunidade, tendo o cuidado de verificar se a mesma já não possui títulos que discorram sobre o mesmo assunto. Então, a seleção do acervo para a implantação do projeto de extensão Carro Biblioteca na década de 1970, não poderia ser diferente, uma vez que iria oferecer um serviço que objetivava mais cultura, aperfeiçoamento profissional e cujo mérito maior era estimular nas comunidades o hábito de leitura.

O veículo comportava um acervo de até 800 títulos, constituídos de literatura infantojuvenil, contos, romances, novelas, clássicos brasileiros e estrangeiros, manuais técnicos, revistas e outros, todos muito selecionados a fim de servirem da preferência de adultos, jovens e crianças. Eram organizados em diversas estantes existentes no seu interior e a princípio todos os serviços eram realizados no carro, tais como: registro, catalogação, classificação, preparo para o empréstimo, etc. Existiam fatores que foram levados em consideração na alocação do acervo dentro do veículo, dependendo primeiramente qual o público que iria atender e também de torná-los acessíveis para o pronto atendimento ao solicitante. (BPES. A13 MAÇO 18, 1982?).

Já na segunda década de sua existência, em 1980, o veículo adaptado para o serviço de extensão da BPES, Carro Biblioteca, foi cedido ao Departamento Estadual de Cultura (DEC) também em convênio com o INL em regime de comodato, e os livros em números de 450 anualmente doados para o enriquecimento do acervo já existente pelo também INL, ficando então a manutenção (desgastes de peças e gasolina) e o motorista por conta do DEC.

O processamento técnico do acervo, então a partir de 1980, fora feito na sede da BPES, onde os livros eram catalogados, indexados e registrados em ficha recebendo um número em ordem crescente, de acordo com a sua entrada na

biblioteca. Na ficha de registro eram feitas as seguintes anotações: data de registro (dia, mês e ano); número de registro obedecendo-se a uma sequência; nome do autor; título da obra; nome da editora; ano de publicação da obra; lugar de publicação; classificação; número da obra; volume; observações (onde eram feitas as baixas). O carimbo de registro era colocado no verso da folha de rosto. O bolso e o cartão do livro recebiam, também, o número de registro. Então, concluída a tarefa de registro, o livro recebia o carimbo de identificação na folha de rosto. (BPES. A13 MAÇO 18, 1982?).

Usava-se no Carro Biblioteca a catalogação simplificada e sempre se atualizava o catálogo topográfico e de autor. Quanto à classificação usada era a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e para maior facilidade dos seus usuários, usava-se para os livros infantis e juvenis as letras I e J, respectivamente. O número de chamada, constituído do número de classificação, número de autor da tabela Cutter, ano de publicação, número de exemplar ou volume é anotado na etiqueta do livro, na folha de rosto (embaixo à esquerda) e no canto superior esquerdo da ficha de catalogação. (BPES. A18 MAÇO 52, 1983-1990).

Havia também a ficha de inscrição (Figura 8) contendo um termo de responsabilidade assinado pelo leitor, que deveria ser preenchida a mão com letra bem clara, deixando-se, porém, a primeira linha para ser preenchida a máquina posteriormente na BPES. As fichas de inscrição eram colocadas em ordem alfabética pelo sobrenome do leitor em fichários com o nome do bairro correspondente.

Quando um livro era extraviado ou danificado de forma irrecuperável, era efetuada a baixa do mesmo. No Carro Biblioteca livros dados como perdidos, por várias vezes, retornavam, então era conveniente que se fizesse a anotação dessa operação de baixa a lápis.

Figura 8 - Ficha para inscrição de leitor – formato **0,073x0,125** - em cartolina branca

FUNDAÇÃO CULTURAL DO E. SANTO BIBLIOTECA CARRO-BIBLIOTECA		
Nº: 9285 Vale até: 11/11/83 Nome: Rosana Lira Campos Endereço: Rua Bela Vista, 16 – Bairro Boa Vista Ass. do leitor: _____		
<i>LIVROS</i>	<i>EMPRÉSTIMO</i>	<i>DEVOLUÇÃO</i>
COLABORE COM A BIBLIOTECA! DEVOLVA O LIVRO PONTUALMENTE		

<i>CAMPOS, Rosana Lira</i>	Nº 9285 Vals. até 11/11/83
----------------------------	-------------------------------

NÃO ESCREVA ACIMA DESTA LINHA

Eu, abaixo assinado, inscrevo-me como leitor da Biblioteca da F.C.E.S. comprometendo-me a respeitar o seu regimento, a pagar as multas em que incorrer e responder por perdas e danos de livros a mim confiados e a comunicar qualquer mudança de endereço.

Assinatura (a tinta): *Rosana Lira Campos*

Fonte: BPES. A18 MAÇO 52, 1983-1990.

3.5 PRÉ-REQUISITOS DE VISITA E CRONOGRAMA DO CARRO-BIBLIOTECA

De um modo geral, havia pré-requisitos básicos para o desenvolvimento do projeto de extensão da BPES através do Carro Biblioteca nas comunidades que fossem atendidas. Escolhia-se em princípio, locais específicos de parada que pudessem fornecer aos funcionários envolvidos uma estrutura básica como: água, sanitários, espaço adequados para realização das atividades manuais, etc.

Segundo a gestora Marlene Silva Rodrigues, entre 1970 a 1979, para a escolha dos locais a serem visitados, considerava-se também outros critérios de prioridades, tais como: alta densidade populacional; baixo poder aquisitivo; inexistência de biblioteca nas proximidades; e interesse da comunidade em receber o carro. (BPES. A13 MAÇO 18, 1982?).

As comunidades interessadas em se beneficiar das visitas quinzenais do Carro Biblioteca e que se encaixassem nos pré-requisitos acima, deveriam se manifestar por escrito e ainda participar das reuniões, visitas e palestras com os funcionários da BPES, que demonstravam os benefícios que todos poderiam ter com o projeto de extensão cultural Carro Biblioteca.

A bibliotecária Nádia Alcuri Campos Costa explicita que outra prioridade a ser considerada como pertinente, era que deveria haver a existência de instituições de ensino e culturais nos bairros a serem visitados pelo Carro Biblioteca, bem como ter vias de acesso trafegáveis. Cita ainda que o ponto de parada do Carro Biblioteca deveria ser num local onde houvesse convergência de grande número de pessoas, tais como em praças públicas, centros comunitários, igrejas, estabelecimentos de ensino, centros comerciais, paradas de ônibus, etc. (BPES. A13 MAÇO 18, 1982?).

Dumont (1995) acrescenta que os bairros que atendiam aos pré-requisitos básicos, deveriam ser notificados previamente através de seus representantes legais, com a finalidade de saber se havia a manifestação do interesse em receber a visita do carro. Era esclarecido aos representantes legais das comunidades que o projeto não estava ligado a nenhum fim político, pois a prestação do serviço do Carro Biblioteca já tinha um fim previsto, ou melhor, um objetivo norteador de suas atividades que era ser fomentador e intermediador de um serviço de informação, ou quem sabe mais tarde trabalhar junto com os representantes legais para a implantação de uma biblioteca permanente. Porém, nessa pesquisa não se obtiveram informações documentais que versassem sobre essa negociação e/ou parceria com representantes das comunidades.

Antes de sair para as visitas diárias, os bibliotecários deveriam consultar o cronograma do Carro Biblioteca, a fim de tomarem conhecimento da programação a

ser cumprida e em seguida teriam que organizar o material adequado. Na gaveta das fichas de cada bairro havia um bloco com pedidos especiais dos leitores que devem ser atendidos, além de revistas, descartes, gravuras, folhetos, entradas de teatro, e outros, a serem sorteados ou distribuídos. (BPES. A18 MAÇO 52, 1983-1990).

Para atingir os objetivos propostos para o serviço de extensão, era imprescindível um conhecimento prévio das comunidades a serem beneficiadas. Para tanto, antes de dar atendimento ao leitor assíduo às visitas do Carro Biblioteca, fazia-se necessário informá-los sobre sua chegada, bem como, quais atividades culturais que seriam desenvolvidas naquele dia, além do empréstimo de livros. Os recursos utilizados para sua divulgação eram: o serviço de autofalante do próprio carro que percorria primeiramente as principais ruas do bairro e logo depois estacionavam o veículo no local preestabelecido; cartazes afixados em escolas, igrejas, casas comerciais, ambulatórios, etc., anunciando o ponto, horário e cronograma do mês; anúncios em jornais locais da época; boletins informativos elaborados pela BPES que eram também utilizados como forma de divulgação. Essa divulgação era realizada previamente em comunidades próximas que iriam ser visitadas pelo Carro Biblioteca, pois dessa forma haveria a sensibilização dos usuários em potencial, bem como a ciência dos líderes comunitários e outras autoridades que constituíam a comunidade em geral.

Quanto aos empréstimos eram feitas recomendações, tais como: não emprestar livros à criança e/ou leitor adulto em débito de livro com o Carro Biblioteca; nunca emprestar mais de três livros por usuário; o leitor que fosse fazer a primeira inscrição só poderia nessa visita pegar um livro; em caso de perda do livro, o leitor deveria providenciar a reposição ou doar outro livro.

O carro sempre ficava estacionado em uma praça principal do bairro escolhido, onde os leitores efetuavam o empréstimo e a respectiva devolução das obras emprestadas. A visita acontecia no intervalo de 15 dias em cada bairro, no horário vespertino (13h30 às 17h). O público atingido segundo relatórios emitidos pela BPES era composto por adultos, jovens e principalmente por crianças. (BPES. A13 MAÇO 18, 1982?).

Periodicamente, era realizado levantamento dos livros em atraso por bairros, e após tal tarefa o técnico da BPES ia pessoalmente à residência do leitor cobrar o livro em atraso. Para tal fim, era ainda utilizado o envolvimento dos leitores assíduos para ajudarem a contatar os leitores em débito com o Carro, que poderiam ser premiados na ajuda dessa prestação de serviço. E em último caso era feita a cobrança via uso do alto falante do Carro Biblioteca.

De um modo geral, a visita do Carro Biblioteca obedecia a um cronograma. Inicialmente na década de 1970 visitou doze bairros da periferia da Grande Vitória, já na década de 1980 foram dez bairros e mais duas Instituições (Asilo dos Velhos e Instituto de Readaptação Social), e por fim, na década de 1990, após sua reativação, foram visitados nove bairros e três instituições, conforme demonstrado no Quadro 7.

Quadro 7 - Bairros visitados pelo Carro Biblioteca

Década de 1970	Década de 1980	Década de 1990
Alto Boa Vista (Vitória)	Andorinhas (Vitória)	Itararé (Vitória)
Alto Lage (Cariacica)	Boa Vista (Vila Velha)	Ilha das Caieiras (Vitória)
Glória (Vila Velha)	Glória (Vila Velha)	Maruípe (Vitória)
Goiabeiras (Vitória)	Ibes (Vila Velha)	Cobilândia (Vila Velha)
Ibes (Vila Velha)	Itaquari (Cariacica)	Barra do Jucu (Vila Velha)
Itacibá (Cariacica)	José de Anchieta (Serra)	Boa Vista (Vila Velha)
Itaquari (Cariacica)	Santa Mônica (Vila Velha)	Santa Rita (Vila Velha)
Laranjeiras (Serra)	Santa Rita (Vila Velha)	Barcelona (Serra)
Maruípe (Vitória)	São Sebastião (Serra)	Carapina (Serra)
Santa Mônica (Vila Velha)	São Torquato (Vila Velha)	IRS
São Diogo (Serra)	IRS	Casa de Detenção
Serra (Serra)	Asilo dos Velhos (Vitória)	Presídio de Mulheres

Fonte: BPES. Inventário Sumário do Arquivo Permanente da Biblioteca Pública do Espírito Santo, 2009.

3.5.1 Carro Biblioteca e a Biblioterapia

Maria Helena Hees Alves (1982), cita que a biblioterapia é uma forma de tratamento terapêutico através da intervenção de material bibliográfico bem recente, porém vem se tornando um meio eficaz na recuperação de pessoas psiquicamente doentes ou

reclusas em vários tipos de instituições (hospitais, asilos, casas de repouso, presídios, unidades de menores infratores, etc). A autora afirma que apesar

[...] do uso recente, vem de longa data a idéia do valor terapêutico da leitura há milênios atrás, o faraó egípcio Ramsés II mandou colocar no frontispício de sua biblioteca a inscrição: "Remédios para a alma". Entre os romanos do primeiro século, nós vamos encontrar em Aulus Cornelius Celsus, palavras de estímulo ao uso da leitura e discussão dos preceitos dos grandes oradores, como forma terapêutica. Na Idade Média, na abadia de São Gall, havia a transcrição: "Tesouro dos remédios da alma".

As primeiras experiências em biblioterapia foram feitas por médicos americanos em 1815 e 1853. Eles recomendavam a seus pacientes hospitalizados a leitura de livros cuidadosamente selecionados e adaptados às necessidades individuais. (ALVES, 1982, p. 55-56).

De acordo com Alves (1982), os elementos presentes na biblioterapia são comparáveis aos da psicoterapia, porém sua técnica de aplicação não se restringe somente aos livros, mas utiliza-se de materiais audiovisuais, assim como a leitura propriamente dita, a capacidade literária de cada pessoa, ou qualquer outro tipo de atividade que utilize o material bibliográfico, de maneira que possa atender aos gostos, nível intelectual, tendências do grupo. Somente na década de 1914, a biblioterapia passa a ser considerada como um ramo da biblioteconomia, "quando uma certa bibliotecária, assumindo a direção de uma biblioteca hospitalar, em Massachusetts, resolve fazer suas próprias experiências" (ALVES, 1982, p.55).

Diante disso, os bibliotecários da BPES, motivados por experiências também desenvolvidas por outros estados brasileiros, resolveram utilizar da biblioterapia nas Instituições visitadas (Asilo dos Velhos, IRS, Presídio Feminino) através do projeto de extensão cultural Carro Biblioteca. Lógico que, antes das visitas faziam uma seleção prévia de títulos de forma cuidadosa, para que pudessem proporcionar aos leitores, o otimismo, evitando sempre, inibir ou deprimí-lo. O livro selecionado deveria ajudá-lo na tentativa de solução de seus próprios problemas, sem aumentá-lo o sentimento de culpa, mas também, sem inocentá-lo.

No Asilo dos Velhos, pelas naturais limitações dos idosos, as atividades do Carro Biblioteca eram simplesmente recreativas, não sendo disponibilizado o empréstimo das obras que o Carro Biblioteca possuía. Eram realizadas atividades lúdicas como: hora do conto, festas juninas, festas natalinas, etc.

Como a biblioterapia vinha sendo utilizada com sucesso nos estabelecimentos hospitalares de outros países, Alves (1982) cita que, igualmente, seria proveitosa nos presídios. Para ela, a aplicação de tal prática nas instituições prisionais estaria condicionada, obviamente, à existência de uma biblioteca prisional fixa, mas sabe-se que no Brasil as deficiências nesse setor são enormes e ainda não se podem afastá-las da nossa realidade sócioeconômica ao fazer qualquer tipo de proposição. Além de saber que a reeducação do apenado é uma tarefa difícil e de resultados duvidosos. Mas, segunda a autora, as bibliotecas públicas “podem cooperar com essa forma de terapia, desde que, periodicamente utilizem os carros-bibliotecas para fornecer e recolher os livros emprestados aos presos.” (ALVES, 1982, p.60).

Diante do exposto, a BPES decidiu levar sua extensão cultural através do Carro Biblioteca, também para o Instituto de Readaptação (IRS), como opção de leitura para os detentos. Um interessante trabalho foi sendo desenvolvido, nessa Instituição, visando auxiliar no processo de reintegração dos detentos, através da leitura. A escolha do livro para o detento era feita com grande cuidado, por se tratar de um usuário especial. (BPES. A14 MAÇO 32, 1983?).

Inicialmente, as bibliotecárias procuravam atrair a atenção do interno oferecendo-lhes livros adequados ao nível intelectual, uma vez que o objetivo dessa ação era a formação do hábito de leitura de maneira a preencher as horas de ociosidade e lazer do interno. Uma vez formado o hábito de leitura, procurava-se escolher livros que continham mensagens positivas, religiosas ou não, ou livros que servissem, simplesmente, para amenizar as horas difíceis.

Segundo relato das bibliotecárias envolvidas no serviço de extensão através do Carro Biblioteca era muito importante para o detento ter a sua hora de leitura porque este era o seu único momento de liberdade. Liberdade para optar por um tipo de leitura, liberdade para viver outra realidade que não fosse a sua, sendo esta a principal característica de uma biblioteca prisional. Os bibliotecários envolvidos no projeto Carro Biblioteca procurava participar de todas as atividades artístico-culturais da instituição dando-lhes sempre todo apoio possível.

Em 1985, os bibliotecários da BPES, promoveram o “Concurso de Poesia do Carro Biblioteca”, onde visavam despertar novos interesses e novas vocações literárias entre os detentos do IRS. Os trabalhos apresentados poderiam ser compostos por temas livres, tais como: trovas, poemas, sonetos, etc. Depois seriam entregues e avaliados por uma banca composta por dois poetas e uma bibliotecária. (BPES. A17 MAÇO 46, 1982-1987).

Um dado concreto da importância do serviço de extensão através do Carro Biblioteca envolvendo os internos do IRS foram os depoimentos diários que as bibliotecárias receberam dos usuários através de cartas a respeito do sucesso das visitas do Carro Biblioteca, cujas respostas e divulgação de novas atividades no IRS foram publicadas em vários números do Jornal do Carro (BPES. A15 MAÇO 37, 1980):

Recebemos de Jair e Nilton Roberto do Nascimento, nossos leitores do Instituto de Readaptação Social, cartas que nos deram muita alegria. Obrigada pelas palavras de apoio e estímulo ao nosso trabalho. (JORNAL DO CARRO, 1982).

No próximo dia 19 de junho, os internos do IRS, terão a sua festa de São João. As bibliotecárias do Carro participarão da quadrilha e levarão brindes para a pescaria. (JORNAL DO CARRO, 1983).

As bibliotecárias do Carro Biblioteca estão preparando uma festa natalina para os internos do Instituto de Readaptação Social. (JORNAL DO CARRO, 1984).

De acordo com Marli Rodrigues Coppo (2014), bibliotecária e funcionária da BPES desde a década de 1990, o primeiro sistema prisional em que trabalhou juntamente com o Carro Biblioteca, fora o Presídio Feminino que se localizava na Praia do Canto. Para ela este era um trabalho desafiador. Segundo a mesma, no início dos trabalhos as bibliotecárias sentiram medo, pois se tratava de um local de atuação novo, um novo público desconhecido. Estes usuários eram carentes, com baixo nível de escolaridade e ainda marginalizados pela sociedade em geral. O trabalho

desenvolvido com as detentas era realizado através da promoção de palestras com advogados convidados pela BPES, que tinham por objetivo sanar quaisquer dúvidas sobre o “direito dos presos”, além de oferecerem através do Carro Biblioteca, literatura diversa como forma de incentivá-las ao hábito à leitura. Interessante detalhe é que as detentas além de solicitarem o Código Penal para leitura pediam às bibliotecárias várias informações a respeito do que não conseguiam interpretar no referido livro, e aos pouco foram solicitando também informações sobre temas diversos, livros de literatura, revistas, etc.

A bibliotecária afirma que:

Lá também foi barra pesada! Fomos convidados para uma confraternização e neste dia houve rebelião [...] Foi um trabalho diferente, confesso que gostei, foram vários relatos, conheci pessoas diferentes, outro tipo de vida, outras histórias, ganhei presentes. Houve até umas que queriam passar o final de semana comigo [...] (COPPO, 2014, p. 25).

Concordamos com Maria Clara Fonseca (2006), que ações extensionistas com características de ação cultural servem como proposta de transformação de uma biblioteca pública tradicional em uma biblioteca como instrumento de ação cultural, sobretudo no momento de hoje, momento em que sabemos da necessidade de um novo modelo de extensão bibliotecária que deve possuir novas tendências de comunicação e integração dos grupos sociais que residem em locais distantes do centro urbano, encarcerados em presídios, asilos, etc. e que, na grande maioria, são desprovidos de recursos e serviços de informação essenciais ao exercício da cidadania.

3.6 CARRO BIBLIOTECA: ATIVIDADES PARALELAS

As bibliotecárias envolvidas com a execução do projeto de extensão Carro Biblioteca desenvolviam também atividades paralelas ao empréstimo de obras junto à comunidade visitada, com a finalidade de atrair leitores e incentivar ainda mais o hábito à leitura, cujo fim precípua seria contribuir para o enriquecimento cultural da população. Eram programadas: a hora do conto; dramatização; teatro de bonecos; palestras educativas; concursos de poesias e estórias; atividades com sucatas;

projeções de slides e filmes; entre outros, como: trabalhos de colagem; trabalhos de colagem, tipo mosaico; pintura de gravuras referentes a datas comemorativas; confecção de cartões e brindes para o Dia das Mães e dos Pais (pintura, desenho, colagem); confecção de quebra cabeças com gravuras de propaganda comercial; trabalhos de colagem em papelão com vários temas festivos; trabalhos de sucata; distribuição de impressos referentes a datas cívicas, etc. (BPES. A13 MAÇO 18, 1982?).

Diante do exposto, podemos perceber que o serviço de extensão do Carro Biblioteca não se limitava tão somente, ao empréstimo de livros, mas, oferecia às crianças e a outros participantes interessados dos bairros horas de criatividade e lazer. Para essas atividades eram utilizados os seguintes materiais: Lápis de cera, lápis de cor, canetas hidrocor, guache, pincel, lápis preto, borracha, papel, embalagens de livros de papelão, caixas de papelão, cofres ganhos em cadernetas de poupança, gravuras utilizadas em propaganda comercial, revistas velhas recebidas em doações e todo tipo de sucata.

Tal ação dessa Instituição, nos leva a crer que ela se esforçava, através de sua extensão cultural, para suprir a deficiência não somente a falta de uma biblioteca fixa nos bairros atendidos pelo Carro Biblioteca, mas também, de cinemas, de museus, áreas de lazer, etc. Ou seja, ela busca desenvolver atividades de estímulo à criatividade e incrementa sempre suas atividades oferecidas à comunidade. Dentro dessa nova visão apresentada, teve um duplo desafio: abandonar os antigos modelos de bibliotecas e encontrar um lugar harmônico na sua área de atuação, qual seja, educação, lazer e aprimoramento cultural.

Um exemplo de atividades culturais executadas pelo Carro Biblioteca pode ser visualizada numa foto de 1980 e que contém informações em seu verso (Fotografia 9), que nesse dia o Carro Biblioteca estaria visitando o bairro de Goiabeiras e promovendo a apresentação da peça teatral adaptada do livro *Maroquinhas Fru Fru*³⁰, de autoria de Maria Clara Machado. Todos em volta parecem muitos

³⁰ O espetáculo infantil, narra a história da doceira que vence um concurso de bolos e recebe um vistoso colar de pérolas como prêmio. Isto gera uma série de brigas, intrigas e trapalhadas. Muita gente, na vizinhança, fica de olho no colar de pérolas, que acaba sendo roubado. Todos se mobilizam para encontrá-lo, numa aventura com direito a espionagem, fofocas e trapagens.

animados ao prestigiarem essa atividade. Como nessa região havia à época poucas oportunidades de atividades educativas e culturais, pode-se perceber que ações dessa natureza atrairiam grande contingente de pessoas para apreciar o momento cultural desenvolvido pelos integrantes do serviço de extensão da BPES.

Fotografia 9 - Visita do Carro Biblioteca em Goiabeiras 1980



Fonte: Pasta Arquivo da Biblioteca Pública Estadual – Fotos

Após 13 anos de atuação do Carro, em 1986, foram acrescentadas outras ações e/ou objetivos mais específicos ao projeto de extensão Carro-Biblioteca da BPES, além da promoção ao hábito de leitura e atividades artísticas, tais como, o despertar do sentimento cívico com atividades alusivas às datas comemorativas e à conscientização sobre as necessidades básicas da comunidade (saúde, higiene, alimentação, etc.) por meio de palestras, filmes, teatros, etc. (BPES. A14 MAÇO 32, 1983?).

Segundo a bibliotecária Nádia Alcuri, o Carro Biblioteca desenvolvia as atividades paralelas com a finalidade de atrair leitores e incentivar o hábito da leitura contribuindo, também, para o enriquecimento cultural da comunidade. Nas datas comemorativas, tais como: o dia das mães, dos pais, das crianças e no Natal eram

desenvolvidas atividades especiais, tais como confecção de presentes, distribuição de brindes, etc. Essas atividades eram feitas na própria praça onde o Carro Biblioteca estava estacionado ou em salões de centros comunitários ou de igrejas próximas. No “dia da árvore” eram plantadas árvores ornamentais ou frutíferas em todos os bairros visitados pelo Carro Biblioteca. (BPES. A18 MAÇO 52, 1983-1990).

O Carro Biblioteca também sempre incentivava seus leitores de todos os bairros atendidos a participarem do concurso de estórias, no qual o tema era livre e abrangia uma faixa etária de 9 a 12 anos de idade. A estória vencedora seria publicada no Jornal do Carro Biblioteca e no Jornal A Gazetinha, e ainda teria como prêmio uma medalha de honra ao mérito. (BPES. A17 MAÇO 45, 1982-1985).

Diante do exposto, tais ações em nosso entender eram muito importantes, pois sabemos que a leitura é uma possibilidade de desenvolvimento para as pessoas, já que ajuda no aprendizado, independente de sua idade. Através de sua prática pode-se despertar a imaginação, a emoção e outros sentimentos, desde que seja realizada de maneira prazerosa e criativa.

Segue o depoimento de uma estagiária do curso de Biblioteconomia que trabalhou com as atividades do Carro Biblioteca, no período de março a junho de 1981, no qual relata que o Carro Biblioteca era uma biblioteca ambulante, que levava aos bairros da Grande Vitória, livros para serem emprestados. Diz que se chegava aos bairros, ligando o autofalante com gravações de música e um alerta, convidando a todos a lerem um livro. Estacionava-se numa praça adequada, efetuando-se o empréstimo a todos que se aproximavam. O carro biblioteca ficava estacionado mais ou menos duas ou três horas. Ela considerava a atividade como importante, pois para ela incentivava a todos da comunidade à leitura. Na chegada do Carro Biblioteca, ela cita que todos ficavam atentos e eufóricos. Todos queriam alguma coisa, desde o pai de família até o garoto que joga pelada na rua. Segundo ela, esta era uma experiência que vale a pena ser vivida novamente. O Carro Biblioteca representava uma forma de popularização do livro e da cultura, levando às comunidades deficitárias de bibliotecas fixas fontes de conhecimento, colaborando na realização de seus empreendimentos, no seu aperfeiçoamento e na utilização das suas horas de lazer. (BPES. INVENTÁRIO..., 2009).

Segundo o Boletim Informativo do Departamento Estadual de Cultura (DEC), em novembro de 1982, ocorreu um fato inédito na Semana da Pátria: o Carro Biblioteca (Fotografia 10) pela primeira vez marcou presença no desfile escolar no município de Vitória. Ornamentado ele acompanhou o desfile aberto, expondo em seu interior leitores dos diversos bairros atendidos pelo serviço de extensão da BPES. Ainda, havia na frente do Carro, adolescentes que desfilavam e levaram placas com o nome do bairros que representavam e várias faixas com frases que faziam menção à data comemorativa. (BPES. A15 MAÇO 37, 1980).

Fotografia 10 - Carro Biblioteca no Desfile Escolar

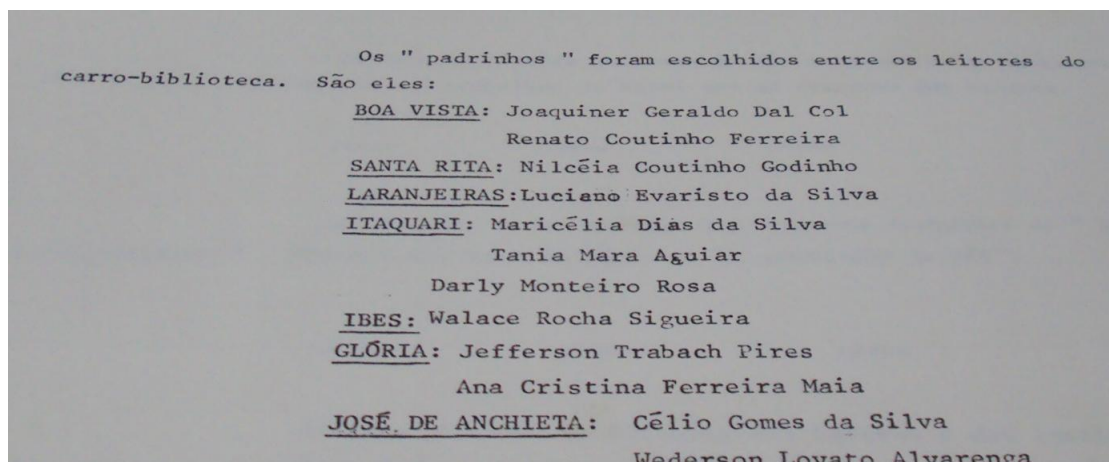


Fonte: Pasta Arquivo da Biblioteca Pública Estadual – Fotos

A Semana da Árvore foi comemorada pelo Carro Biblioteca com a execução de plantio de 20 mudas de Sibipiruna³¹ nos bairros e instituições que foram visitadas nesse período. Cada árvore teve o seu “Padrinho” (Figura 9), que foi escolhido entre os leitores do Carro Biblioteca, cujo compromisso era zelar e cuidar de sua planta e como prêmio obteve um diploma que o certificava como “Amigo da Árvore”.

³¹ A Sibipiruna é uma árvore de grande porte e extremamente ornamental. É muito utilizada no plantio urbano para o paisagismo. Suas folhas verde-escuras contrastam com vivas inflorescências amarelas. Além disso, a disposição dos ramos forma uma copa bastante estética. Os frutos são vagens, mais claras quando ainda verdes, e escuras quando estão maduras. A espécie, apesar de possuir rara beleza, tem apresentado alto índice de morte súbita, fato que deve ser observado para a utilização da espécie para a arborização urbana.

Figura 9 - Lista dos leitores eleitos "Padrinhos da Árvore"



Fonte: BPES. A15 MAÇO 37,1980.

Entrei em contato com um padrinho que participou dessa comemoração do dia da árvore, através do *Facebook*, no dia 27 de abril de 2014, ou seja, há mais de 30 anos. O nome dele é o Sr. Jefferson Trabach Pires, que ao perguntá-lo se ele se lembrava desse fato e se pegava livro emprestado no Carro biblioteca quando este visitava seu bairro? Obtive como resposta a seguinte mensagem *inbox*:

“Lembro e tenho orgulho desse feito afinal todo homem deve plantar uma árvore, ter um filho e escrever um livro e isso eu já fiz !!!! Estou à disposição!

Graças a essa iniciativa hoje tenho uma formação diferenciada pois fui introduzido no hábito da leitura. Hoje sou dentista tenho duas especializações e um mestrado e ainda dou aulas de pós-graduação em minha área !!!”

Isso nos mostra que a Biblioteca Pública cumpriu com um dos seus vários objetivos e que deve continuar lançando de todos os recursos que possui para atrair crianças e jovens ao hábito à leitura, despertando-os, principalmente, para o interesse pelo livro. Tal incentivo visa à formação cultural do homem de amanhã, como nos foi corroborado acima pelo nosso leitor que há 30 anos foi despertado pelo gosto da leitura pelo Carro Biblioteca e que hoje o reconhece como precursor de seu sucesso profissional.

Outra atividade desenvolvida pelo Carro Biblioteca, ocorreu em novembro 1982, quando as bibliotecárias responsáveis pelo projeto de extensão levaram a vários

bairros a peça de teatro “Pirilampo nas Estrelas”, uma promoção da Empresa de Energia Elétrica do Espírito Santo na época a Escelsa. Ainda durante a primeira quinzena do mês de dezembro de 1982, as bibliotecárias do Carro Biblioteca realizaram trabalhos envolvendo as crianças do bairros visitados com a temática sobre o Natal, além de premiarem os melhores trabalhos da “Hora da Criatividade”. (BPES. A15 MAÇO 37, 1980).

A ação do Carro Biblioteca buscava por outro lado, sempre por parcerias para o desenvolvimento de suas ações, por isso muitas vezes se aliavam a esse projeto da BPES, instituições religiosas com as igrejas batistas do Ibes e Quadrangular de Itaquari, que lhe cederam suas salas para que as atividades artísticas elaboradas pelas bibliotecárias pudessem ser desenvolvidas de modo harmonioso e confortável às comunidades.

3.7 JORNAL DO CARRO BIBLIOTECA

A partir de setembro de 1982 o Carro Biblioteca passou a editar o seu jornalzinho que tinha por finalidade noticiar todas as suas atividades oferecendo, também a seus leitores, páginas de recreação com cruzadinhas, quebra-cabeças, etc., além de outros atrativos. O jornalzinho dava destaque à cultura capixaba e em todo o número havia seções como: “Um pouco da nossa história”; “Conheça nossos autores”; e “Curiosidades capixabas” que relatavam um pouco da nossa história, de autores capixabas e da nossa cultura local.

O jornalzinho relatava as principais atividades desenvolvidas pelo Carro Biblioteca a cada trimestre e seu objetivo era obter sugestões dos leitores e usuários do Carro, bem como informá-los sobre as atividades que seriam realizadas, tais como: novos plantios de árvores nos bairros e instituições visitadas, com a escolha dos seus respectivos padrinhos; confecção de lembrancinhas para datas comemorativas; e outros assuntos pertinentes às atividades culturais desenvolvidas pelas bibliotecárias junto à comunidade visitada pelo serviço de extensão da BPES. (BPES. A17 MAÇO 49, 1983).

Em junho de 1983, o Jornal divulgou a realização em Vila Velha do III Seminário da Trova, que contou com a participação de trovadores do Brasil inteiro. Segundo o Jornal, no seminário houve a entrega de prêmios aos primeiros colocados no Concurso de Trovas do IRS, promovido pelo Carro Biblioteca, cuja temática foi: Amor e Liberdade. Segue a trova vencedora:

“Por uma porta entreaberta / depois de tantas lacradas / brota o Amor, coisa certa / iluminando as estradas”.

Autor: Maury Cesar Gonçalves (interno do IRS)

Nesse jornal em 1984, foram divulgados os nomes de pessoas que eram usuários do Carro Biblioteca, que como leitores, presentes para efetuarem empréstimos de livros ou para participarem de alguma atividade artística estimulada pelo projeto. O que mais chamou a atenção nessa lista de leitores foi que a maioria era do sexo feminino e que leram mais de 25 livros respectivamente durante o ano de 1983. (BPES. A17 MAÇO 49, 1983).

Interessante destacar, que assim como ocorreu aqui no Espírito Santo, outros pesquisadores (AQUINO, 1983; DUMONT, 1995), divulgaram resultados semelhantes encontrados em outros estados do Brasil, como os casos da Biblioteca Pública da Paraíba, o da Escola de Biblioteconomia da UFMG e o da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, Minas Gerais. No caso dos dois primeiros, destaca-se ainda que a maioria dos participantes a predominância da faixa etária era de 10 e 12 anos, sendo pequeno o número de adultos.

O movimento do projeto de extensão através do Carro Biblioteca tinha por objetivo que num futuro os bairros visitados, viessem ter uma Biblioteca Comunitária, ou seja, tentava-se mobilizá-los quanto à reivindicação da ação de uma unidade de informação fixa em cada bairro, pois assim os moradores poderiam ter o acesso à leitura não somente quinzenalmente. Sabe-se que algumas bibliotecas comunitárias foram criadas a partir dessa avaliação da BPES a partir de 1984, tais como a dos bairros de: Manguinhos (Serra), Cariacica Sede, Maria Ortiz e Andorinhas (Vitória) que foram devidamente noticiadas pelo Jornalzinho do Carro Biblioteca. Ainda, para dar prosseguimento ao programa de implantação de novas bibliotecas comunitárias,

vários contatos foram feitos pela BPES, como por exemplo, no Bairro de Barcelona na Serra, onde no Centro Comunitário já existia uma pequena biblioteca em fase de implantação. (BPES. A17 MAÇO 49, 1983).

Concordamos com Odília Clark Peres Rabello (1995), que a presença constante, regular e periódica do Carro Biblioteca nas comunidades atendidas contribui para que essas sentissem a carência de bibliotecas e passassem a solicitar a ter consciência da importância de um serviço de informação e batalhassem para a sua implantação. Pois um dos objetivos do projeto de extensão cultural, através do Carro Biblioteca, era também prestar assessoria às comunidades na implantação de suas próprias bibliotecas.

3.8 CARRO BIBLIOTECA: ESTATÍSTICA DE USO

Para subsidiar no processo de ampliação e também para uma atuação mais ampla do projeto de extensão cultural faziam-se necessárias elaboração e disponibilização de dados estatísticos dos frequentadores do Carro Biblioteca e ainda um controle diário de todos os serviços e atividades realizadas pelo projeto de extensão cultural da BPES.

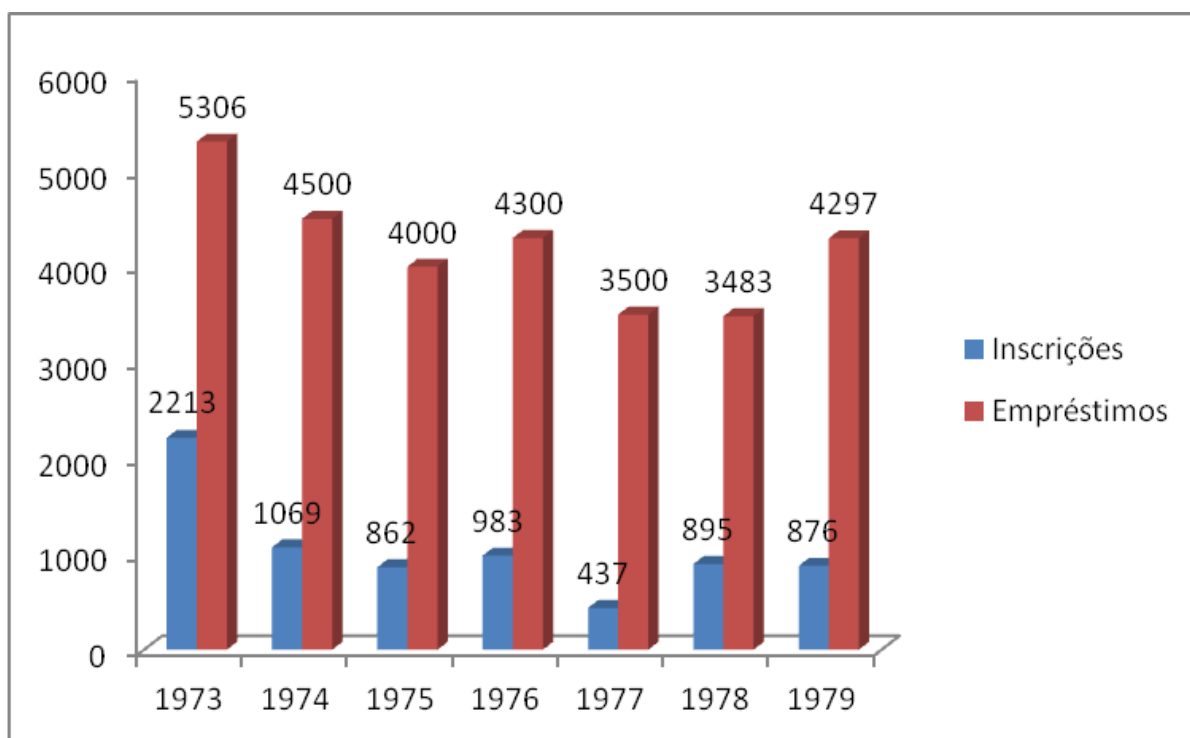
Portanto, a fim de se conhecer a dimensão dos trabalhos executados e ainda de acordo com orientações da BPES, os números obtidos eram anotados e no final de cada mês era feita a somatória dos levantamentos diários do atendimento aos leitores (empréstimos e inscrições) acrescentando-se ainda os trabalhos realizados dentro da biblioteca (restauração, manutenção dos arquivos, etc.), e com tais informações poderia saber qual bairro era o mais beneficiado com este serviço, ou o que mais buscava o acesso a esse serviço. (BPES. A18 MAÇO 52, 1983-1990).

Cabe ressaltar ainda, que para descrever e analisar os dados estatísticos de inscrições e empréstimos realizados anualmente pelo Carro Biblioteca foi necessário pesquisar em todo o Inventário Sumário do Arquivo Permanente da Biblioteca Pública do Espírito Santo, uma vez que esses dados encontravam-se misturados a outros tipos de documentos. Estes dados foram coletados e tabulados manualmente

e optou-se separá-los por ano. Não foi possível fazer uma análise por bairros, pois nos documentos não conseguimos achar uma convergência.

Analisando como um todo, podemos perceber que o serviço de extensão Carro Biblioteca, durante os sete primeiros anos de funcionamento, atendeu comunidades, além do IRS e Asilo dos Velhos, com resultados positivos, avaliados através do crescimento diário do número de usuários inscritos e número de empréstimos de seu material bibliográfico conforme se pode verificar no Gráfico 1. Considerando ainda que uma das metas esperadas pelo INL é que se realizassem 500 empréstimos por mês, ou seja, um total esperado de mais de 6000 empréstimos anuais, concluímos que nesse período, o projeto da BPES alçou voos positivos, embora prejudicados às vezes por falta de funcionários, fatores climáticos, falta de combustível e problemas mecânicos do veículo, etc.

Gráfico 1 - Estatística de inscrições e empréstimos do Carro Biblioteca (1973-1979)

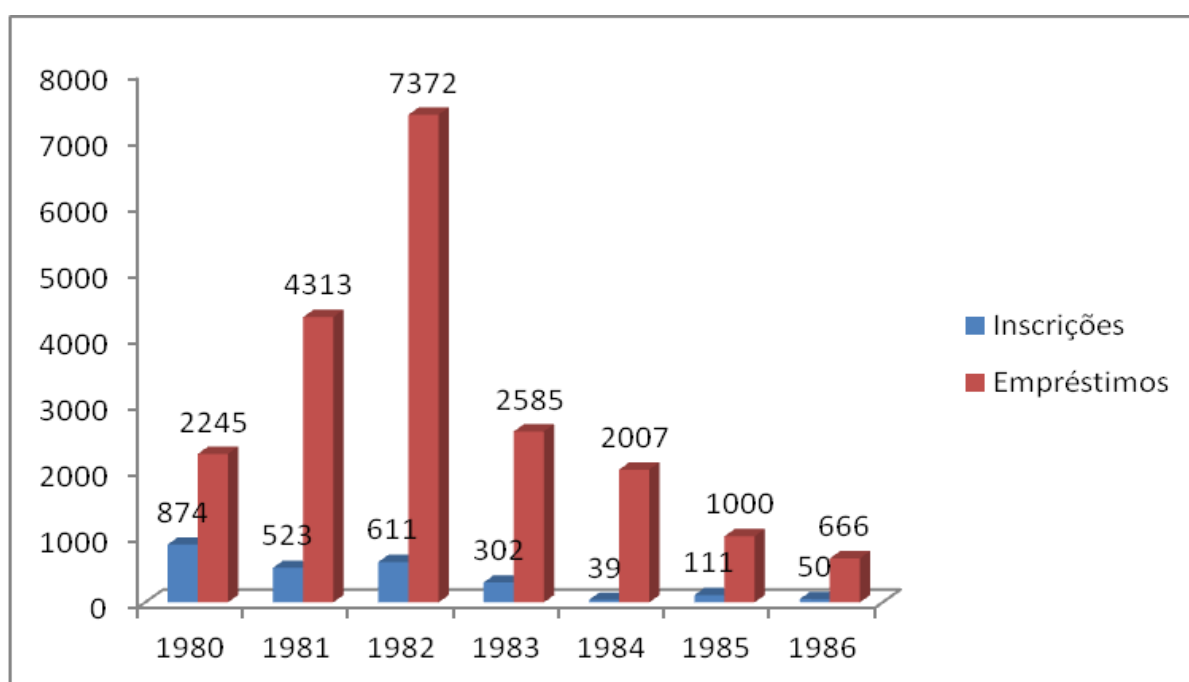


Fonte: BPES. Inventário Sumário do Arquivo Permanente da Biblioteca Pública do Espírito Santo, 2009.

Porém, de acordo com os dados analisados e obtidos na década de 1980, não podemos manter a mesma impressão, uma vez que o número de inscrições e empréstimos vem decaído de maneira explícita no Gráfico 2.

No ano de 1981, o Carro Biblioteca atendeu apenas seis bairros, pois teve que fazer uma programação diferente. Teve que divulgar seus serviços em alguns colégios de bairros da Grande Vitória e com isso não pode cumprir o cronograma previsto. Já no anos de 1983 e 1984 o Carro Biblioteca ficou parado por vários meses devido a falta de combustível e problemas mecânicos, o que justifica a baixa no empréstimos de livros.

Gráfico 2 - Estatística de inscrições e empréstimos do Carro Biblioteca (1980-1987)



Fonte: BPES. Inventário Sumário do Arquivo Permanente da Biblioteca Pública do Espírito Santo, 2009.

Foi emitido um relatório da chefia do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas à Direção Geral do Departamento Estadual de Cultura, em 1984, explanando que a Biblioteca até então vinha exercendo condignamente e com bastante dinamismo as suas atividades educativas culturais e de lazer junto à comunidade da Grande Vitória e também do interior do Estado, disseminando permanentemente informações técnicas e culturais. Porém, deixa atualmente (julho 1984) de cumprir, em parte, a sua função social ficando todo o serviço de extensão cultural bloqueado, devido à falta de recursos materiais, financeiros e principalmente humanos com as recentes demissões de pessoal lotado nesta biblioteca. Ressalta ainda que:

[...] a paralisação de atividades como Biblioterapia junto ao IRS; atividades culturais e de lazer nos Centros Comunitários e Asilos dos Velhos; a publicação dos Boletins Informativos do Carro Biblioteca que eram remetidos para todos os órgãos culturais e autoridades locais, causaram grande prejuízo na programação da Biblioteca e conseqüentemente de toda a comunidade assistida. (BPES. A19 MAÇO 63, 1987).

Diante desse relato, na opinião de Fonseca (2005) a responsabilidade e o compromisso social de uma instituição, como a Biblioteca Pública, tornam-se maiores, quando ocorre a provisão de benefícios, mas quando tais compromissos não são mantidos, ocasionam o descrédito e a frustração daqueles que, inúmeras vezes, foram beneficiadas por atividades de seus serviços de extensão cultural e de repente, são vítimas da sua extinção repentinamente.

No mês de janeiro de 1985, o serviço prestado pelo Carro Biblioteca foi somente recolher livros em atraso nos bairros, para que fosse feito o levantamento do acervo do Carro Biblioteca. No lugar de empréstimo de livros eram desenvolvidas atividades recreativas tais como a pintura, a hora do conto, teatro de fantoches, etc. E ainda para estimular a devolução de livros eram sorteados entre as crianças blocos, cofres, livros, etc. No IRS, nesse mesmo período houve promoção de palestras com advogado Sandro Chamon, sobre “Direitos do preso”. Além de várias visitas às gráficas para obtenção de sobras de papel, blocos e outros que seriam usados para trabalhos artísticos do Carro Biblioteca.

Durante o mês de abril de 1986, as atividades do Carro Biblioteca foram voltadas para os recolhimentos dos livros emprestados que se encontravam em atraso. Além dessa atividade, durante as visitas foram priorizadas atividades tais como: Palestra sobre o tema Higiene; Hora do Conto; e, várias atividades envolvendo a dança. Logo após esse período, o Carro Biblioteca foi impedido de continuar com suas visitas rotineiras aos bairros devido a problemas mecânicos e encaminhado ao conserto que perdurou por quase todo o ano de 1986. (BPES. A19 MAÇO 57, 1985-1987).

Ainda no período de maio a dezembro de 1986 o carro não funcionou e as crianças dos bairros atendidos reclamaram, mas as poucas visitas que o Carro Biblioteca realizou foram oferecidas às comunidades visitadas várias informações sobre o

Cometa Halley³², que estava previsto para visitar a terra nesse ano e despertava interesse sobre sua história. Nesse mesmo ano houve dificuldades em estender os serviços do projeto, pois, a BPES estava com um único veículo disponível. (BPES. A19 MAÇO 57, 1985-1987).

Podemos afirmar que, até o final da década de 1980, o serviço de extensão bibliotecária teve uma boa repercussão nas comunidades atendidas, porém alguns fatores contribuíram para a interrupção gradativa dessa atividade. Um dos motivos foi o desgaste natural do veículo que circulou por mais de oito anos ininterruptamente, carregando muito peso em seu interior. Então, cientes da necessidade de reativação do serviço do Carro Biblioteca e motivados pelo grande interesse das comunidades atendidas e principalmente pelo papel de agenciadores de informação e cultura que exercia junto às comunidades visitadas, foi apresentado em 1987, um Programa de Reativação do Carro Biblioteca ao INL, com a intenção de obter um veículo novo para dar continuidade às atividades até então exercidas, pois nos últimos cinco anos, ou seja, de 1981 a 1987, constatamos nos documentos pesquisados que o veículo ficava mais tempo na oficina do que em movimento. (BPES. A19 MAÇO 63, 1987).

A faixa etária que mais frequentou as visitas do Carro Biblioteca, diante de informações verbais obtidas pelas bibliotecárias da BPES, Nádia Alcuri, Marli Coppo e Kátia Alvarenga, era em sua maioria composta por crianças. Corroborando com tal afirmação temos imagens (Fotografia 11) expondo várias crianças diante do Carro Biblioteca e parte de uma publicação do Jornal A Gazeta de 1976 (Quadro 8). Podemos deduzir que esse elevado contingente infantojuvenil, seria por que o Carro Biblioteca permanecia nas comunidades visitadas somente em horário comercial? Esta é uma pergunta que urge uma resposta, mas no momento não possuímos informações fidedignas para sua divulgação.

³² O Halley é um cometa famoso que "visita a Terra" a cada 75 ou 76 anos, quando atinge o ponto mais próximo do Sol - o periélio. Sua última aparição foi em 1986. Por alguns dias, ele ficou (mais ou menos...) visível até mesmo a olho nu. Ao se afastar da Terra, o cometa seguiu em sua órbita elíptica. Segundo cálculos da Nasa, ele está hoje a 4,7 bilhões de km do Sol. Isso é quase 31 vezes a distância entre a Terra e nossa estrela mãe. E ele segue se afastando. Estima-se que o Halley irá atingir o ponto mais distante do Sol - o chamado afélio - no final de 2023.

Fotografia 11 – Usuários (crianças e adolescentes) do Carro Biblioteca



Fonte: Pasta Arquivo da Biblioteca Pública Estadual – Fotos

Quadro 8: Matéria do Jornal A Gazeta³³ – 1976

A CHEGADA DO CARRO BIBLIOTECA.
APENAS ALEGRIA DAS CRIANÇAS.

Na praça de Santa Mônica **as crianças** estão entrando organizadamente na Kombi Biblioteca, duas de cada vez, e recebendo seus livros cada pessoa tem direito a retirar um livro. Os irmãos Orlando costa Filho – **11 anos** – e Sílvia Mara Costa – **8 anos** entraram juntos no carro e foram dois primeiros a serem atendidos. Já com seus livros devidamente registrados, os dois saem abraçados e rapidamente, conversando animadamente.

Orlando segura firmemente seu Alice no País das Maravilhas, enquanto Sílvia Mara exhibe, Ali Babá e os 40 ladrões. A menina concorda que gostou das ilustrações do livro que pegou, mas Orlando explica por que retirou o Alice no País das Maravilhas: “Eu já tinha ouvido falar que este livro é bom e por isso eu peguei emprestado”.

A bibliotecária Elba Helena entra na Kombi para colocar em ordem alguns livros deixados fora de lugar. As **crianças** tem total liberdade de escolher e manusear os livros.

Fonte: Jornal A Gazeta, 1976?

³³ A parte da matéria foi transcrita, uma vez que a imagem original foi digitalizada de forma quase ilegível e diante disso não foi possível exibir neste trabalho como forma de figura.

3.9 DIFICULDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO CARRO BIBLIOTECA

Embora inicialmente o serviço de extensão cultural do Carro Biblioteca tenha tido uma boa repercussão nas comunidades atendidas pelo projeto, alguns fatores contribuíram para a interrupção dessa atividade. Os dados referentes às atividades desenvolvidas, embora prejudicadas algumas vezes, por greves, falta de bibliotecários, falta de motorista, defeito mecânico, falta de combustível, não deixam dúvidas de sua grande utilização nas comunidades atendidas.

Os usuários sabiam da rotina do Carro Biblioteca em seus bairros, então diante de um imprevisto de última hora que pudesse comprometer o desenvolvimento do serviço de extensão cultural através do Carro Biblioteca, no bairro a ser visitado, tal como um problema mecânico no veículo, problemas climáticos e/ou, falta de pessoal, eram enviadas notificações aos bairros que seriam visitados nesse período, dando suas devidas explicações através de telefonemas quando assim fosse possível ou aviso nas emissoras de Rádio da Capital. (BORTOLINE, 2014 informação verbal³⁴).

Apesar da solicitação mencionada acima, o Carro Biblioteca foi reativado e substituído por um novo veículo (Fotografia 12) somente na década de 1990, pela atual diretora da BPES, a bibliotecária Nádia Alcuri Campos V. Silva. Segundo informações retiradas do quinto Boletim Informativo da Biblioteca Estadual do Espírito Santo, o carro já havia percorrido vários bairros da periferia, levando um pouco de cultura aos mais necessitados. Com isso o objetivo proposto na implantação desse serviço de extensão bibliotecária foi continuando sendo cumprido e seu resultado foi a lacuna preenchida na vida desses leitores, pois proporcionou através de suas visitas o contato prazeroso com os livros, incentivando-os assim ao hábito e o gosto pela leitura.

³⁴ BORTOLINE, José. **Carro Biblioteca**. Vitória, 2014. Informação Verbal.

Fotografia 12 – Novo Carro Biblioteca através de comodato



Fonte: Pasta Arquivo da Biblioteca Pública Estadual – Fotos

A informação que obtivemos sobre as visitas do Carro Biblioteca nos anos de 1991 e 1992, é que foram somente visitados alguns bairros tais como: Barcelona, Santa Rita, Itararé, Itanhenga, Cobilândia, Presídio de Mulheres e Casa de Detenção, devido a problemas mecânicos com o veículo.

Urge a partir de agora uma pergunta: Será que a partir de 1990, houve falta de incentivo por parte governamental no serviço de extensão da BPES, por se tratar da época em que corresponde à fase terminal do Instituto Nacional do Livro, até então a única grande instituição brasileira dedicada aos livros e às bibliotecas?

Corroborando com, Marília de Abreu Martins de Paiva (2008), que relata que o INL foi, apesar de seus percalços, a instituição mais longa ligada à política governamental federal para bibliotecas públicas, embora seu foco, desde sua fundação, tenha sido o livro, e não diretamente as bibliotecas. Mas ainda assim, ela afirma que no período de 1964 a 1984 o INL mantinha a sua concepção de política

do livro como política também de bibliotecas. Tendo com principal ação a promoção da cultura dos autores brasileiros e a distribuição de suas obras. Não há que se negar que o INL contribuiu com o desenvolvimento das bibliotecas públicas no Brasil e fez com que o Estado assumisse dentro de sua estrutura a responsabilidade pela leitura e a manutenção da biblioteca como serviços públicos básicos. Também podemos enaltecê-lo pelo incremento dos acervos das bibliotecas, além da doação de veículos para bibliotecas móveis, com seus respectivos acervos.

Ressalta-se ainda que, em pouco mais de dois meses de trabalho do ano de 1995, o Carro Biblioteca (Fotografia 13) já havia atendido a seis bairros e ao IRS, tendo como sempre o objetivo principal de incentivar à leitura, pois o serviço de extensão da BPES, sempre esteve empenhado em plantar em cada bairro visitado a semente de uma biblioteca, e os frutos desse trabalho já começam a ser colhidos, pois vários bairros se mobilizaram para a implantação de bibliotecas comunitárias. Inclusive no bairro de Boa Vista, onde o Carro Biblioteca atuou por vários anos e os usuários antigos, já mais crescidos começaram a ressurgir. (BPES. A19 MAÇO 63, 1987).

Fotografia 13 – Atividades do Carro Biblioteca - 1995



Fonte: Pasta Arquivo da Biblioteca Pública Estadual – Fotos

Conforme Coppo (2014), a partir do ano de 1995, foi possível trocar a velha Kombi doada pelo INL, que vivia sem combustível e apresentando defeitos mecânicos, por um novo veículo (Fotografia 14) do modelo Topic Besta, cedida pelo governador da época. Segundo ela, o governador ficou comovido e parabenizou pelo projeto desenvolvido pela BPES ao participar de um mutirão da cidadania em Itanhenga, onde o Carro Biblioteca estava rodeado por crianças. Ao identificar o estado físico

do veículo e a importância que o serviço de extensão prestava às comunidades servidas por ele, falou que iria arrumar um novo veículo e fez questão de entregá-lo pessoalmente à BPES.

Fotografia 14 - Novo veículo do Carro Biblioteca – 1995



Fonte: Coppo, 2014, p. 22

Tal atitude demonstra que tal ação desenvolvida pela BPES permitiu que não só as comunidades atendidas pelo Carro Biblioteca reconhecessem sua importância, como também um despertar do governo da época para a grande utilidade desse serviço de extensão como ativação cultural de levar a informação para as populações menos favorecidas e com um percentual baixo de pessoas com hábito de leitura.

A partir de ano de 1996 até parte do ano de 2005, a informações que obtivemos é que o Carro Biblioteca funcionava precariamente, e por vezes ou por anos ficou desativado, devido às suas condições mecânicas e pela falta de funcionários.

3.10 CARRO BIBLIOTECA E SUA CONTINUIDADE ATRAVÉS DO BIBLIOTECA MÓVEL

Após um longo período de tempo desativado, o projeto de extensão bibliotecária móvel da BPES, por meio de uma parceria entre a Associação Universidade para Todos, Secretaria Estadual de cultura (SECULT) e Secretaria Estadual de Educação (SEDU), lançou o Biblioteca Móvel em março de 2008, com o propósito de dar

continuidade ao antigo projeto Carro Biblioteca, cujo objetivo também era democratizar o acesso à leitura e quebrar os obstáculos que dificultavam o acesso aos livros, além de levar outros encantos para a população capixaba como as rodas de leitura, encontros com escritores, mostras de vídeo e exposições – tudo que estimulasse o gosto pelas letras. (BIBLIOTECA..., 2008).

O acervo foi adaptado em um veículo (Fotografia 15), equipado com todo o aparato físico e técnico de uma biblioteca, onde era disponibilizado um acervo bibliográfico composto de mais duas mil obras de literatura brasileira e estrangeira, infantil e juvenil, além de obras de referência (Enciclopédias, Dicionários, Guias, Atlas, Almanques, Bibliografias), de obras gerais (livros de consulta), de jornais, revistas e gibis. Um mundo de conhecimento para pesquisar e levar emprestado para casa após o devido cadastramento dos usuários, pelo período de 15 dias. Os bairros atendidos foram: Bandeirantes, Nova Rosa da Penha, Central Carapina, Planalto Serrano e Vila Nova dos Colares.

Fotografia 15 – Biblioteca Móvel - 2008



Fonte: BORTOLINE, José.

Após seu primeiro ano de trabalho, a Biblioteca Móvel realizou a inscrição de 1.830 novos Associados, realizando nesse intervalo mais de 14.520 empréstimos de livros e 5.850 revistas.

Diante do exposto, faz-se necessário ressaltar que demanda maior era para os livros infantis e infanto-juvenis. A saída de revistas tinha aumentado, pois, os usuários adultos quando não encontravam títulos que atendessem a seus interesses optavam pela leitura dos periódicos. Existia uma procura imensa por livros de autores como: Paulo Coelho, Augusto Cury, Zibia Gaspareto, Içami Tiba, Luiz Fernando Veríssimo, Dan Brow, etc. As atividades culturais existiam, mas por vezes foram renunciadas, pois o projeto aguardava a compra de equipamentos necessários a tais atividades e ainda não tinham obtido com as associações de moradores cadeiras e mesas, o que os impossibilitava de desenvolver atividades como leitura de textos e pintura com os usuários. (ESPÍRITO SANTO, 2008).

Mas mesmo diante da carência de recursos foi exposto que no mês de junho de 2008, foi realizada uma festa junina (Fotografia16) com o apoio da escola local do bairro Bandeirantes em Cariacica e ainda foi citado que:

Esse evento só foi possível por causa do auxílio da comunidade, a diretora da escola nos cedeu suas merendeiras, que prepararam os lanches servidos na festa. Vale ressaltar que todo alimento utilizado foi conseguido através de doações dos usuários do Carro Biblioteca. (ESPIRITO SANTO, 2008, p.13-14).

Fotografia 16 - Festa Junina em Bandeirantes – 2008



Fonte: ESPIRITO SANTO, 2008, p.13.

Este evento mostra que houve a parceria entre a comunidade e o Carro biblioteca neste bairro (Fotografia 17). E ainda ressalta que tal parceria é fruto desse projeto, uma vez que é relevante ser destacado que muitos pais relataram que se sentiram motivados, pois sentiram que houve o aprimoramento da leitura de seus filhos depois que os mesmos se associaram ao projeto. (ESPIRITO SANTO, 2008).

Fotografia 17: Carro Biblioteca e Comunidade na festa junina – 2008



Fonte: ESPIRITO SANTO, 2008, p.14.

Segundo os envolvidos nesse projeto de extensão cultural, o resultado era positivo, uma vez que foram emprestados quase 10.000 títulos, em menos de um ano de atividade. Interpretaram que, esse número mostrava o quanto as comunidades atendidas tinham interesse na Biblioteca Móvel. Mas ressaltaram que, existiam alguns problemas estruturais para serem sanados, para que o atendimento ao público fosse sempre de qualidade. (ESPÍRITO SANTO, 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando por base as reflexões realizadas no decorrer desta pesquisa, percebe-se que desde o princípio da criação das bibliotecas até os nossos dias, elas se deparam com lutas sem tréguas, mas são enriquecidas ou até mesmo reerguidas por benfeitores que visam a sua ampliação permanente. E com a biblioteca pública não poderia ser diferente, pois, desde sua criação, ela teve sempre como missão primordial a instrução e a educação constante para o povo, ou seja, seu espaço deveria contribuir para a constituição da cidadania do indivíduo dentro da sociedade, baseada na existência de suas quatro funções: **função educacional; função cultural; função recreacional e de lazer; e, função informacional.**

Sabe-se que a biblioteca pública esteve sempre ligada à educação, devido às várias reivindicações da população que reclamava por mais acesso à educação e é tácito perceber que tais atitudes mantêm-se até hoje. Primeiramente ela fora entendida apenas como suporte, apoio e complemento educacional para a educação formal, talvez pela inexistência de bibliotecas escolares, mas com o passar do tempo, foi agregada à sua função educacional a inclusão da cultura, uma vez que a população deveria ser assistida por elementos que fossem capazes quanto à ampliação de sua inteligência, através da prática da leitura que, além de ser um hábito precioso e prazeroso para pessoas de todas as idades, instiga a imaginação, criatividade, além de aperfeiçoar a escrita e facilitar a comunicação verbal, tornando com isso cidadãos mais conscientes e intelectualmente capazes de formarem sua própria opinião.

Após tal explanação, o foco do trabalho foi pautado na função cultural da biblioteca pública, no qual foram identificadas reflexões quanto, às diversas maneiras de compreender como a cultura caracteriza-se pela existência social de um povo ou nação e ainda como ela deriva-se desse conjunto comum de preocupações inerentes às suas realidades sociais por vezes divergentes. Conceituando a extensão cultural idealizada pelas bibliotecas públicas como fator de ampliação ao acesso e incentivo à leitura da população visando com isso o fortalecimento da disseminação cultural.

Detecta-se que no Brasil, com poucas exceções, as bibliotecas públicas são construções antigas, em má conservação, além de possuírem um acervo defasado por falta de investimentos públicos para a sua manutenção. Mas apesar disso, visualiza-se que ainda se esforçam para serem consideradas como equipamentos especializados de lazer, ligadas à satisfação de interesses intelectuais e artísticos, ao elaborarem serviços de extensão. Tal atitude nos faz refletir que elas ultrapassam a função tradicional, o que significa sair da sua condição de apenas depósito de livros para alçar novos caminhos junto à comunidade.

Diante do exposto, a biblioteca pública assume uma responsabilidade que até então, era-lhe praticamente alheia, ao estender suas ações culturais a outras camadas antes pouco atendidas, cumprindo assim sua função social, à medida que através do serviço de extensão cultural visa progredir para novas formas de ações, interligando-se com isso a outras instituições, possibilitando a presença do diálogo, a participação e a conscientização das classes mais necessitadas. O serviço de extensão cultural utilizada pela biblioteca pública caminha em direção da ação cultural, a partir do momento em que passa a incorporar os passos fundamentais dessa nova forma de atuação que segue para o contato direto com as comunidades, envolvendo-os de tal maneira que os instigue a participarem e se conscientizarem a respeito de sua importância.

O serviço de extensão cultural é uma alternativa a ser adotado para alcançar o público mais distante das instalações físicas da biblioteca, além da possibilidade do desenvolvimento de atividades extramuros tornando-se uma importante estratégia de atuação junto à comunidade, já que levar os serviços comumente oferecidos diariamente na biblioteca para outros espaços não convencionais proporciona o interesse do despertar pela leitura, ampliando seu campo de atuação. Então, o serviço de extensão cultural torna-se a forma mais eficaz de sanar os problemas relacionados ao acesso das comunidades mais distantes ao espaço da biblioteca uma vez que sejam pensadas e elaboradas políticas públicas para a implantação de projetos voltados para bibliotecas que atendam de forma efetiva essa população.

Então, o Instituto Nacional do Livro (INL), na década de 1970 com o objetivo de atingir comunidades da periferia das capitais do país, desprovidas de quaisquer

serviços de biblioteca, iniciou no Brasil, seu programa de serviços de carros biblioteca. O sistema era composto de um convênio por regime de comodato com os estados da união, de um veículo modelo Kombi, adaptado para um acervo inicial de 1500 livros. Sua principal função era oportunizar àqueles que desejassem conhecer o novo e não tinham oportunidades, através da leitura ou de outras práticas de extensão bibliotecária, o aperfeiçoamento profissional e pessoal.

Nosso objeto de estudo, evidenciou a dinâmica e os objetivos desenvolvidos na criação, em 1973, do serviço de extensão cultural do Carro Biblioteca, que foi implantado pela Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo, fundada em 1855, por iniciativa da doação de obras de diversos cidadãos que vieram juntar-se a algumas poucas remanescentes do antigo Colégio dos Jesuítas. Dentre estas doações destaca-se a realizada por Bráz da Costa Rubim, que doou quatrocentos volumes de obras de um grande valor científico, os quais muito contribuíram com o acervo inicial da Biblioteca Pública. Desde sua criação até os dias atuais, ela passou por mudanças físicas e estruturais necessárias, objetivando sempre adequar-se às exigências dos novos tempos. Em, 17 de dezembro de 2004, pela Lei n 7.958, a Biblioteca Pública Estadual passou a ser denominada Biblioteca Pública do Espírito Santo “Levy Cúrcio da Rocha”, em homenagem a este historiador capixaba. Atualmente, a população capixaba desfruta de uma biblioteca pública completamente remodelada, equipada com mobiliários ergonomicamente adequados e recursos materiais e tecnológicos que atendem às inovações e demandas próprias à sua função social.

Tomando por base, o serviço de extensão cultural da BPES através do Carro Biblioteca, ressalta-se que este projeto não pode ser definido apenas como um objeto de animação cultural, mas sim de ações culturais onde objetivavam a formação intelectual e cultural daqueles que dele participam, além de incrementarem e democratizarem o hábito de leitura (através de informação) em comunidades socioeconômicas carentes e distantes de serviços de informação de qualquer natureza.

O principal serviço do Carro Biblioteca era o empréstimo domiciliar de materiais bibliográficos e tal serviço era realizado diretamente pelos bibliotecários que sempre

buscavam dar atendimento ao leitor assíduo às visitas quinzenais do Carro Biblioteca, que sempre ficava estacionado em uma praça principal do bairro escolhido, no horário vespertino. Mas o serviço de extensão do Carro Biblioteca não se limitava tão somente, ao empréstimo de livros, mas, oferecia às crianças e a outros participantes interessados dos bairros palestras educativas, horas de criatividade, lazer e educação ambiental, demonstrando-nos que a BPES visava à formação cultural e social do cidadão, uma vez que pudemos ter o depoimento de um leitor que há 30 anos foi despertado pelo gosto da leitura pelo Carro Biblioteca e que hoje o reconhece como precursor de seu sucesso profissional.

Motivados por experiências também desenvolvidas por outros estados brasileiros, os bibliotecários da BPES resolveram, nas primeiras três décadas após sua criação, levar o Carro Biblioteca também às Instituições (Asilo dos Velhos, IRS, Presídio Feminino) que necessitavam de um atendimento diferenciado, onde o livro ou as atividades selecionadas deveriam contribuir para a solução de seus próprios problemas e ainda incentivá-los a participarem de vários concursos literários, cujo objetivo era o despertar para o mundo da leitura de maneira criativa e prazerosa.

Percebemos que este serviço de extensão, durante seus primeiros anos de funcionamento, atendeu comunidades e instituições tendo obtido resultados positivos, diante do crescimento diário do número de usuários inscritos e número de empréstimos de seu material bibliográfico. Podemos afirmar também que, até o final da década de 1980, o serviço de extensão bibliotecária teve uma boa repercussão nas comunidades atendidas, porém as atividades praticamente foram paralisadas, por falta de recursos para os consertos necessários e também havia a falta de contratação de motorista para o veículo, apesar das várias solicitações das bibliotecárias ao INL e após, à sua extinção, aos órgãos competentes.

Mas apesar das várias dificuldades enfrentadas no decorrer das mais de duas décadas de funcionamento, a experiência vivenciada pelas bibliotecárias envolvidas em levar o Carro Biblioteca às comunidades, foi uma atividade de prazer constante juntos às crianças que aguardavam ansiosas o dia da sua visita. Podemos afirmar que seu surgimento proporcionou vários benefícios para os usuários e permitiu o seu desenvolvimento comportamental que foram perceptíveis aos envolvidos no projeto

como um todo, pois detectou a percepção de alterações no hábito de leitura e a busca pela informação. Um exemplo é o fechamento do relatório da bibliotecária Marlene Silva Rodrigues que diz que:

“É fácil avaliar a eficácia e importância do Bibliotecário na sociedade. A popularização do livro e da cultura, inculcando na população o hábito de leitura, atraindo os seus adeptos e despertando os indiferentes, é uma das metas significantes da Biblioteca Pública. Estamos certos de que estamos colaborando para a formação educacional, cultural e na utilização sadia do lazer do povo capixaba.” (BPES. A13 MAÇO 18, 1982?).

Acreditamos que diante dos resultados atingidos pelo projeto de extensão cultural da BPES até quase o final de década de 1980, demonstrou estar numa direção certa, alcançando as metas propostas e aplicando os objetivos propostos previamente. A equipe que trabalhou no projeto do Carro Biblioteca, aplicando suas práticas e seus saberes durante as visitas às comunidades, desempenhou o papel de mediadores e incentivadores de leitura, além de desenvolverem atividades lúdicas de acordo com a necessidade e o comportamento da comunidade atendida, estimulando com isso a implementação de novas ações culturais que pudessem aperfeiçoar o objetivo central do projeto Carro Biblioteca.

Na década de 1990, o Carro Biblioteca foi reativado e substituído por um “novo” veículo (ano e modelo 1970). O veículo adaptado percorreu por mais alguns anos por bairros da periferia, levando um pouco de cultura aos mais necessitados, visando preencher a lacuna cultural na vida desses leitores. Essa velha Kombi, infelizmente, vivia sem combustível e apresentando defeitos mecânicos, então foi finalmente substituído em 1996, por um novo veículo do modelo Topic Besta, cedida pelo governador da época. Porém, a demanda para o projeto de extensão cultural da BPES através do Carro Biblioteca era muito grande e as informações que obtivemos é que este funcionava precariamente, e por vezes ou por anos ficou desativado, devido às suas condições mecânicas e pela falta de funcionários.

Após um longo período de tempo desativado, o projeto de extensão bibliotecária móvel da BPES, por meio de uma parceria entre a Associação Universidade para

Todos, Secretaria Estadual de cultura (SECULT) e Secretaria Estadual de Educação (SEDU), foi reativado através da Biblioteca Móvel, em março de 2008, com o propósito de dar continuidade ao antigo projeto Carro Biblioteca, cujo objetivo também era democratizar o acesso à leitura e quebrar os obstáculos que dificultavam o acesso aos livros, além de levar alternativas culturais para a população capixaba.

Constata-se que o sucesso, a continuidade e as novas alternativas de ampliação e desenvolvimento desse serviço de extensão cultural através do Carro Biblioteca, Biblioteca Itinerante ou Biblioteca Móvel, deve-se ao compromisso e o engajamento da equipe da Biblioteca Pública Estadual juntamente com o envolvimento e o comprometimento do Estado através da implementação de políticas públicas voltadas para o incentivo à leitura e às atividades culturais.

5 REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

BPES. GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Estadual “Levy Cúrcio da Rocha”. Série A20 MAÇO 72: Projetos e regulamentos, 1988-1991. In.: **Inventário Sumário do Arquivo Permanente da Biblioteca Pública do Espírito Santo**, 2009.

BPES. GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Estadual “Levy Cúrcio da Rocha”. Série A21 MAÇO 80: Boletins informativos da Biblioteca Pública do Espírito Santo, 1990-1991. In.: **Inventário Sumário do Arquivo Permanente da Biblioteca Pública do Espírito Santo**, 2009.

BPES. GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Estadual “Levy Cúrcio da Rocha”. Série A19 MAÇO 56: Documentos sobre concursos literários, 1985. In.: **Inventário Sumário do Arquivo Permanente da Biblioteca Pública do Espírito Santo**, 2009.

BPES. GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Estadual “Levy Cúrcio da Rocha”. Série A13 MAÇO 18: Dossiê sobre a implantação do Carro-Biblioteca, 1982? In.: **Inventário Sumário do Arquivo Permanente da Biblioteca Pública do Espírito Santo**, 2009.

BPES. GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Estadual “Levy Cúrcio da Rocha”. Série A18 MAÇO 52: Legislação, normas e projetos de sistemas de bibliotecas, 1983-1990. In.: **Inventário Sumário do Arquivo Permanente da Biblioteca Pública do Espírito Santo**, 2009.

BPES. GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Estadual “Levy Cúrcio da Rocha”. Série A14 MAÇO 32: Roteiro de visitas e estatísticas do Carro-Biblioteca II, 1979. In.: **Inventário Sumário do Arquivo Permanente da Biblioteca Pública do Espírito Santo**, 2009.

BPES. GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Estadual “Levy Cúrcio da Rocha”. Série A17 MAÇO 45: Dossiê sobre atividades culturais do Carro-Biblioteca, 1982-1985. In.: **Inventário Sumário do Arquivo Permanente da Biblioteca Pública do Espírito Santo**, 2009.

BPES. GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Estadual “Levy Cúrcio da Rocha”. Série A15 MAÇO 37: Boletim “Notícias” da FCES, depois DEC, 1980. In.: **Inventário Sumário do Arquivo Permanente da Biblioteca Pública do Espírito Santo**, 2009.

BPES. GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Estadual “Levy Cúrcio da Rocha”. Série A17 MAÇO 49:

Jornal do Carro-Biblioteca, 1983. In.: **Inventário Sumário do Arquivo Permanente da Biblioteca Pública do Espírito Santo**, 2009.

BPES. GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Estadual “Levy Cúrcio da Rocha”. Série A19 MAÇO 57: Estatística do Carro-Biblioteca, 1985-1987. In.: **Inventário Sumário do Arquivo Permanente da Biblioteca Pública do Espírito Santo**, 2009.

BPES. GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Estadual “Levy Cúrcio da Rocha”. Série A19 MAÇO 63: Projetos, relatórios e notícias na imprensa sobre a Biblioteca Pública, 1987. In.: **Inventário Sumário do Arquivo Permanente da Biblioteca Pública do Espírito Santo**, 2009.

BPES. GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Estadual “Levy Cúrcio da Rocha”. **Inventário Sumário do Arquivo Permanente da Biblioteca Pública do Espírito Santo**, 2009.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). **Bibliotecas** – 1953: colaboração aos festejos comemorativos da Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo. Vitória, 1955. 12 p.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO. Boletim Informativo, n. 3, janeiro 1991.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Presidente Jeronymo de Souza Monteiro. Mensagem... 24 de setembro de 1908. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1401/000001.html>. Acesso em: 29 jun. 2014.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Presidente Marcondes Alves de Souza. Mensagem... 15 de outubro de 1914. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1405/000113.html>. Acesso em: 19 jun. 2014.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Presidente Bernardino de Souza Monteiro. Mensagem... 12 de outubro de 1916. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u162/000096.html>. Acesso em 19 jun. 2014.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Presidente Florentino Avidos. Mensagem... 04 de maio de 1925. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1414/000019.html>. Acesso em: 19 jun. 2014.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Presidente Florentino Avidos. Mensagem... 30 de abril de 1927. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1416/>. Acesso em 19 jun. 2014.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Presidente Aristeu Borges de Aguiar. Mensagem... 22 de setembro de 1930. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1418/000048.html>. Acesso em: 18 mar. 2013.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL. Boletim da Biblioteca Pública Estadual. Vitória, v.1, n. 1, mar/set. 1980.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. PROJETO UNIVERSIDADE PARA TODOS. **Relatório das Atividades do Carro Biblioteca:** Leia Espírito Santo. Vitória: [s.e.], 2008.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Espírito Santo, José Fernandes da Costa Pereira Junior, na abertura da sessão ordinária na Assembléa Provincial do Espírito Santo, no dia 25 de maio de 1862. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1862_05_25_Jose_Fernandes_Costa_Pereira_Junior.pdf. Acesso em: 20 jun. 2014.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. Eliseu de Sousa Martins, na abertura da sessão extraordinária na Assembléa Provincial do Espírito Santo, no dia 28 de outubro de 1879. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1879_10_28_Eliseu_Sousa_Martins.pdf. Acesso 25 jun. 2014.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. Eliseu de Sousa Martins, na sessão ordinária na Assembléa Provincial do Espírito Santo, no dia 9 de março de 1880. Victoria, Typ. da Gazeta da Victoria, 1880. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/271/000009.html>. Acesso em: 20 jun. 2014.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o Dr. Eliseu de Sousa Martins, passou a administração da Província ao Exm. Sr. Tenente-Coronel Alpheu A Monjardim d'Andrade e Almeida, 1º Vice-Presidente, no dia 19 de julho de 1880. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1880_07_19_Eliseu_Sousa_Martins.pdf. Acesso em: 27 jun. 2014.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Espírito Santo, Exm. Sr. Dr. Marcellino de Assis Tostes, na sessão ordinária na Assembléa Provincial do Espírito Santo, no dia 8 de março de 1881. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/PDF/Presidentes%20da%20Provincia/1881_03_08_Marcellino_Assis_Tostes.pdf. Acesso em: 24 jun. 2014.

RELATÓRIO apresentado a Assembléa Legislativa da Província do Espírito Santo pelo 1º Vice Presidente o Exm. Dr. Tenente-Coronel, Alpheo Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida, em 21 de março de 1882. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1882_03_21_Alpheo_Adelpho_Monjardim_Andrade_Almeida.pdf. Acesso em: 19 jun. 2014.

RELATÓRIO apresentado a Assembléa Legislativa da Província do Espírito Santo pelo Exmº Sr. Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior em 3 de março de 1883. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1883_03_03_Martim_Francisco_Ribeiro_Andrada_Junior.pdf. Acesso 18 jun. 2014.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Espírito Santo, Dezenbargador Antonio Joaquim Rodrigues, na Assembléa Provincial do Espírito Santo, no dia 22 de outubro de 1885. Disponível em:

<http://www.ape.es.gov.br/pdf/Presidentes%20da%20Provincia/1885_10_22_Antonio_Joaquim_Rodrigues.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2014.

RELATÓRIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito-Santo pelo 1.o vice-presidente da província, coronel Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas, em 9 de julho de 1887. Victoria, Typ. do Espírito-Santense, 1887. Disponível: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/281/>. Acesso em: 29 jun. 2014.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Espírito Santo, José Fernandes da Costa Pereira Junior, na abertura da sessão ordinária na Assembléa Provincial do Espírito Santo, no dia 23 de maio de 1861. Disponível em: http://www.ape.es.gov.br/PDF/Presidentes%20da%20Provincia/1861_05_23_Jose_Fernandes_Costa_Pereira_Junior_2.pdf. Acesso em: 29 jun. 2014.

Fontes Secundárias

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.

ALVES, Maria Helena Hees. A aplicação da biblioterapia no processo de reintegração social. **Rev. Bras. Biblioteconom. e Doc.** 15(1/2): 54-61, jan./jun. 1982. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/repositorio/2011/08/pdf_09e78c51e2_0018372.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2014.

APE. **Histórico**. Disponível em: www.ape.es.gov.br/historico.htm. Acesso em: 18 jan. 2014.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. Biblioteca pública do Estado do Amazonas: a construção de sentido de seu edifício. **Informação & Sociedade: Estudos**, Paraíba, v.12 n.1 p. 2002. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/155/149>>. Acesso em: 01 ago. 2013.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BARROS, Paulo. **A biblioteca pública e sua contribuição social para a educação do cidadão**. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

BASTOS, Tatiana Quintela de Azeredo. Gabinete Português de Leitura: construção de uma identidade portuguesa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz**. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?p=14809>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

BRAMBILA, Ednéa Zandonadi. **Biblioteca Pública e o resgate informacional da cultura territorializada**: o caso da Biblioteca Pública Estadual Levy Cúrcio da Rocha. Campinas, 2005. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=276. Acesso em 20 jan. 2013.

BIBLIOTECA Móvel. Disponível em: <http://culturalocales.blogspot.com.br/2008/02/biblioteca-mvel.html>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

BORTOLINE, José. **Nova sede da Biblioteca na Praia do Suá – 2006**. Vitória, 2006. 1 Fotografia.

BORTOLINE, José. **Reforma do prédio da Biblioteca - 2006**. Vitória, 2006. 1 Fotografia.

BORTOLINE, José. **Biblioteca Móvel – 2008**. Vitória, 2008. 1 Fotografia.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002. 144 p.

CHASSOT, Attico. Biblioteca Alexandrina: a Fênix ressuscitada. **Química Nova na Escola**. 16 nov. 2002.

COELHO, Clara Duarte. **Biblioteca democrática**: a contribuição das ações fora do espaço da biblioteca para a inclusão informacional. 2010. Disponível em: <http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/viewFile/52/63>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

COELHO, Clara Duarte. **Biblioteca democrática: a contribuição das ações fora do espaço da biblioteca para a inclusão informacional**. In.: XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação –Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013. Disponível em: <http://dci.ccsa.ufpb.br/enebd/index.php/enebd/article/viewFile/52/63>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

COELHO, Teixeira. **Usos da cultura**: políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção primeiros passos)

COIMBRA, Rogério. A Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo – memória administrativa – 1855/2005. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**. Vitória, v.59, p. 7-38, dez. 2005.

COPPO, Marli Rodrigues. **Páginas de uma bibliotecária**. Vitória: Secult, 2014.

CORREA, Maria Elisa Leite; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **Liberalismo e educação protestante no Brasil: o sistema educacional adventista que se instalou em Curitiba em fins do Século XIX**. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/361MariaElisa.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2008.

CORTEZ, Fe. **Um pedaço de história real**. Disponível em: <<http://fecortez.com.br/2013/04/um-pedaco-de-historia-real-gabinete-portugues-de-leitura/>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

COSTA, Rita de Cássia Maia e Silva. **Discurso de reinauguração da Biblioteca Pública do Espírito Santo**. 2008. Disponível em: <http://secult.es.gov.br/midias/doc/1540-49b52a9bd3473.doc>. Acesso em: 10 mar. 2013.

CUNHA, Vanda Angélica. **Profissional da informação na biblioteca pública contemporânea: o bibliotecário e a demanda por educação continuada**. 2002. 191f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia – Instituto de Ciência da Informação. Salvador, 2002.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. **Carro Biblioteca e leitura no Brasil: um binômio inseparável**. R. Esc. Biblioteconomia UFMG, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 192-205, Jul.-Dez./95

FLUSSER, Victor. A biblioteca como uma de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. v. 12, n. 2, 1983. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001973&dd1=3c2a1>>. Acesso em: 01 set. 2013.

FONSECA, Edson Nery da. **E tudo o que no mundo existe começa e acaba em livro**. Disponível em: <<http://morenobarros.com/2013/04/tudo-o-que-no-mundo-existe-comeca-e-acaba-em-livro-edson-nery-da-fonseca/>> Acesso em: 08 ago. 2013. Publicado originalmente na Revista Ciência da Informação, Brasília, 10(1):5-11, 1981.

FONSECA, Maria Clara. **Biblioteca Pública: da extensão à ação cultural como prática e cidadania**. Campinas, 2005. 209 f.. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/processaPesquisaPortal.php?tipoPesquisa=0&nrPagina=1&pesqExecutada=0&nrExpressoes=1&campo%5B0%5D=TODO&texto%5B0%5D=%22Maria+Clara+Fonseca%22&Submit=Buscar+%BB&qtdRegPagina=5&listaDetalhes%5B%5D=1256>. Acesso em: 23 set. 2013.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TETART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP, EDUSC, 1999.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREITAS, José Francisco Bernardino. Intervenções urbanísticas em vitória - 1900 - 1955: modernização e expansão territorial. **Anais...** ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.352.pdf>. Acesso em: 13 maio 2014.

FRIEIRO, Eduardo. **O diabo na livraria do conego**: como era Gonzaga? e outros temas mineiros. 2. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: USP, 1981.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento Informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação / Universidade de Brasília, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Sônia de Conti. **Bibliotecas e sociedade na primeira República**. São Paulo: Pioneira, 1983.

GONÇALVES, Luciana Caldas. **Os frágeis galhos dos cafezais e a modernização emergente a gestão governamental de Jones dos Santos Neves**, 2010.

Dissertação (mestrado em Arquitetura e urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_3884_luciana.PDF. Acesso em: 13 maio 2014.

GOULEMOT, Jean Marie. **O amor às bibliotecas**. São Paulo, SP: Ed. UNESP, 2011.

HENRIQUES, João Carlos Ribeiro. **Na estrada com os livros**: as bibliotecas móveis como solução de acesso a serviços de biblioteca num país de contrastes. 2009. 196 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliobuses.com/documentos/Joao%20Carlos%20Henriques.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2012.

HISTÓRICO do SNBP. Disponível em: <<http://www.bn.br/snbp/historico.html>>. Acesso em: 12 maio 2012.

JORGE, Pablo Diego Silva de Souza; JORGE, Ana Carolina Silva de Souza. **Biblioteca móvel**: o carro-biblioteca como veículo de incentivo à leitura e inclusão digital. Disponível em: <<http://www.acaodigital.mt.gov.br/index.php>>. Acesso em: 01 dez. 2012.

LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da História do Tempo Presente In: PÔRTO JR, Gilson (Org). **História do Tempo Presente**. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p. 31-48.
LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 15. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TETART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP, EDUSC, 1999.

LIMA BARRETO, A. H. **Triste fim do Policarpo Quaresma**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

MANIFESTO da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>> Acesso em: 24 set. 2013.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MARTINUZZO, José Antonio. **Novo Espírito Santo**: Governo do Estado 2003-2010. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2010. Disponível em: http://www.es.gov.br/banco%20de%20documentos/relatorios_gestao/novo-espirito-santo-governo-do-estado-2003-2010.pdf. Acesso em: 04 jul. 2014.

MEDEIROS, Ana Lígia Silva. Biblioteca e cidadania. **Sinais sociais**, Rio de Janeiro, v. 4 n. 13, maio/ago. 2010.

MELLO, Jose Barboza. **Síntese histórica do livro**. Rio de Janeiro: Leitura, 1972.

MILANESI, Luiz. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 14. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999. p. 9-29.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Biblioteca Nacional (Org.). **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 2000 (Documentos técnicos; 6).

MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**: prosa de um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros, mas pode também servir de pequeno guia aos que desejam formar uma coleção de obras raras, antigas ou modernas. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros; Rio de Janeiro, RJ: Casa da Palavra, 1998. 203 p. (Coleção Bibliófilos).

MORGAN, Lewis Henry; TYLOR, Edward Burnett; FRAZER, James George. **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005. 127 p. (Coleção antropologia social).

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. O intelectual Braz da Costa Rubim e a fundação da Biblioteca Pública Estadual em 1855. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**. n.64, jan. 2010, p.303-318.

PAIVA, Marília de Abreu Martins. **Bibliotecas públicas**: políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-7HUKTJ/disserta_o_marilia.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 abril 2014.

PORTO JR, Gilson; NEVES, Alberg. Possibilidades do fato histórico no pensamento educacional. In: PORTO JR., Gilson (Org.). **História do tempo presente**. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p. 49-63.

PROGRAMAÇÃO diversificada marca o 158º aniversário da Biblioteca Pública do Espírito Santo. 2013. Disponível em: <http://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/2013/07/programacao-diversificada-marca-o-158--aniversario-da-biblioteca-publica-do-espirito-santo.html>. Acesso em: 12 maio de 2014.

RABELLO, Odília Clark Peres. O impacto da extensão universitária: reflexões sobre a ação do carro-biblioteca da Escola de Biblioteconomia da UFMG. **R. Esc. Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 313-320, jul.-dez./95.

RAGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 2009. 336 p.

REIMÃO, Sandra. Livro a bordo. **Revista Acadêmica do grupo Comunicacional de São Bernardo**. Ano 1. n. 1 (jan./jun. 2004). Disponível em: <<http://www.metodista.br/unesco/gcsb/index.htm>>. Acesso em: 30 jan 2014.

RELEITURA da Biblioteca Nacional. Disponível em: http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=11. Acesso em: 12 maio 2012.

REVISTA de Educação. Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Espírito Santo. janeiro de 1956, Vitória, ES.

RIoux, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TETART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

ROSA, Flávia Goulart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ciência da Informação**, v.35, n.3, p. 183-193, set./dez. 2006. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 13 jan. 2012.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção primeiros passos; 110).

ROUSSO, Henry. A história do tempo presente, vinte anos depois. In: PORTO JR., Gilson (Org.). **História do tempo presente**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.6, n.1, p. 50-61, jan./jun. 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo Cesar de; COSTA, Angela Marques da. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Terezinha Elisabeth da. Ação cultural e biblioteca pública: algumas questões. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16., 1991, Salvador. **Anais**. Salvador: Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia, 1991. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/14827/1/AcaoCultural_e_BibliotecaPub.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SALIM, Maria Alayde Alcantara. A organização de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: um estudo sobre a Reforma Gomes Cardim (1908-1909). **Cadernos de Pesquisa em Educação** - PPGE/UFES. Vitória, ES, v. 18, n. 35, p. 93-111, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/educacao/article/download/4926/3771>>. Acesso em: 12 maio 2014.

SPONHOLZ, Regina M. Lamas Pegoraro. **Atribuições de bibliotecários em bibliotecas públicas**. São Paulo: Pioneira, 1984. (Manuais de estudo)

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade de informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 29, n. 2, 2000, p. 60.

_____. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: Lisa, 1980.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 385 p.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Manifesto da Unesco para bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <<http://www.ifla.org> <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 11 set. 2013.

VALIO, Else Benetti Marques. Biblioteca pública: a questão dos interesses de leitura como indicadores de critérios para a seleção e aquisição do acervo. In: V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Anais**. Belo Horizonte, 2003.

VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Bibliotecas privadas e práticas de leitura no Brasil Colonial**. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/bibliotecas-br.pdf>> Acesso em: 09 jan. 2014.

_____. Espelho do Brasil. **Jornal de Resenhas**. São Paulo, junho 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs1406200305.htm>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A

PLANO PARA IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO DE BIBLIOTECAS AMBULANTES PELO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

A13 MAÇO 18 – DATA 29/03/1973

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
ASSESSORIA DE BIBLIOTECONOMIA**

**PLANO PARA IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO DE BIBLIOTECAS AMBULANTES
PELO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO**

A Biblioteca Ambulante é uma exigência da dinâmica da vida moderna para solucionar o problema da falta de bibliotecas nas nossas comunidades. A urgência da formação educacional e profissional do homem brasileiro, visando o aceleração do nosso desenvolvimento econômico-social, além da escassez de recursos orçamentários, impõe-nos a adaptabilidade dos instrumentos de nosso sistema de difusão cultural. Tendo como objetivo prioritário fazer do livro e das bibliotecas elementos atuantes na aceleração de desenvolvimento comunitário brasileiro, o INL solicita a atenção para a Biblioteca Ambulante – um serviço de alto valor educativo – que beneficia tanto o homem da cidade quanto o homem do campo, indo ao encontro do leitor, levando-lhe o conhecimento, a cultura, colaborando com ele na realização dos seus empreendimentos, no seu aperfeiçoamento profissional e na utilização sadia das suas horas de lazer.

A Biblioteca Ambulante consiste na adaptação de uma viatura em biblioteca, que será conduzida, segundo programação pré-determinada, a vários pontos da localidade suprimindo a lacuna deixada pela ausência das bibliotecas com sede fixa. As viaturas mais indicadas são: ônibus, caminhão ou kombi, que, recebendo instalações adequadas (prateleiras, fichários, armários...) acondicionam uma coleção de livros, periódicos, discos, etc., tornando todo este material acessível tanto à população urbana quanto à suburbana e rural.

O volume do acervo deste tipo de Biblioteca dependerá da capacidade do veículo adquirido para este serviço. Varia de 1.200 a 4.000 volumes, sendo a despesa inicial o que condiciona a escolha de uma viatura maior ou menor, visto que a despesa com a manutenção de uma unidade, de qualquer tipo, é praticamente a mesma.

O plano de implantação poderá ser executado com prateleiras internas ou externas, conduzindo somente publicações ou incluindo também outros serviços, tais como: - exposições ao ar livre de filmes educativos; - audições musicais acompanhadas ou não de comentários; - exposição de “stands” desmontáveis, ampliando mais ainda a ação educativa da Biblioteca Ambulante.

A GRATUIDADE DE QUALQUER DOS SERVIÇOS DEVE SER, IMEDIATAMENTE, POSTA EM EVIDÊNCIA.

É fácil avaliar a eficácia e as facilidades proporcionadas pela Biblioteca Ambulante:

- ✓ Popularização do livro e da cultura;
- ✓ Inculcar na população o hábito de leitura, atraindo os seus adeptos e despertando os indiferentes;
- ✓ Maior difusão do livro, que atingirá maior espaço de áreas populacionais, ampliando o número de beneficiários;
- ✓ Evitar o privilégio do homem urbano que normalmente é o único beneficiado com as iniciativas públicas no campo cultural.

O êxito deste serviço baseia-se essencialmente em:

- ✓ Uma boa coleção de livros constituída de um acervo formado de leitura técnica, informativa, literária e recreativa;
- ✓ Uma boa equipe de trabalho para orientar o leitor na busca do conhecimento, indicando-lhe o que lhe será mais proveitoso no acervo que lhe é oferecido;
- ✓ Regularidade de atendimento, com um circuito bem estudado para se conquistar a confiança no serviço, garantindo uma atualização constante dos seus conhecimentos.

Vantagens da Biblioteca Ambulante sobre a Biblioteca com sede fixa:

- ✓ O poder público oferecerá mesma cota de serviços aos leitores de todas as áreas da localidade;
- ✓ Testar a comunidade em desenvolvimento, antes de escolher um ponto para estabelecer uma biblioteca em bases fixas, obtendo maiores conhecimentos

da população local, do seu tipo de interesse, e gênero de frequentadores e maiores características da área interessada;

- ✓ Economia na aplicação de recursos, visto que será dado maior rendimento e atuação a uma só coleção de livros, não despendendo com edifícios próprios até que fique comprovado que o número de usuários compensa as instalações fixas;
- ✓ Maior amplitude de raio de ação.

A Biblioteca Ambulante por ela própria já é um poderoso elemento de publicidade que atuará no desenvolvimento da comunidade, estimulando-a a basear novas fontes para ampliar seus próprios conhecimentos. O INL, desejando incrementar este serviço de inestimável eficácia, coloca-se á disposição dos interessados para qualquer orientação, oferecendo assistência técnica e livros na realização deste empreendimento.

GCA/vsc

15/6/1971

APÊNDICE B

PRIMEIRO REGULAMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE VITÓRIA

Capítulo 1º

Art. 1º- A Biblioteca Pública de Vitória é um estabelecimento que tem por fim auxiliar o estudo das ciências e das letras da província, pela aquisição de obras cuja leitura será franqueada aos que a procurarem, observadas as disposições do presente Regulamento.

Art. 2º - Os livros da Biblioteca deverão ser colocados nas estantes segundo o formato e a matéria de que tratarem para o que se observa a seguinte classificação:

1º - Jurisprudência;

2º - Ciências Sociais;

3º - Matemáticas;

4º - Ciências Naturais;

5º - Belas Artes.

Art. 3º - Quando houver algum livro que não trate de assuntos pertencentes às diversas classes acima indicadas será colocado em estante especial sob o título de Miscelâneas.

Art. 4º - As brochuras, manuscritos, estampas, mapas, etc., serão guardados em armários, procurando-se, quando for possível, observar a classificação determinada pelos artigos antecedentes.

Art. 5º - O Guarda ou Conservador organizará em livro, por ele aberto, encerrado e rubricado, o catálogo de todas as obras existentes na Biblioteca, observando a ordem alfabética, segundo o título da obra ou o nome do autor.

§ 1º - No catálogo serão indicados o formato do livro, a edição, seu valor, bem como em uma cada especial o nome da pessoa que o tiver ofertado e, se for comprado, a data da compra e o preço.

§ 2º - As obras que forem adquiridas durante o ano serão notadas em outro livro, fazendo-se no fim de cada ano um suprimimento ao catálogo geral e de cinco em

cinco anos, ou antes, se a presidência assim o determinar se procederá à reforma desse catálogo.

Art. 6º - Todos os livros e papéis da Biblioteca terão na primeira e última página o selo do estabelecimento que consistirá no escudo das armas nacionais com as palavras – Biblioteca Pública da Vitória. Os livros doados terão, além disso, o nome do doador e a data da doação.

Capítulo 2º

Art. 7º - Ao Guarda ou Conservador da Biblioteca compete:

§ 1º - Empregar o maior cuidado na conservação dos livros, papéis e móveis do estabelecimento, sendo responsável por qualquer extravio.

§ 2º - Comprar os livros que julgar necessários e tender os inúteis ou em duplicata, precedendo a autorização da Presidência.

§ 3º - Organizar o catálogo dos livros, brochuras, estampas, mapas, manuscritos da Biblioteca de conformidade com o artigo 5º.

§ 4º - Propor à Presidência a encadernação dos livros e ajustá-la com quem maior vantagem oferecer, bem como a compra dos móveis indispensáveis.

§ 5º - Apresentar à Presidência, um mês antes da abertura da Assembleia Provincial ou sempre que lhe for determinado, um relatório a respeito do estado do estabelecimento, número de obras que nele existirem especificando as que forem adquiridas no tempo que tiver decorrido da apresentação do último relatório, meios por que foram adquiridas, nome dos doadores, número de pessoas que frequentaram o estabelecimento e das obras lidas ou consultadas por elas, bem como indicação dos melhoramentos que julgar necessários.

§ 6º - Manter a ordem na sala de leitura, fazendo que se retirem os que a perturbarem.

Capítulo 3º

Art. 8º - A Biblioteca estará aberta todos os dias que não forem de guarda, das nove horas da manhã às duas da tarde. Além desses dias e horas, se abrirá o Guarda a isso se preste ou por ordem da Presidência.

Art. 9º - Terão entrada franca na Biblioteca as pessoas que comparecerem decentemente vestidas e quiserem ler ou consultar qualquer livro ou manuscrito.

Art. 10º - O Guarda da Biblioteca tomará nota, em livro especial, de todas as pessoas que frequentarem o estabelecimento, bem como das obras que pedirem para ler.

Art. 11º - Em regra, cada pessoa não poderá pedir ao mesmo tempo mais que uma obra, ficando, porém, ao arbítrio do Guarda alterar esta disposição, quando assim o julgue conveniente e sob sua responsabilidade.

Art. 12º - As pessoas que quiserem tomar notas poderão fazê-lo e para isso lhes fornecerão papel, pena e tinta.

Art. 13º - Não é permitido tirar livros da estante e sim pedi-los ao Guarda a quem serão entregues, terminada a leitura.

Art. 14º - Ninguém poderá levar da Biblioteca qualquer livro, brochura, estampa e etc. Só o Presidente da Província poderá autorizar o empréstimo de alguma obra, quer as que lhe requererem diretamente, quer as que fizerem por intermédio do Guarda da Biblioteca que informará a respeito da pessoa que requerer o empréstimo, a qual assinará um recibo em que se declara a obra, o número de volumes e o tempo marcado para a leitura. Nesse recibo se expressará igualmente a obrigação de pagar-se o valor da obra se não for entregue dentro do prazo marcado para a leitura ou se voltar deteriorado. O valor será designado no catálogo pelo Guarda ou Conservador (podendo reforçar-se com autorização do Presidente quando, pela baixa dos preços das edições, estrago ou qualquer motivo assim se torne necessário).

Art. 15º - Todas as lacunas e omissões que se encontrem na prática serão decididas pela Presidência, sendo as decisões incorporadas ao presente regulamento.

Palácio da Presidência da Província do Espírito Santo em

18 de outubro de 1862.

José Fernandes da Costa Pereira Junior